





*As Instalações Desportivas Escolares no Concelho de Viseu*

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, no âmbito do Curso de 2º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Orientador: Professor Doutor Abel Figueiredo  
Co-orientador: Professor Doutor Pedro Sarmiento

António Manuel Tavares Azevedo  
Porto, Junho de 2009

Azevedo, A. (2009). *As Instalações Desportivas Escolares no Concelho de Viseu*. Porto: A. Azevedo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, ENSINO PÚBLICO, ACTIVIDADES FÍSICAS E DESPORTIVAS.

## **Agradecimentos**

Qualquer projecto, como conjunto de meios que visa atingir um fim, encerra em si algo aliciante. À boa maneira Gestaltista, podemos mesmo mencionar que este “todo” supera a soma das suas partes, atingindo objectivos que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida, independentemente do contexto no qual se situe.

Assim, apesar dos naturais obstáculos que se apresentaram ao longo de todo este processo, a vontade de enriquecimento pessoal e a partilha de conhecimentos para com o próximo foram mais fortes, permitindo o culminar de todo um decurso com altos e baixos mas, sobretudo, gratificante a todos os níveis. No fim de contas, o que permanece na lembrança serão todos estes capítulos.

Desta forma agradeço:

- a todos os professores das disciplinas do curso de Mestrado de Gestão Desportiva, pelo enriquecimento pessoal que me permitiram e ao meu orientador, Professor Doutor Abel Figueiredo, que me orientou no presente trabalho, proporcionando-me conhecimento e estima pessoal.

- a todos os meus amigos e colegas de profissão, pelo auxílio prestado no desenvolvimento dos questionários e na respectiva recolha de informação.

- aos meus professores do passado, hoje colegas e sobretudo amigos, pela disponibilidade voluntária e pelos conselhos permanentes.

- aos colegas do Departamento de Educação Física e Desporto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu que compreenderam e me ajudaram, no possível, a finalização deste projecto.

- aos meus familiares e à minha companheira, não menos importantes, no seio dos quais obtive força e os alicerces para continuar o meu trabalho.

## Índice Geral

<b>Resumo .....</b>	<b>XVIII</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>XIX</b>
<b>Résumé .....</b>	<b>XX</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Objecto de Estudo e Modelo de Análise .....	2
1.3. Área de Estudo .....	4
1.4. A Problemática e o Problema.....	5
1.6. Metodologia.....	7
1.7. Organização da Apresentação do Estudo.....	8
<b>2. Organização histórica do Sistema Educativo Português .....</b>	<b>9</b>
<b>3. A Educação Física na Educação Pré-Escolar .....</b>	<b>14</b>
<b>4. A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico .....</b>	<b>21</b>
4.1. A Expressão e Educação Físico Motora .....	21
4.2. Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – a Actividade Física e Desportiva.....	24
4.3. Relação entre EF, EEFM e AFD .....	31
<b>5. A Educação Física nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.....</b>	<b>35</b>
<b>6. O Desporto Escolar .....</b>	<b>38</b>
<b>7. A complementaridade entre o Sistema Desportivo e o Sistema Educativo .....</b>	<b>44</b>
<b>8. Da Educação Física à Motricidade Humana – Um Corte Epistemológico .....</b>	<b>47</b>
8.1. A intencionalidade operante na comunidade desportiva.....	47
<b>9. As Instalações Desportivas – um Espaço Artificial .....</b>	<b>53</b>
9.1. “Para quê?” – a necessidade de instalações desportivas .....	54
<b>10. Metodologia .....</b>	<b>57</b>
10.1. Objectivos .....	57
10.2. Hipóteses .....	57
10.3. Amostra.....	58

10.4. Instrumento de Recolha de Dados.....	59
10.4.1. Processo de Construção.....	59
10.4.2. Organização do Questionário .....	60
10.4.3. Aplicação do Questionário .....	61
10.4.4. Fidelidade do Questionário .....	62
10.5. Tratamento dos Dados.....	62
10.5.1. Apresentação dos Dados.....	62
10.6. Validade .....	63
<b>11. Caracterização do Concelho de Viseu.....</b>	<b>64</b>
11.1. Caracterização da População do Concelho .....	69
11.2. População residente por escalões etários .....	71
11.3. Caracterização geral e evolução do Sistema Educativo no Concelho .	76
11.3.1 Níveis de Ensino e Formação.....	76
11.4. Organização Administrativa do Sistema Educativo do Concelho (Ensino Público).....	80
11.4.1. Procura e oferta de educação, ensino e formação no concelho – Caracterização dos Agrupamentos de Escola .....	82
11.4.1.2. Agrupamento de Escolas.....	83
11.4.1.3. Agrupamento de Escolas de Abraveses.....	83
11.4.1.4. Agrupamento de Escolas Grão Vasco .....	87
11.4.1.5. Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique.....	89
11.4.1.6. Agrupamento de Escolas de Marzovelos.....	93
11.4.1.7. Agrupamento de Escolas de Mundão .....	96
11.4.1.8. Agrupamento de Escolas de Silgueiros .....	100
11.4.1.9. Agrupamento de Escolas de Vil de Souto.....	102
11.4.1.10. Agrupamento de Escolas do Viso .....	106
11.5. Escolas Não Agrupadas (ENA).....	109
11.5.1. Escola Secundária Alves Martins (ESAM) .....	109
11.5.2 Escola Secundária Emídio Navarro (ESEN) .....	112
11.5.3. Escola Secundária Viriato (ESV) .....	114
11.5.4. Centro de Formação Profissional de Viseu.....	117
11.6. Oferta de Instalações Desportivas no Concelho de Viseu .....	119

11.7. A Vocação dos Espaços (tipologia de instalações desportivas).....	121
11.7.1. Critérios para a classificação das Instalações Desportivas .....	126
<b>12. Apresentação dos Resultados .....</b>	<b>129</b>
12.1. Quantificação e Tipologia das Instalações Desportivas .....	129
12.1.1. Dados integrais .....	129
12.1.2. Dados em função dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas .....	131
12.2. Taxa de ocupação das Instalações Desportivas .....	134
12.2.1. Dados integrais .....	134
12.2.2. Dados em função dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas .....	136
12.3. Gestão / Conservação das Instalações Desportivas / Conservação..	145
12.3.1. Dados integrais .....	145
<b>13. Discussão dos Resultados.....</b>	<b>149</b>
<b>14. Conclusões e Recomendações.....</b>	<b>160</b>
14.1. Conclusões Gerais.....	160
14.2. Conclusões Específicas .....	162
14.3. Prolongamentos e Recomendações .....	165
<b>15. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>181</b>

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Estabelecimentos com AFD, por Direcção Regional de Educação (2006/2007 - 2007/2008).....	31
Gráfico 2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos etários, em 2001 .....	72

## Índice de Figuras

Figura 1 - Representação gráfica do estudo .....	3
Figura 2 - Dimensões do Conceito de Deporto .....	13
Figura 3 - NUT II Centro e NUT III Dão-Lafões .....	64
Figura 4 - Distritos de Portugal.....	65
Figura 5 - Municípios do Distrito de Viseu.....	66
Figura 6 - Freguesias do Município de Viseu .....	67
Figura 7 - Mapa do Município de Viseu.....	68

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Finalidades da EF no 1º CEB.....	23
Quadro 2 - Dificuldades dos Professores.....	24
Quadro 3 - Alunos abrangidos pela Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação .....	27
Quadro 4 - Distribuição do tipo de escolas do 1º ciclo estudadas.....	28
Quadro 5 - Distribuição por classes dos metros quadrados dos espaços cobertos para a Educação Física nas escolas do 1º Ciclo estudadas .....	28
Quadro 6 - Distribuição por classes dos metros quadrados dos espaços descobertos para a Educação Física nas escolas do 1º Ciclo estudadas.....	29
Quadro 7 - Distribuição por classes dos metros quadrados dos espaços para Educação Física das escolas do 1º Ciclo estudadas .....	29
Quadro 8 - Média dos espaços para a Educação Física em cada uma das escolas estudadas em m <sup>2</sup> .....	30
Quadro 9 - Estabelecimentos com Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação .....	31
Quadro 10 - Número de alunos-praticantes e respectivas taxas de crescimento por género, desde 2001/02 até 2004/05 .....	42
Quadro 11 - Número e percentagem de alunos-praticantes por DRE, em 2004/05 .....	42
Quadro 12 - Ficha de caracterização das instalações desportivas .....	43
Quadro 13 - Equipamentos desportivos pretendidos .....	55
Quadro 14 - Classificação da qualidade das instalações .....	55
Quadro 15 - Instalações mais necessárias.....	56
Quadro 16 - População residente em 1981, 1991, 2001 e variação percentual. ....	69
Quadro 17 - População no concelho de Viseu, por sexo .....	70
Quadro 18 - Crescimento da população no concelho de Viseu, por sexo, de 1991 a 2001 .....	71
Quadro 19 - População residente, por escalões etários, em 1991 e 2001.....	71
Quadro 20 - População residente, por grupo etário, em 2001.....	72

Quadro 21 - Variação percentual, por intervalo etário, de 1991 a 2001 .....	73
Quadro 22 - População residente no concelho, por grupo etário, em 2001 .....	73
Quadro 23 - Variação da população residente, por escalões etários, de 1991 a 2001 .....	74
Quadro 24 - População residente, por grupos etários em idade escolar, em 1991 e 2001 .....	75
Quadro 25 - Variação da população residente, por grupos etários em idade escolar, entre 1991 e 2001.....	76
Quadro 26 - Evolução da taxa de analfabetismo nos anos de 1991 e 2001 ....	77
Quadro 27 - Comparação dos níveis de ensino por região .....	77
Quadro 28 - Níveis de ensino atingido, pela população residente, no concelho em 2001 .....	78
Quadro 29 - Variação do ensino público e privado, por níveis de ensino, em 2005/2006 .....	79
Quadro 30 - Níveis de ensino no âmbito dos estabelecimentos públicos .....	79
Quadro 31 - Caracterização dos estabelecimentos de ensino no Concelho ....	81
Quadro 32 - Alunos por agrupamento e escolas não agrupadas .....	82
Quadro 33 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Abraveses .....	83
Quadro 34 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Abraveses .....	84
Quadro 35 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) Escola sede do Agrupamento de Abraveses .....	84
Quadro 36 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares.....	85
Quadro 37 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Abraveses .....	86
Quadro 38 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento Grão Vasco..	87
Quadro 39 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento Grão Vasco .....	87

Quadro 40 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento Grão Vasco.....	88
Quadro 41 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares.....	88
Quadro 42 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento Grão Vasco .....	89
Quadro 43 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento Infante D. Henrique.....	90
Quadro 44 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento Infante D. Henrique.....	90
Quadro 45 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento Infante D. Henrique.....	90
Quadro 46 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares.....	91
Quadro 47 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento Infante D. Henrique.....	92
Quadro 48 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Marzovelos .....	93
Quadro 49 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Marzovelos .....	93
Quadro 50 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento de Marzovelos .....	94
Quadro 52 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB1, 2 - Transportes escolares.....	94
Quadro 52 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Marzovelos .....	95
Quadro 53 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Mundão ..	96
Quadro 54 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Mundão .....	96

Quadro 55 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento de Mundão.....	97
Quadro 56 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares.....	98
Quadro 57 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Mundão .....	99
Quadro 58 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Silgueiros .....	100
Quadro 59 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Silgueiros.....	100
Quadro 60 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento de Silgueiros .....	100
Quadro 61 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares.....	101
Quadro 62 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Silgueiros.....	102
Quadro 63 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Vil de Souto .....	103
Quadro 64 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Vil de Souto.....	103
Quadro 65 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2ºCiclo) Escola sede do Agrupamento de Vil de Souto.....	103
Quadro 66 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB2,3 - Transportes escolares.....	104
Quadro 67 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Vil de Souto.....	105
Quadro 68 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento do Viso .....	106
Quadro 69 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento do Viso. ....	106

Quadro 70 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento do Viso.....	106
Quadro 71 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares.....	107
Quadro 72 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/2006 - Agrupamento do Viso .....	108
Quadro 73 - Evolução do número de alunos de 2001/02 a 2005/06 – ESAM.. .....	110
Quadro 74 - Freguesias de proveniência dos alunos do 10º ano de escolaridade (ESAM) .....	110
Quadro 75 - Distribuição dos alunos por cursos (ESAM).....	111
Quadro 76 - N.º de alunos, n.º de docentes, capacidade de turmas, turmas existentes, n.º de alunos por turma e taxa de ocupação em 2005/06 (ESAM) .....	111
Quadro 77 - Evolução do número de alunos de 2001/02 a 2005/06 – ESEN.. .....	112
Quadro 78 - Freguesias de proveniência dos alunos do 10º ano de escolaridade (ESEN).....	113
Quadro 79 - Distribuição dos alunos por cursos (ESEN) .....	114
Quadro 80 - N.º de alunos, n.º de docentes, capacidade de turmas, turmas existentes, n.º de alunos por turma e taxa de ocupação em 2005/06 (ESEN).....	114
Quadro 81 - Evolução do número de alunos de 2001/02 a 2005/06 – ESV... ..	115
Quadro 82 - Freguesias de proveniência dos alunos do 10º ano de escolaridade (ESV) .....	115
Quadro 83 - Distribuição dos alunos por cursos (ESV).....	116
Quadro 84 - N.º de alunos, n.º de docentes, capacidade de turmas, turmas existentes, n.º de alunos por turma e taxa de ocupação em 2005/06 (ESV) .	116
Quadro 85 - M <sup>2</sup> de recintos desportivos – Concelho de Viseu .....	119
Quadro 86 - M <sup>2</sup> de recintos desportivos – Concelho de Viseu / Normas Europeia.....	120
Quadro 87 - Tipologia de Instalações Desportivas.....	124

Quadro 88 - Diplomas Legislativos referentes aos espaços dos edifícios e respectiva identificação vocacional .....	125
Quadro 89 - Instalações desportivas escolares situadas no Concelho de Viseu .....	129
Quadro 90 - Tipologia de instalações desportivas escolares situadas no Concelho de Viseu .....	130
Quadro 91 - Instalações desportivas situadas no Concelho de Viseu, por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas .....	132
Quadro 92 - Rácio de alunos por instalação desportiva e por total de instalações, por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas .....	133
Quadro 93 - Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares.....	136
Quadro 94 - Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares, por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas .....	137
Quadro 95 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Abraveses .....	137
Quadro 96 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE Grão Vasco .....	138
Quadro 97 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE Infante D. Henrique.....	139
Quadro 98 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Marzovelos.....	140
Quadro 99 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Mundão .....	140
Quadro 100 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Silgueiros.....	141
Quadro 101 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Vil de Souto.....	142
Quadro 102 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE do Viso	142
Quadro 103 - Taxa de ocupação das instalações localizadas na ES Alves Martins .....	143
Quadro 104 - Taxa de ocupação das instalações localizadas na ES Emídio Navarro .....	143

Quadro 105 - Taxa de ocupação das instalações localizadas na ES Viriato..	144
Quadro 106 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no CFP Viseu	145
Quadro 107 - Gestão / Conservação das instalações localizadas no Concelho	
.....	148

## Índice de Anexos

Anexo I - Questionário.....	CLXXXII
Anexo II - Sondagens efectuadas pela Associação Portuguesa de Professores de Educação Física.....	CLXXXIX

## Resumo

O presente estudo enquadra-se no contexto da Gestão Desportiva, concretamente no âmbito das instalações desportivas utilizadas intencionalmente no sistema escolar público do Concelho de Viseu, no sentido de verificar a sua conformidade com as exigências inerentes à realização das diferentes actividades físicas e desportivas curriculares e extra-curriculares dos seus alunos.

Depois de situado o sistema educativo, analisámos a tipologia de cada instalação desportiva e respectivo estado de conservação, assim como a taxa de utilização e o tipo de gestão realizado.

A análise dos resultados revelou que existem 45 instalações desportivas escolares no Concelho de Viseu, sendo 21 cobertas e 24 descobertas, distribuindo-se maioritariamente por Pequenos Campos, Pavilhões e Salas de Desporto. No que concerne à taxa de ocupação das mesmas, grande parte das instalações encontram-se em funcionamento entre 25% a 50% da sua disponibilidade total, sendo escasso o número de instalações com percentagens aproximadas dos 75% de ocupação, pelo que apenas uma atingiu o valor máximo de ocupação durante o período de tempo estabelecido.

As instalações desportivas datam das décadas de 80 e, sobretudo 90, na medida em que apenas 2 instalações apresentam conclusões a partir do ano 2000. Por seu lado, a requalificação das mesmas apenas se verificou em duas instituições: na escola EB2,3 de Mundão e na Escola Secundária Alves Martins. Como tal, os responsáveis pelo funcionamento das instalações desportivas em geral referiram que as mesmas se encontram em mau estado de conservação, não possibilitando o desenvolvimento integral da prática das actividades físicas e desportivas de acordo com as metas estabelecidas.

Com base nos dados recolhidos, interpretação e discussão dos mesmos, apontamos um conjunto de sugestões com vista a uma intervenção futura no contexto, de modo a minimizar as carências existentes aos diversos níveis analisados no Concelho de Viseu.

## **Abstract**

The following study refers to the area of Sport Management, specifically on the context of sport facilities, intentionally used in the public school system of Viseu, intending to verify its appliance within the development of the physical and sport activities, curricular and extra-curricular of its students.

After the description of the educative system, we analyzed the type and the condition of the pavements of each sport facility, its occupation rate during the curricular and extra-curricular school periods and the type of management that is made on each space.

The results analysis revealed that there are 45 sport facilities in the sum of the existing schools of Viseu, accounted 21 indoor sport facilities and 24 outdoor facilities. The majority is composed by small fields, sports rooms and sport pavilions. In the matter of the occupation rating of the sport facilities, we realized that most of the facilities are functioning on rates that are between 25% and 50% of its total available. There are few sport facilities that present high occupation ratings such as 75% and there was only found that is fully occupied during the established time.

The sport facilities provide from the early 80's and, especially 90's, existing only 2 facilities that were concluded after the year 2000. Even though, we verified that requalification processes of the sport facilities only occurred in two schools, on the EB2,3 of Mundão and on the Secondary School Alves Martins. Therefore, the facilities management responsible revealed that, in general, the structures are not in a good state of conservation, not allowing that the sport practice could happen according to the established targets.

Based on the collect data, interpretation e discussion of such, we suggest some measures which can be taken to minimize the existing problems on the various levels studied, so that we can accept a normal functioning and development of the physical and sport activities, considered fundamental to the young students of Viseu.

## Résumé

Présente étude il s'encadre dans le contexte de la Gestion Sportive, concrètement dans le contexte des installations sportives utilisées intentionnellement dans le système scolaire public de la Commune de Viseu, dans le but de vérifier sa conformité avec les exigences inhérentes à la réalisation des différentes activités physiques et sportives curriculaires et extra-curriculaires de leurs élèves.

Après placé le système éducatif, nous avons analysé la typologie de chaque installation sportive et respectif état de conservation, ainsi que le taux d'utilisation et du type de gestion réalisé. L'analyse des résultats a révélé qui existent 45 installations sportives scolaires dans la Commune de Viseu, en étant 21 couvertures et 24 découvertes, en se distribuant majoritairement par de Petits Champs, Pavillons et Salles de Sport.

En ce qui concerne le taux d'occupation de les mêmes, grande partie des installations se trouvent en fonctionnement entre 25% à 50% de sa disponibilité totale, en étant insuffisante le nombre d'installations avec des pourcentages approximatifs du 75% d'occupation, par laquelle seulement un a atteint la valeur maxima d'occupation pendant la période de temps établi.

Les installations sportives datent des décennies de 80 et, surtout 90, dans la mesure où seulement 2 installations présentent des conclusions à partir de l'année 2000. De son côté, la requalification de le mêmes seulement s'est vérifiée dans deux institutions : dans l'école EB2,3 de Mundão et dans l'École Secondaire Alves Martins. Comme tel, les responsables par le fonctionnement des installations sportives en général se sont rapportés que les mêmes se trouvent dans mauvais état de conservation, en ne rendant pas possible le développement intégral de la pratique des activités physiques et sportives conformément aux objectifs établis.

Sur base des données rassemblées, interprétation et discussion des mêmes, nous indiquons un ensemble de suggestions en vue d'une intervention future dans le contexte, afin de minimiser les manques existants aux divers niveaux analysés dans la Commune de Viseu.

## Lista de Abreviaturas

- AE – Agrupamento de Escolas.
- AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular.
- AEs – Agrupamentos de Escolas.
- AFD – Actividade(s) Física(s) e Desportiva(s).
- APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil.
- ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.
- CAP – Comissão de Acompanhamento do Programa.
- CDE – Clubes de Desporto Escolar.
- CEB – Ciclo do Ensino Básico.
- CEFD – Centro de Estudos de Formação Desportiva.
- CFP – Centro de Formação Profissional.
- CNAPEF – Conselho Nacional das Associação de Professores de Educação Física.
- CSPOPE – Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos.
- DE – Desporto Escolar.
- DGEBS – Direcção Geral dos Ensinos Básicos e Secundário.
- DGIDC – Direcção Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular.
- DRE – Direcção Regional de Educação.
- DREC – Direcção Regional de Educação do Centro.
- EB1 – Escola Básica do 1º Ciclo
- EB2,3 – Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos.
- EEFM – Expressão e Educação Físico Motora.
- EF – Educação Física.
- ENA – Escolas Não Agrupadas.
- ES – Ensino Secundário.
- ESAM – Escola Secundária Alves Martins.
- ESEN – Escola Secundária Emídio Navarro.
- ESV – Escola Secundária Viriato.

- GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.
- INE – Instituto Nacional de Estatística.
- IPJ – Instituto Português da Juventude.
- JI – Jardim de Infância.
- LBAFD – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.
- LBSD – Lei de Bases do Sistema Desportivo.
- LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo.
- ME – Ministério da Educação.
- NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial.
- OCEPE – Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.
- PDE – Programa de Desporto Escolar.
- PNEF – Programa Nacional de Educação Física.
- SEJD – Secretário de Estado da Juventude e do Desporto.
- SPEF – Sociedade Portuguesa de Educação Física.
- 1º CEB – 1º Ciclo do Ensino Básico.
- 3º CEB – 3º Ciclo do Ensino Básico.

# 1. Introdução

## 1.1. Contextualização

O multifacetado conceito de “desporto” surge como consequência do seu desenvolvimento ou progresso até à realidade actual provocando, cada vez mais, a necessidade de realização de estudos que visem “desbloquear” o(s) seu(s) significado(s), de modo a tornarem-no perceptível e até tangível, para que possa ser adequado às necessidades individuais dos praticantes.

Pires e Sarmento (2001) referem mesmo que o desporto da actualidade se encontra em “crise”, quer no âmbito competitivo (profissional), quer no âmbito educativo.

*Esta crise surge da desagregação do modelo corporativo do desporto tradicional, que já não responde às dinâmicas da sociedade da nova economia naquilo que esta tem a ver com a indústria do entretenimento associada às novas tecnologias de informação e comunicação e ao desporto. (Pires & Sarmento, 2001, p.1).*

O desenvolvimento da prática desportiva implicará, como tal, para além de um crescimento territorial harmonioso do Desporto, a equidade e coesão no acesso ao Desporto para quaisquer cidadãos, bem como um conjunto de condições básicas de bem-estar e rendimento que permitam a esses cidadãos a prática regular do Desporto.

Nestas linhas de pensamento, a Carta Europeia do Desporto (adoptada pelo Comité de Ministros em 24 de Setembro de 1992 e revista na reunião de 16 de Maio de 2001) define, no artigo 1º, que os “Governos, com vista à promoção do Desporto como factor importante do desenvolvimento humano, tomarão as medidas necessárias a fim de darem a cada indivíduo a possibilidade de praticar Desporto”, concretamente:

*“a) Assegurando a todos os jovens a possibilidade de beneficiar de programas de educação física para desenvolver as suas aptidões desportivas de base;”*

*“b) Assegurando a cada um a possibilidade de praticar Desporto e de participar em actividades físicas e recreativas num ambiente seguro e saudável (...) e em cooperação com os organismos desportivos apropriados;”*

*“c) Assegurando a quem manifestar tal desejo e possuir as competências necessárias, a possibilidade de melhorar o seu nível de rendimento e de realizar o seu potencial de desenvolvimento pessoal e/ou de alcançar níveis de excelência publicamente reconhecidos.”*

Analisando a primeira alínea do artigo supracitado, no sentido de assegurar a sua prossecução, a Assembleia da República aprovou o decreto de Lei n.º 115/A-98, de 4 de Maio, posteriormente rectificado pela Lei n.º24/99 de 22 de Abril, de modo a fomentar “a autonomia das escolas e a descentralização”, como constituintes fundamentais de uma nova “organização da educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação.”

Neste contexto, na medida em que o impacto provocado pela actividade física assume um papel fulcral no progresso das capacidades humanas, existe necessidade em analisar o papel assumido por esta área de intervenção no sistema de ensino, quer nos planos curricular ou estrutural, quer num plano mais alargado de exigências, considerando-se o que é normalmente outorgado à Escola.

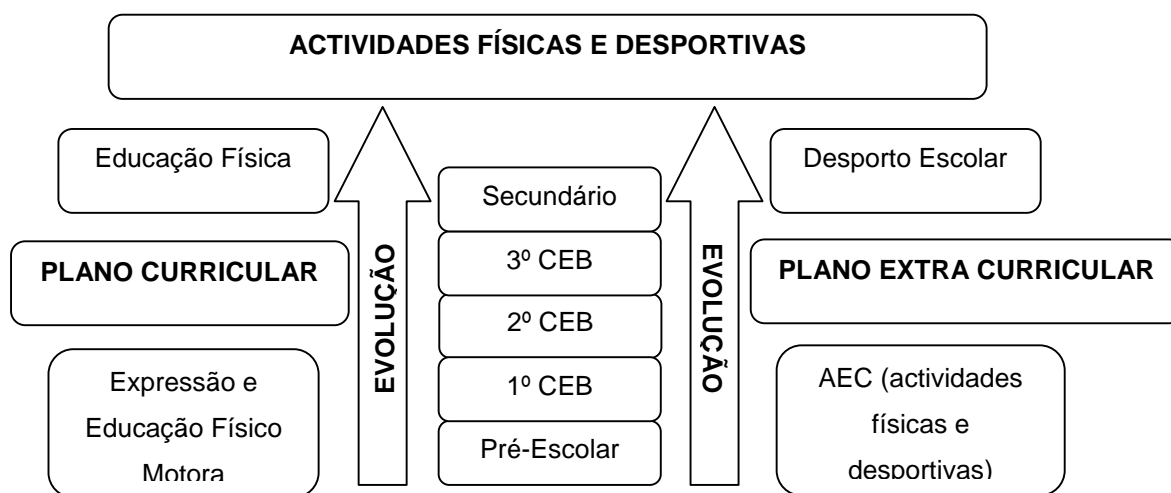
Dado que a prática do Desporto depende, em parte, do número, da diversidade das instalações e da sua acessibilidade, o ponto 3 do artigo 4º da Carta Europeia do Desporto refere que “cabe aos poderes públicos fazer a sua planificação global, tendo em conta as exigências nacionais, regionais e locais assim como as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes. Os responsáveis tomarão medidas para permitir a boa gestão e a utilização plena das instalações, em toda a segurança.”

## **1.2. Objecto de Estudo e Modelo de Análise**

O objecto central do nosso estudo prende-se à análise da evolução das actividades físicas e desportivas, quer num plano curricular (corporizado na

Expressão e Educação Físico Motora e Educação Física escolares), quer num plano extra-curricular (corporizado nas Actividades de Enriquecimento Curricular – Actividades Físicas e Desportivas e no Desporto Escolar), no âmbito da escolaridade pública no concelho de Viseu.

Na medida em que se pretende desenvolver o fomento da prática desportiva, a existência de instalações desportivas visa ser uma condição essencial para o objectivo pretendido, numa perspectiva de evolução desde o Ensino Pré-escolar até ao Ensino Secundário, atravessando os 1º, 2 e 3º ciclos do Ensino Básico, daí relevar-se a caracterização das instalações desportivas face ao Sistema Educativo.



**Figura 1 - Representação gráfica do estudo**

Assemelhando uma instalação desportiva a um espaço de desenvolvimento desportivo (Cunha, 2007), pretendemos perceber a concepção que os agentes responsáveis das instalações possuem acerca da adequabilidade do espaço às finalidades pretendidas, através do uso que é atribuído a essas mesmas instalações.

Enaltecemos o espaço desportivo, recorrendo à metáfora da sua “sacralização”, representativa de um processo que tem como objectivo final dignificá-lo por via da sua qualificação material, humana e simbólica, uma vez que associa processos de codificação espacial com a regulação dos comportamentos dos respectivos utilizadores (*Ibidem*, 2007).

As consequências revertem sempre a favor dos praticantes e respectivas práticas e a codificação espacial é a inscrição de símbolos no espaço. Para a efectivação do processo apresentado, segundo o autor, localizam-se organizadamente símbolos, determinam-se regulamentos, dispõem-se intencionalmente materiais, apetrechos ou mesmo pessoas, de tal forma que as respectivas presenças sugerem ou impõem comportamentos aos utilizadores de um determinado espaço.

### 1.3. Área de Estudo

O presente estudo enquadra-se no âmbito da Gestão do Desporto, área que ascende como um possível instrumento que tenta resolver, ou pelo menos “ajudar os estigmas do desporto moderno” (Pires & Sarmiento, 2001, p. 2).

Por sua vez, enquanto facto social (uma das suas facetas), o Desporto encerra um conjunto de “maneiras de agir, pensar e sentir” (Durkheim, 1895, p. 30, cit. por Figueiredo, 2006, p. 25), desta forma, a Gestão Desportiva transcende o estudo das organizações ou dos indivíduos que as integram, visto que o fenómeno desportivo encerra em si um valor mais alargado do que o “mero acto de exercitar o corpo”.

Depreendemos que o Desporto, ao evoluir de acordo com o desenvolvimento da sociedade, torna-se mesmo como um fenómeno que reflecte ou espelha uma determinada cultura, expandindo-se ao ponto de transmitir valores, normas ou regras próprias do meio no qual se insere. Daí resultará a evolução e, conseqüentemente, a evolução do instrumento que visa atribuir-lhe significado, neste caso a Gestão do Desporto que, embora recorra a conceitos de outras áreas, possui uma especificidade própria e característica.

*[...] os licenciados em desporto (gestão desportiva) têm um espaço científico de actuação, com um paradigma próprio de intervenção profissional, sem necessidade de subordinação epistemológica a outras especialidades de conhecimento. Gerir um hospital, uma fábrica ou uma empresa de serviços de limpeza, não é a mesma coisa que gerir uma federação desportiva. Quem disser o contrário está completamente à parte daquilo que se passa no mundo do desporto. (Pires et al., s/d)*

Atentando aos paradigmas do Desporto, nos seus domínios de estudo, uma das possibilidades será a análise da dimensão institucional no conceito operacional do Desporto (Pires, 1988, 2003, 2005, cit. por Figueiredo, 2006), que tende a situar as normas, valores e símbolos de uma organização de pessoas, numa entidade, denominada por Figueiredo (2006), como comunidade intencional.

Este conceito alarga a dimensão de estudo da Gestão Desportiva, na medida em que não se preocupa apenas em analisar estruturalmente as organizações (nível jurídico, administrativo, entre outros), mas também de “situar uma identidade própria para fins de prática desportiva”.

*O conceito de instituição passa a ser explorado numa perspectiva fenomenológica onde se salienta o modo como os indivíduos criam ou adaptam as instituições, integrando, interpretando e superando, quando possível, a perspectiva funcionalista que tem visto as instituições como respostas às necessidades dos indivíduos ou das sociedades. (Figueiredo, 2006, p. 24)*

Nesta linha de pensamento, o nosso estudo caracteriza o desenvolvimento das práticas desportivas no âmbito das instituições escolares e das intenções dos indivíduos que as constituem, focalizando o estado das instalações desportivas escolares como uma das condicionantes dessa mesma prática desportiva.

#### **1.4. A Problemática e o Problema**

As instalações desportivas revelam a expressão desportiva de uma comunidade no espaço ou território, de forma institucionalizada e permanente (Cunha, 2007). Parece-nos ficar demarcada a intencionalidade desportiva social dos intervenientes neste processo, no sentido de fomentar o desenvolvimento humano, neste caso integrado, das crianças e jovens, não associado a uma lógica cartesiana de formação (na qual o indivíduo possui duas dimensões distintas – mental e motora ou corpórea), mas em toda a plenitude da motricidade humana, com vista à transcendência do indivíduo.

Neste sentido, a tendência actual parece orientar-se no sentido da gestão do processo educativo, no que concerne à criação de condições funcionais e estruturais para que este decorra da melhor forma possível. De acordo com o contexto apresentado, consideram-se as instalações desportivas como imprescindíveis para um normal e correcto desenvolvimento das actividades físicas e desportivas (curriculares e extra-curriculares).

Não obstante, segundo Pina (1997, cit. por Baptista, 2001), apesar das construções realizadas nesta última década, a problemática das instalações/equipamentos das escolas ainda não se resolveu de forma significativa pois, para além de serem inúmeras as escolas sem quaisquer instalações específicas, em muitas situações, as que existem apresentam graus, mais ou menos substanciais, de degradação.

Acerca desta problemática no Concelho de Viseu, verificámos que não existem estudos que definam concretamente a realidade deste contexto, contudo, apontamos o trabalho efectuado por Cálão (2003), o qual consistiu em caracterizar a oferta e procura desportiva. Não obstante, o estudo citado apenas se assemelha ao que pretendemos elaborar, na medida em que não permite evidenciar se as instalações desportivas possuem definida a acessibilidade escolar.

Levanta-se assim o seguinte problema:

*Qual o grau de preparação das instalações desportivas, no Concelho de Viseu, ao serviço do desenvolvimento desportivo escolar?*

### **1.5. Dimensões de Análise**

Atentando ao problema previamente estabelecido, apraz-nos atribuir sentido aos conceitos de “grau de preparação”, assim como de “desenvolvimento desportivo escolar”, possibilitando-nos estabelecer as dimensões de estudo do problema a analisar.

Desta forma, o grau de preparação das instalações desportivas é por nós entendido como a capacidade de resposta que estas possuem face à promoção e realização das actividades físicas e desportivas, materializando-se

nos seguintes itens (posteriormente apresentados no instrumento de recolha de dados):

- Tipologia;
- Taxa de ocupação durante os períodos curricular e extra-curricular;
- Estado de conservação;
- Gestão e funcionamento.

Por seu lado, o desenvolvimento desportivo escolar prende-se com a prática desportiva no âmbito do sistema educativo, nos contextos curricular e extra-curricular, de modo a garantir o desenvolvimento harmonioso dos alunos. Como tal, estas dimensões são analisadas no enquadramento teórico do nosso estudo, desde a prática das Expressão Motora, na Educação Pré-Escolar como ponto de partida do processo de desenvolvimento humano, até à Educação Física curricular.

#### **1.6. Metodologia**

De modo a robustecer o nosso estudo, tentámos realizar um enquadramento teórico do contexto, efectuando uma pesquisa em publicações da área científica das Ciências do Desporto, indexadas na *Science Citation Index*, através da *ISI Web ok Knowledge*, para as *Key words: sport, facilities, school*, na medida em que pretendemos estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da prática desportiva escolar e as instalações desportivas.

Nestas linhas de pensamento, encontrámos um total de 27 artigos que, supostamente, relacionariam os conteúdos descritos. Não obstante, os artigos analisados referiam-se maioritariamente a *sport injuries* (lesões desportivas), *physical education contributes* (contributos físicos e psicológicos da Educação Física), levando-nos a concluir que não existem ainda estudos robustos que visem relacionar os tópicos do tema escolhido.

Como tal, o enquadramento teórico pretendido irá ser realizado ao longo da análise da legislação que rege as diferentes actividades físicas e desportivas, ao mesmo tempo que pretendemos comparar os resultados

encontrados no nosso estudo com outros, efectuados anteriormente, que se situem em contexto semelhante.

O método utilizado para a recolha de dados foi a observação indirecta através do inquérito por questionário aplicado aos responsáveis pelas instalações desportivas (consultar *processo de recolha de dados*).

### **1.7. Organização da Apresentação do Estudo**

Nestas linhas de pensamento, considerámos necessário, para além de proceder à caracterização dos diferentes Agrupamentos de Escola e Escolas Não Agrupadas no Concelho de Viseu, definir os critérios a utilizar posteriormente para classificar as instalações desportivas aí localizadas, baseando-nos numa análise prévia da legislação vigente e, igualmente, na literatura revista.

Com base nos critérios estabelecidos, procedemos à caracterização do número e tipologia das instalações localizadas em cada Agrupamento de Escolas e Escolas Não Agrupadas, assim como das suas taxas de ocupação habituais durante os períodos curricular e extra-curricular, os tipos de gestão realizados nas mesmas e respectivos estados de conservação, relativamente a cada uma das diferentes escolas integradas do sistema de ensino do Concelho.

Seguidamente, procurámos analisar as implicações dos dados recolhidos no âmbito do nosso estudo, comparando-os com outros estudos efectuados, no que concerne ao Concelho de Viseu, assim como a cada uma das escolas em particular. Adicionalmente, apresentámos algumas sugestões no sentido de melhorar a situação encontrada, sobretudo no que diz respeito a alguns grupos de escolas que evidenciaram uma situação precária no domínio das instalações desportivas.

Após sintetizar as principais conclusões do nosso estudo, com o posterior objectivo de sugerir algumas pistas para o desenvolvimento de futuros estudos a realizar no contexto, o presente trabalho é finalizado com a apresentação da bibliografia de suporte à investigação e respectivos anexos informativos.

## **2. Organização histórica do Sistema Educativo Português**

De acordo com os conceitos centrais do nosso estudo, entre os quais o sistema educativo, no sentido do desenvolvimento desportivo escolar, optamos por pegar no ponto de partida, apresentado como título, para posteriormente desenvolver o trabalho, partindo do enquadramento da escola até à actualidade, para posteriormente enquadrar e justificar a presença das actividades físicas e desportivas nos diversos âmbitos, quer curriculares, quer extra-curriculares.

Constituindo a escola um subsistema do sistema educativo (Castro, 1995, cit. por Nóbrega, 2006), onde existe uma interligação e interacção entre os diferentes factores estruturais, sócio-económicos, ideológicos, científicos e culturais, será desadequado falar da escola portuguesa (ao nível organizacional) desligada da sua conjuntura global.

As constantes mutações ocorridas na sociedade portuguesa (económicas e políticas), conjugadas com os princípios consagrados na constituição portuguesa e "reforçados para o contexto educacional na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), têm conduzido a uma reconceptualização da educação, de escola e do professor" (Castro, 1995, cit. por Nóbrega, 2006), o que, necessariamente, tem desencadeado mudanças significativas a todos os níveis da administração.

No que ao ensino básico diz respeito, o modelo organizacional do nosso sistema educativo, na perspectiva de Nóbrega (2006), tem sofrido alterações ao longo dos tempos, fruto de análise e reflexões sobre a adequação/inadequação do mesmo às necessidades e exigências que a sociedade portuguesa lhe coloca.

As mais recentes alterações decorrem no âmbito da aplicação e implementação do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário). Perante o decreto apresentado, torna-se possível a criação de agrupamentos de escolas, através da associação de estabelecimentos de ensino dos níveis apresentados

anteriormente. De facto, o Decreto Regulamentar n.º12/2000, no seu artigo n.º 4 publicado a 29 de Agosto de 2000, referencia já alguns pressupostos fundamentais para a criação desses mesmos agrupamentos (*Ibidem*, 2006).

Tal processo visa atingir um conjunto de finalidades, entre as quais se destaca a de “favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica” (alínea a, ponto 1, artigo n.º 5, Decreto-Lei n.º 115-A/98).

A legislação visa envolver as comunidades educativas locais (professores, famílias e autarquias) na constituição dos agrupamentos, através da negociação, dado serem requisitos para a formação de agrupamentos, o parecer favorável dos municípios, a subscrição do mesmo pelos órgãos de gestão dos diversos estabelecimentos envolvidos e elementos comprovativos da consulta por parte das associações de pais e encarregados de educação das escolas envolvidas.

Consequentemente, fruto das dinâmicas estabelecidas, surgem dois tipos de agrupamentos, horizontais (associação de estabelecimentos de ensino realizada entre os do pré-escolar, 1º ciclo e ensino básico mediatizado) e verticais (associação dos anteriores com os estabelecimentos de ensino dos 2º e 3º ciclos).

Não obstante, em 2003, “[...] numa estratégia de recentralização agressiva [...]” (Afonso, 2005, cit. por Simões, 2005, p.9) o Ministério da Educação constitui os agrupamentos verticais (despacho n.º 13313/03, de 8 de Julho). Um dos argumentos utilizados na justificação de tal processo, apresenta-se o da continuidade educativa, isto é, segundo Nóbrega (2006), no estabelecimento de condições para a criação de dinâmicas de articulação entre os diferentes níveis de ensino, dando, assim, uma lógica de continuidade subjacente à criação do ensino básico.

Na opinião do autor supracitado, existia (e ainda existe) dentro do ensino básico e ao nível dos ciclos que o compõem, diferenças históricas que dificultam(ram) a existência de uma arquitectura conceptual que lhe confira um todo coerente e de unidade global. Isto é, constatava-se (constata-se) a existência de um “divórcio” (pelo menos, actualmente, ao nível informal) entre o

1º Ciclo e os 2º / 3º Ciclos, fruto das características conceituais e estruturais que lhes deram origem (Clímaco, 1989; Pires, 1993, 1996; Torrão, 1993; Ferreira, 1994, Formosinho, 1998; Simões, 2005, cit. por Nóbrega, 2006).

Segundo Nóbrega (2006), na prática, o nosso sistema educativo e no que ao ensino básico diz respeito, continuou a dividir-se em duas realidades - a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo (idêntico ao antigo ensino primário), para um lado, e os 2º e 3º Ciclos para o outro, na medida em que se continuaram a manter as estruturas que existiam e se encontravam em vigor há décadas.

Desta forma, tratando-se de uma mera operação cosmética, “[...] ao Ensino Primário passou a chamar-se 1º Ciclo; ao Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Ensino Preparatório), 2º Ciclo e ao Ensino Unificado, 3º Ciclo [...]” (*Ibidem*, 2006, p.74-75).

*[...] Do que já sabemos e verificamos vale a pena olhar de um outro ângulo, de modo a deixar de centrar a base da educação básica no escolar da escola primária e seu pré-escolar; antes partindo deste, tomando-o como educação de infância a prolongar-se nas atitudes, nos métodos e na organização, até ao seu termo de missão atribuída. [...]. Dos outros dois ciclos, dois mais três é o seu compasso, constituem em conjunto outra realidade, que não os distingue ou não se justifica que os distinga [...]. (Pires, 1996, s/p., cit. por Nóbrega, 2006, p.75)*

A realidade constata que o novo sistema educativo que emerge da mais recente versão consolidada da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), no seu artigo 4º, compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. O mesmo artigo refere que:

*“1 - A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.”*

*“2 - A educação escolar compreende os ensinamentos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.”*

*“3 - A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.”*

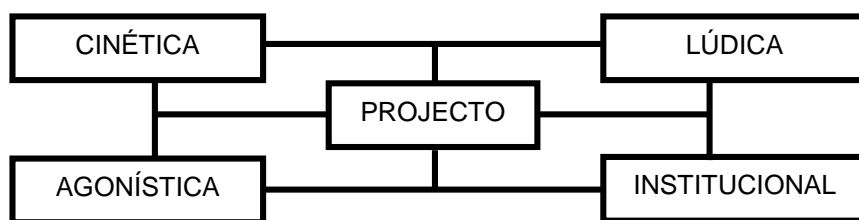
A educação escolar estrutura-se em três níveis: o ensino básico com nove anos de escolaridade, o ensino secundário com três anos de duração e o ensino superior politécnico e universitário, com duração entre três e cinco anos. O ensino básico desenvolve-se em três ciclos: o 1º ciclo com quatro anos de escolaridade, o 2º ciclo com dois e o 3º ciclo com os últimos três anos da escolaridade básica (Figueiredo, 1996).

*Por outro lado, enunciando como princípio fundamental que o ensino básico é universal e obrigatório e que constitui um dever e um direito de todos os cidadãos, a reforma do sistema educativo agora finalizada assume a importância da Educação Física (EF) em todos os níveis de escolaridade. (Figueiredo, 1996, p. 3)*

Após a sucinta apresentação dos marcos de desenvolvimento, no que à organização do sistema educativo diz respeito, e atentando ao enunciado por Figueiredo (1996), quanto à importância da Educação Física, constatamos a importante presença e integração desta área científica no desenvolvimento do indivíduo.

Tal remete-nos para o modelo alusivo às dimensões do Conceito de Desporto, evidenciadas por Pires (Modelo Pentadimensional de Geometria variável do Desporto) e reforçadas por Figueiredo (1994), o qual apresentamos na figura 2, concretamente no que concerne à dimensão “Institucional”, ao mencionar que a “[...] utilização institucional do desporto é, ao contrário do passado que o proibia, evidente também na escola, com destaque para as aulas de Educação Física [...]”

Neste contexto, o mesmo autor infere ainda acerca da importância da Educação Física, onde as actividades que pertencem ao seu quadro de referência se constituem, “por um lado, um fim em si mesmo e, por outro lado, tendo virtualidades desenvolvimentistas, um meio para desenvolver o indivíduo, o grupo e mesmo a organização.” (*Ibidem*, 2006, p. 8).



**Figura 2 - Dimensões do Conceito de Deporto (Adaptado de Figueiredo, 1994)**

Assim, instituir poderá ser compreendido como dotar os praticantes do conjunto de normas, regras e valores da sociedade na qual se inserem, de forma mais ou menos duradoira, permitindo-lhes um desenvolvimento sustentável e adequado. Esta ideia vai de encontro à estabelecida no âmbito do Controlo Motor, na medida em que a Aprendizagem é um processo que poderá ser encarado como a capacidade que indivíduo possui de alterar o seu comportamento e, sobretudo, a persistir com essas modificações por um período de tempo relativamente longo, para poder subsistir no meio onde se encontra.

Daí fazer sentido a expressão popular que refere que “aprender é na escola”, na medida em que a instituição escolar organizada propõe prover o indivíduo de estratégias que visem a sua subsistência e, como tal, a Educação Física contribui para essa mesma evolução, actuando aos mais diversos níveis, de forma eclética e inclusiva, pois “não se educam físicos, educam-se pessoa através de instrumentos de educação, como entre vários é o caso do desporto:” (Pires, 2005, p. 344, cit. por Figueiredo, 2006, p. 26).

### 3. A Educação Física na Educação Pré-Escolar

É com o desenvolvimento da escolaridade obrigatória que em Portugal se pode vislumbrar o alargamento educativo da importância dada à Educação Física.

Para Crespo (1992, cit. por Figueiredo, 1996, p. 14), “a grande proposta de uma educação física à escala nacional havia de surgir, em 1823, na obra *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Publica*, de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque” (p. 186).

Depois de identificar as características fundamentais no desenvolvimento da Educação Física nos sectores militar e médico, Estrela (1972, cit. por Figueiredo, 1996) identifica as linhas de base do sector escolar que caracterizam o período de 1834 a 1910 que ele denomina de “necessidade da Educação Física”.

*A primeira referência oficial à utilização da exercitação corporal na Instrução Primária faz-se em 1836. Decorrente da Reforma de Passos Manuel de 1835, no n.º 6 do art. 1º do Diário de Governo n.º 274, de 18 de Novembro de 1836, introduz-se no plano de instrução, além de outros aspectos, os “Exercícios ginásticos acomodados à idade. (Figueiredo, 1996, p.14)*

Embora posteriormente a Educação Física tenha sofrido um recuo em 1844, num movimento de “contra-Reforma”, no sector não oficial, tal não se verificou, na medida em que, na Real Casa Pia de Lisboa em 1838, foi nomeado um professor de ginástica de nacionalidade estrangeira para o estabelecimento Casa Pia de Lisboa (ensino primário e secundário) (*Ibidem*, 1996, p.14). Apesar dos movimentos de 1844, com a nomeação de um professor francês, em 1860 a ginástica passa a ser ministrada diariamente e em regime de obrigatoriedade. Em 1895 foi posto um regulamento para o “Ensino da Ginástica pura e aplicada” que, na opinião de Estrela (1972, cit. por Figueiredo, 1996, p. 14), da perspectiva higiénica e militar dá “lugar a uma insistente preparação militar, de que, aliás, a criação no ano anterior (1894) de

um curso de Sargentos, na referida instituição, constitui expressão sintomática” (p. 17).

Actualmente, segundo Figueiredo (2006), é notório que o termo “educação física” corresponda actualmente a um conteúdo curricular que ultrapassa substancialmente o mero concito de “físico”, na medida em que este factor é apenas um dos constituintes “da gestão do processo, junto de outros (técnico, tático, psicológico e sócio-cultural).” (*Ibidem*, p. 26).

O mesmo será dizer que nenhum profissional de Educação Física, como agente de ensino e, sobretudo, mediador da aprendizagem, intervindo directamente no sistema educativo com uma disciplina multilateral como a citada, poderá focar-se apenas no treino do “corpo”, isto é, do aspecto físico.

Esta preocupação surge desde as etapas mais precoces no processo de crescimento (desenvolvimento) dos praticantes, senão atentemos ao facto de, presentemente, o termo “Educação Física” ter substituído, na Educação Pré-Escolar, pela “Expressão Motora”, na qual a intencionalidade educativa é a de garantir condições futuras de aprendizagem com sucesso, não se centrando na preparação da escolaridade obrigatória, mas garantindo à criança um contacto com a cultura e os instrumentos que lhe vão ser úteis para continuar a aprender ao longo da vida, de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE, 1997).

No âmbito da Expressão Motora, o corpo que a criança vai progressivamente dominando desde o nascimento e de cujas potencialidade vai tomando consciência, constitui o instrumento de relação com o mundo e o fundamento de todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Atentando ao “desenvolvimento motor de cada criança, a educação pré-escolar deve proporcionar ocasiões de exercício da motricidade global e também da motricidade fina, de modo a permitir que todas e cada uma aprendam a utilizar e a dominar melhor o seu próprio corpo” (OCEPE, 1997, p. 58).

A ideia de utilização do corpo como instrumento de contacto e conexão com o mundo exterior transcende a ideia do treino físico, uma vez que o desenvolvimento das capacidades (cognitivas) que permitem esta mesma

relação, embora “exteriorizadas” através do corpo, não deixam de ser refinadas ao longo de todo o processo de desenvolvimento da criança.

Não obstante, ainda que bem-intencionada, a Expressão Motora, intrínseca à “*educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar*” (lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), daí a realidade constatar, em diversos casos, a inexistência de leccionação desta actividade por parte de muitos Jardins de Infância.

Embora não tenhamos encontrado nenhum estudo que vise analisar concretamente a frequência de leccionação da Expressão Motora, um estudo efectuado por López Moya e Estapé Tous (2002) em Espanha reflecte a preocupação em criar e requalificar “zonas de juego”, ou seja, zonas dedicadas ao “jogo” nas escolas, como um espaço de prioridade educativa para levar a cabo a programação da Educação Física o que, na nossa opinião, conduz a uma referência de aproximação à exigência das instalações desportivos (espaços desportivos) como condição essencial ao desenvolvimento da criança, através da actividade física desportiva.

Em 1991, foi inclusive elaborado um Decreto-Lei que visa reger os espaços desportivos nas escolas (Real Decreto 1004/1991), assim como a Ordem Ministerial, de 4 de Novembro de 1991, que regula os projectos de construção de novos centros escolares.

O estudo dos autores supracitados concluiu que, no que concerne ao “Ensino Primário”, a área de jogos adquire um carácter insubstituível nas primeiras etapas educativas, na formação das crianças. Referem-se a um espaço seguro, acolhedor e agradável, que incite a todo o tipo de respostas motoras, tais como (Larraz, 1988, cit. por López Moya & Estapé Tous, 2002):

- *Actividades estritamente motoras que possibilitem um Maios conhecimento do corpo e que facilitem o desenvolvimento de habilidades motoras (skills motores);*
- *Actividades sócio-motoras que facilitem a comunicação motriz y a relação com os outros;*
- *Actividades de expressão e de comunicação;*
- *Outras actividades.*

Estas zonas de jogo possuem notória importância na Educação Pré-Escolar, devendo ser concebidos com uma intencionalidade educativa, isto é, de acordo com um projecto pedagógico prévio. Assim, a concepção dos espaços desportivos deverá partir de uma reflexão acerca dos requisitos, técnicos, funcionais e também dos recursos materiais que, eventualmente, constituirão essas instalações desportivas, de forma a conseguir-se uma estrutura espacial que facilite o desenvolvimento motor da criança, nas diferentes etapas educativas (López Moya & Estapé Tous, 2002).

Nestas linhas de pensamento, no respeitante às características físicas e técnicas das instalações a desenvolver neste contexto, estas baseiam-se em cinco factores basilares:

- *Segurança – torna-se conveniente a colocação de barreiras em todo o perímetro do espaço desportivo, fechando-o, sobretudo quando “o espaço público e o espaço escolar se encontram em conflito” (Larraz, 1988, cit. por López Moya & Estapé Tous, 2002), com um número reduzido de acessos para facilitar a sua vigilância;*
- *Acessibilidade – torna-se necessária a eliminação de barreiras arquitectónicas na acessibilidade ao espaço desportivo, assim como a aplicação de recursos materiais, tais como rampas, estradas pavimentadas, entre outros factores que visem, ao mesmo tempo que isolam o espaço desportivo, o resguardem e tornem apresentável à prática desportiva variada (López Moya & Estapé Tous, 2002).*
- *Forma – recomendam as zonas de jogo com formas irregulares, decidindo entre formas curvilíneas e alargadas, contrastando com as quadradas e lineares (Ibidem, 2002). Para além disso, os autores realçam a avaliação do terreno, concretamente das suas irregularidades, de modo a serem propiciadas zonas de diferentes alturas, aproveitando os desníveis existentes, criando-os mesmo caso não existam.*
- *Estruturação das zonas – López Moya e Estapé Tous (2002) referem a necessidade de criação de espaços desportivos específicos para cada etapa escolar, uma vez que as características das crianças variam no que concerne às suas necessidades de movimento, interesses pessoais, capacidade de abstracção e reacção, entre outros factores. Partindo dessas diferenças ao nível do desenvolvimento, a proposta apresentada pelos autores é elaborada sob o princípio de o terreno de jogo seguir uma lógica de estruturação, na medida em que a sua distribuição não deverá ser aleatória, seguindo um conjunto de critérios de ordenação espacial, tais como:*

1. *A zona de jogos físicos e actividades de movimento deverá ser o mais isolada possível da zona de jogos criativos e cognitivos, uma*

*vez que são actividades que requerem concentração e protecção quanto a ruídos e choques;*

- 2. A zona de jogos “tranquilos” ou cognitivos pode estar relacionada com as zonas de descanso;*
- 3. As distâncias que separam zonas distintas não deverão ser extensas, mas à escala das próprias crianças.*

• Pavimento – no que concerne ao solo dos espaços desportivos, existem diversas propostas acerca da criação de condições de máxima segurança que, apesar de divergirem, coincidem na recomendação de um piso elástico e suave, que possibilite o desfrute, de todas as formas possíveis, por parte da criança na prática desportiva. Bengtsson (1973, cit. por López Moya & Estapé Tous, 2002) refere que uma superfície de jogo adequada aos mais novos deverá ser lisa e resistente às suas actividades construtivas. Não obstante, outros autores abordam também a possibilidade de pavimentos alternativos, tais como os de terra, os de arena e solo duro, apresentando qualquer um deles respectivas vantagens e desvantagens (Ibáñez Coma, 1988, cit. por López Moya & Estapé Tous, 2002). Embora os pisos de terra possam ser úteis na realização de diversas actividades, não poderão ser utilizadas em locais descobertos onde chova e neve. Como tal, o piso de arena apresenta-se como uma opção válida nas actividades de queda, quando renovado constantemente e limpo de forma a evitar-se a compactação, doutra forma, poderá aumentar o risco de aparecimento de lesões, o que poderá considerar-se a desvantagem principal deste tipo de pavimento. De acordo com Masnou (1985), a arena não pode considerar-se um solo especializado para qualquer espaço desportivo, uma vez que a sua limpeza e renovação são processos morosos e com custos acrescidos.

Na realidade, a superfície de cada instalação desportiva deverá variar em função dos seus objectivos, das actividades que nesse espaço se podem e irão realizar, de acordo com a faixa etária dos praticantes. Segundo a autora (*Ibidem*, 1985), apresentamos as seguintes superfícies:

- 1. Naturais para as áreas de jogo (desde terra, arena e até relva natural ou sintética);*
- 2. Duras para os caminhos, áreas de acesso e bancadas;*
- 3. Elásticas para facilitar saltos, quedas e recepções (relva, terra, terra, pavimento sintético, entre outros.*

Os pavimentos rígidos como os asfálticos e os pátios, terraços, de azulejo ou cimento poderão constituir uma hipótese válida em zonas específicas de jogos específicos. Este tipo de pavimento seria assim válido em locais onde chova com frequência, para que

possa eliminar-se rapidamente a água acumulada, embora apresentando uma ameaça aos praticantes, uma vez que propicia ao aparecimento de quedas e outras lesões consequentes do estado do piso (López Moya & Estapé Tous, 2002).

Na actual realidade, verificamos também a preocupação existente no nosso país, no âmbito da problemática apresentada, pelo que a elaboração do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de Maio, alterando a regulamentação anterior referente a este mesmo contexto (Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro), visa estabelecer as “condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte”.

Para além dos critérios de segurança dos parques desportivos, respectivos à especificidade dos materiais a utilizar, zonas de implementação, acessibilidade e entidades de vigilância, entre outros factores, verificámos a existência de outras modificações nas normas do regulamento inicial.

A título de exemplo, aferimos o reforço da obrigatoriedade de existência de uma vedação que proteja adequadamente o espaço de jogo e recreio, bem como a criação de soluções técnicas que limitem a passagem junto dos baloiços e outros equipamentos que incluam elementos de balanço com vista a reduzir o risco de acidentes. Paralelamente, por se terem registado nos últimos anos, vários acidentes com outros equipamentos, nomeadamente insufláveis, trampolins e *skates*, submetem-se agora estes equipamentos a determinadas normas de segurança, aumentando assim o nível de protecção dos seus utilizadores.

Não obstante, possuímos a noção de que o contexto actual por vezes nem sempre se verifica de acordo com as (boas) intenções. Vejamos, no dia 18 de Junho de 2009, é apresentado um artigo no Jornal de Notícias<sup>1</sup>, manifestando o desagrado da Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) perante a entrada do novo Decreto-Lei (que tende a alterar o anterior Decreto-Lei n.º 379/97) que regula as condições de segurança dos parques infantis, solicitando mesmo o seu adiamento, na medida em que

---

<sup>1</sup> Notícia. *APSI quer adiar nova lei sobre parques infantis*. Informação disponível em [www.jn.pt/sociedade](http://www.jn.pt/sociedade)

considera que esta legislação pode considerar-se um “retrocesso” visto que, na sua opinião, coloca ainda mais em causa a integridade física das crianças.

A Presidente da APSI aclama não terem sido consultadas, quer a sua associação, quer a Comissão Técnica Nacional (que acompanha a transposição da norma europeia para os espaços de jogo e recreio) e, para além disso, que a respectiva alteração legislativa repete erros técnicos anteriormente identificados e comunicados pela própria APSI em ocasião anterior, mantendo e adicionando requisitos que em nada beneficiam as crianças, podendo mesmo prejudicá-las.

Ao que constatámos, algumas das alterações mencionadas referem-se à colocação obrigatória de vedações à volta de todos os parques e zonas verdes, assim como o isolamento das zonas de baloiços e equipamentos semelhantes, neste caso com barreiras.

Analisando este contexto do ponto de vista da intencionalidade desportiva das comunidades, verificamos que, pressupondo a veracidade destas alegações, o excesso de zelo por parte do Governo (ainda que bem intencionado) poderá criar conflitos ao nível do processo de gestão dos espaços, na medida em que, para além de originarem gastos elevados (e por vezes desnecessários), poderão mesmos culminar no encerramento de parques infantis, diminuindo assim, de forma substancial, a oferta desportiva, para prejuízo das crianças.

Ainda que o Decreto-Lei acautele que, à experiência entretanto adquirida e à verificação da existência de lacunas, importe alterar e adequar à realidade actual, de modo a melhor cumprir os seus objectivos, concluímos que a intenção de melhor o processo de desenvolvimento desportivo poderá, de forma antagónica, acabar com a diminuição da prática o que, atentando ao facto de nos estarmos a referir a idades precoces, poderá trazer repercussões preocupantes, no que concerne posteriormente, ao desenvolvimento das próprias crianças.

## **4. A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico**

No que ao 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) concerne, a Educação Física (EF) avista-se em dois planos, a Expressão e Educação Físico Motora (EEFM) no plano curricular e a actividade física e desportiva, inerente às Actividades de Enriquecimento Curricular que, tal como o próprio nome indica, se encontram no plano extra curricular.

### **4.1. A Expressão e Educação Físico Motora**

De referir que a EEFM curricular surge nos programas do 1º ciclo, decorrente da Reforma do Sistema Educativo de 1986-1996 (Figueiredo, 1996). A corroborar este facto, a própria Lei de Bases do Sistema Educativo refere, no seu artigo 7º, que um dos objectivos do ensino básico é o de “proporcionar um desenvolvimento físico e motor...” (LBSE, 2005, alínea c).

A EF no 1º CEB é da responsabilidade institucional do Ministério da Educação (ME) e das suas estruturas, como qualquer outra área curricular, de acordo com o Plano Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, neste caso o Decreto-Lei n.º 286/89.

Como qualquer outra área de educação, esta foi evoluindo ao longo do tempo, adaptando-se à dinâmica cultural das sociedades e acompanhando a evolução das tendências pedagógicas. Assim, de modo a impedir que o contributo da Educação Física no 1º CEB se perverta e bloqueie o desenvolvimento das crianças, torna-se necessário clarificar o conceito de EF.

Esta necessidade de clarificação é tanto mais importante no 1º CEB quanto as aprendizagens que se efectuam no período correspondente a este ciclo de escolaridade são determinantes nas aquisições posteriores, não apenas no domínio das actividades físicas, mas das restantes dimensões que integram a formação da pessoa humana, quer numa perspectiva de individual, quer na sua inter-relação com a sociedade (Direcção Geral dos Ensinos Básicos e Secundário – DGEBS, 1990).

No que se refere especificamente aos programas, gostaríamos de começar a evidenciar o facto de a EF se impor num currículo escolar, além de explicitar uma determinada “[...] *proposta cultural de desenvolvimento*, entendido quer no âmbito individual, quer no âmbito social”, afirma-se na constituição de “[...] um *compromisso social*, estabelecido no âmbito da política educativa, concretizado nos planos curriculares e nos programas, no horário escolar, no apetrechamento das escolas, quanto a materiais e espaços de aula, e na responsabilidade pedagógica reconhecida aos professores” (Bom *et. al.*, 1992, p. 20, cit. por Figueiredo, 1996, p. 31).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 286/89, a EF faz parte do currículo de formação geral de todos os alunos do 1º ao 12º ano de escolaridade. No 1º CEB sob a forma de área, são apresentados como objectivos gerais (DGEBS, 1990, pp. 15-16):

1. *Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas:*

- *Resistência geral;*
- *Velocidade de reacção simples e complexa de execução de acções motoras básicas, e de deslocamento;*
- *Flexibilidade;*
- *Controlo de Postura;*
- *Equilíbrio dinâmico em situações de "voo", de aceleração e de apoio instável e ou limitado;*
- *Controlo de orientação espacial;*
- *Ritmo;*
- *Agilidade.*

2. *Cooperar com os companheiros nos jogos e exercícios, compreendendo e aplicando as regras combinadas na turma, bem como os princípios de cordialidade e respeito na relação com os colegas e o professor.*

3. *Participar com empenho no aperfeiçoamento da sua habilidade nos diferentes tipos de actividades, procurando realizar as acções adequadas com correcção e oportunidade."*

A EF deste final de século, continuando a ter finalidades relativamente externas: no 1º ciclo, a EF como meio de desenvolvimento das “capacidades condicionais e coordenativas”, da “[cooperação] com os companheiros nos jogos e exercícios”; passa a integrar mais claramente finalidades internas: todos os “objectivos por bloco” salientam e fundamentam as actividades programadas como um fim da EF no 1º Ciclo. (Figueiredo, 1996, p. 32)

Não obstante, em alguns estudos, os professores do 1º CEB têm referenciado um amplo leque de finalidades para a EF neste nível de ensino. Do estudo exploratório efectuado por Neves (1997) com 47 professores auscultados, apresentamos os seguintes resultados:

**Quadro 1 - Finalidades da EF no 1º CEB (NEVES, 1997)**

	<b>CATEGORIA</b>	<b>Ni</b>	<b>%</b>
<b>1</b>	Desenvolvimento de capacidades	64	40,2%
<b>2</b>	Efeitos educativos gerais	44	27,7%
<b>3</b>	Aprendizagens específicas	15	16%
<b>4</b>	Outras	12	7,5%
<b>5</b>	Gosto/prazer/satisfação	6	3,8%
<b>6</b>	Valores éticos associados às afd's	6	3,8%
<b>7</b>	Saúde	5	3,1%
<b>8</b>	Catarse	4	2,5%

A análise dos dados evidencia uma dispersão e indefinição do carácter específico da área de EF, realçada a partir da valorização de finalidades "generalistas" - Efeitos Educativos Gerais. Tal é reforçado pelo peso da categoria Outras que enquadra finalidades como "*interdisciplinaridade*", "*preparação para as aulas do 2º ciclo*" e "*apoio a outras áreas curriculares*". As finalidades associadas à Saúde são muito pouco referenciadas, destacando-se a importância atribuída ao *Desenvolvimento de Capacidades*, abarcando as motoras, sócio-afectivas e cognitivas.

No sentido de potenciar a EF na Escola e aproximando-nos do tema central do nosso trabalho, será de atentar ao facto de que se torna essencial não descurar os recursos materiais das próprias Escolas, como instrumentos de trabalho próprios ao desenvolvimento humano.

A propósito deste contexto, Neves (1997) refere que a grande questão dos recursos constitui uma fortíssima preocupação dos professores para o desenvolvimento da EF. Quando inquiridos pelo autor sobre as maiores dificuldades, é inquestionável a sua importância, baseada nos resultados encontrados:

**Quadro 2 - Dificuldades dos Professores (adaptado de NEVES, 1997)**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>N.º DE REFERÊNCIAS</b>	<b>%</b>
Outras	5	2.7
Associadas aos alunos	7	6.2
Lesões dos alunos	10	8.9
Formação de Professores	45	40.2
<b>Condições da escola</b>	<b>47</b>	<b>42</b>

Face aos resultados apresentados, Neves (1997), refere que o ME possui obrigação constitucional de criar as melhores condições em todas as escolas, assim como as Autarquias locais deverão igualmente intervir nesta área.

A necessidade de instalações, equipamentos e materiais que para além das aulas de EF, permitam fazer da escola um pólo de dinamização local a partir das actividades físicas e desportivas, prende-se com a regularidade e continuidade das aulas de EF. Assim, é importante que os recursos materiais das escolas sejam pensados a partir da sua polivalência de utilização, mas procurando ter como orientação os seguintes critérios: os programas a implementar, o nível de ensino a que se destina e a região onde a escola se insere (Monteiro, 1997, cit. por Neves, 1997).

#### **4.2. Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – a Actividade Física e Desportiva**

O objecto da EF tem sido designado como domínio das actividades físicas. Trata-se, de acordo com o DGEBS (1990), de uma expressão que deve ser interpretada considerando dois sentidos da palavra (p. 23):

1. *Domínio como conquista, aperfeiçoamento, superação, apropriação pelo sujeito das actividades físicas culturalmente significativas. Domínio de competências, de condutas eficazes e intencionais indispensáveis à participação nessas actividades;*

2. Domínio como área, campo que o sujeito explora, que procura descobrir e abranger. Corresponde ao conjunto de actividades (ou tipos de actividade), diferenciadas segundo as suas características e sistematizadas no sentido de ampliar as experiências e possibilidades de realização pessoal do sujeito da educação.

Depreende-se que a EF, ao referir-se ao domínio das actividades físicas e à mobilidade das qualidades em que se diferencia a pessoa, tem em vista a aprendizagem dessas práticas (matérias de ensino), assim como também os resultados (influência) que advêm de tais práticas (*Ibidem*, 1990, p. 23).

Neste sentido, as actividades físicas têm de ser entendidas numa dupla perspectiva – como meio e como fim.

Nos pressupostos dos programas é evidenciado o papel das actividades físicas na EF como *meio* “porque cada uma das actividades oferece possibilidades de a criança adquirir novas competências, novas maneiras de ser, de descobrir-se e de encontrar vias de relação e de síntese de diferentes conhecimentos e interesses”, e como *fim* “porque cada actividade é uma matéria de ensino (objecto específico) que deve ser considerada e apreendida na sua especificidade” (Bom, 1992, p. 23, cit. por Figueiredo, 1996, p. 32).

Nestas linhas de pensamento, consideram-se actividades físicas, as produzidas pela inter-ligação da estrutura locomotora com a perceptivo-cinética, das quais resulta dispêndio suplementar de energia, e sistematizadas no sentido de ampliar as experiências e possibilidades de realização da criança (Maria & Nunes, 2007). Por outro lado, os autores referem também que se consideram actividades desportivas, as que se constituem como uma parte da actividade física e, para além da realização do exercício físico, decorrem em ambiente competitivo, regendo-se por normas e regras específicas e universais com um maior grau de exigência (*Ibidem*, 2007).

Na medida em que o que está em causa é o desenvolvimento das crianças em todas as suas facetas, apropriando-se das matérias da EF, há necessidade em perceber que as aprendizagens próprias da EF não poderão ser alcançadas fora do quadro institucional da escola.

*Julgar que a criança pode compensar a inexistência da sua aula de Educação Física na escola, socorrendo-se de actividades extra-curriculares, é um erro para o qual todos os educadores devem estar precavidos. Não é, por exemplo, fazendo ginástica num clube que se cobre a lacuna curricular da Educação Física. (DGEBS, 1990, p. 24)*

A afirmação anterior leva-nos a depreender que o que a criança pode fazer para além da escola, seja em actividades formais ou informais, não dispensa a EF no currículo escolar.

Desta forma, no sentido de promover o desenvolvimento da criança, alargando o seu enriquecimento pessoal num plano extra-curricular, não a destronando de todo o conjunto de actividades essenciais ao seu progresso, foi criado o Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio (a partir do normativo legal que enquadra e regulamenta as Actividades de Enriquecimento Curricular - Despacho n.º 12591/2006 de 16 de Junho) que, baseado na importância do desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular no 1º CEB para o sucesso escolar futuro, define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

A presente legislação refere também que as actividades de enriquecimento curricular no 1º CEB deverão ser seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e deverão constar do respectivo plano anual de actividades. Dentro do conjunto que engloba as actividades de enriquecimento curricular, destacamos as que incidem no domínio desportivo, daí a designação de actividade física e desportiva.

Tendo em conta estes pressupostos, em 2007, é entendimento do Conselho Nacional das Associação de Professores de Educação Física (CNAPEF) e da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF):

- *que o projecto educativo da escola/agrupamento deve assumir com clareza a realização das AEC e perspectivar o seu desenvolvimento de uma forma integrada;*
- *que as AEC-AFD adquirem real valor formativo, para os alunos do 1º CEB, quando realizadas em complemento da EEFM curricular e em plena articulação com esta.*

De modo a averiguar os índices de adesão à EF extra-curricular, analisámos os Relatórios de Acompanhamento das AEC, elaborados pela Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP), referentes aos anos lectivos 2006/2007 (relatório intercalar, reportado a Dezembro de 2006) e 2007/2008.

Analisando, em primeiro lugar, o relatório intercalar de 2006, verificamos que existe uma discrepância entre a muito elevada oferta da Actividade Física e Desportiva (AFD) (94,3%) e taxa de frequência, que se situa nos 75,6%, devendo-se a aspectos referentes à carência de instalações suficientes para todos os alunos, tal como indicado no respectivo relatório (CAP, 2006).

**Quadro 3 - Alunos abrangidos pela Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2007)**

DRE	Alunos abrangidos	
	N	%
DREN	133 336	79.2
DREC	61 861	86.7
DREL	95 047	68.1
DREA	15 446	75.5
DREAlg	10 587	56.5
<b>Total</b>	<b>316 127</b>	<b>75.6</b>

Repare-se que a deficiência, no que concerne à existência de instalações desportivas, ou a precariedade das mesmas, já tem vindo a ser evidenciado anteriormente no tempo. Atente-se ao estudo efectuado por Figueiredo (1996), referente à construção de espaços escolares próprios para acolher a EF na área educativa de Viseu.

No trecho que apresentamos, Figueiredo (1996) refere que “a maioria das escolas portuguesas do primeiro ciclo não foram construídas com espaços próprios para a Educação Física. Na área educativa de Viseu não existe uma única escola do 1º ciclo com um espaço coberto construído de raiz a pensar na Educação Física dos alunos do 1º ciclo” (p. 183).

**Quadro 4 - Distribuição do tipo de escolas do 1º ciclo estudadas (adaptado de Figueiredo, 1996)**

TIPO DE ESCOLAS.	F	%	F ac	% ac
Não referiram tipo	22	5.57	22	5.57
<b>Plano Centenário (com patio ou polivalente exterior)</b>	284	71.90	306	77.47
Com Polivalente	5	1.27	311	78.73
Outras	84	21.27	395	100.00

O estudo apresentado pelo autor supracitado visou sistematizar o número e os metros quadrados dos espaços cobertos e descobertos que os professores responsáveis pelas escolas referiram existir. Além disso, entre outros itens, procurou também averiguar se eventualmente se poderiam utilizar espaços externos (*Ibidem*, 1996).

*Se, por um lado, são 59% as escolas que referem apresentar algum espaço coberto disponível para a abordagem à EF, só em cerca de 16.5% é que consideramos haver um espaço mínimo para essa abordagem independentemente da chuva (a partir dos 84 m<sup>2</sup>). Mas nestas, uma minoria terá espaços interiores que isolem as crianças do frio exterior, aumentando assim, a referida sistematicidade na abordagem à EF. (Figueiredo, 1996, p. 184).*

**Quadro 5 - Distribuição por classes dos metros quadrados dos espaços cobertos para a Educação Física nas escolas do 1º Ciclo estudadas (Figueiredo, 1996)**

ESP. COB. (m <sup>2</sup> )	F	%	F ac	% ac
0	161	40.76	161	40.76
[1-45[	94	23.80	255	64.56
[45-84[	75	18.99	330	83.54
[84-124[	33	8.35	363	91.90
[124-163[	12	3.04	375	94.94
[163-203[	10	2.53	385	97.47
[203-243[	4	1.01	389	98.48
[243-282[	2	0.51	391	98.99
[282-322[	2	0.51	393	99.49
[361-401[	2	0.51	395	100.00

**Quadro 6 - Distribuição por classes dos metros quadrados dos espaços descobertos para a Educação Física nas escolas do 1º Ciclo estudadas (Figueiredo, 1996)**

ESP. DESC. (m2)	F	%	F ac	% ac
0	48	12.15	48	12.15
[1-307[	91	23.04	139	35.19
[307-607[	90	22.78	229	57.97
[607-906[	73	18.48	302	76.46
[906-1205[	34	8.61	336	85.06
[1205-1505[	28	7.09	364	92.15
[1505-1804[	15	3.80	379	95.95
[1804-2103[	8	2.03	387	97.97
[2103-2402[	5	1.27	392	99.24
[2402-2702[	1	0.25	393	99.49
[2702-3001[	2	0.51	395	100.00

Cruzando os dados obtidos da existência dos espaços cobertos com os descobertos, o estudo verificou que em apenas cerca de 8% das escolas é que se tornava inviável a Educação Física durante todo o ano lectivo. Não obstante, no referente a uma prática sistemática durante todo o ano lectivo, apenas se torna possível em cerca de 16.5% das escolas (as que têm espaços cobertos mínimos) (*Ibidem*, 1996).

**Quadro 7 - Distribuição por classes dos metros quadrados dos espaços para Educação Física das escolas do 1º Ciclo estudadas (Figueiredo, 1996)**

ESPAÇOS (m2)	F	%	F ac	% ac
0	35	8.86	35	8.86
[1-326[	98	24.81	133	33.67
[326-634[	90	22.78	223	56.46
[634-943[	74	18.73	297	75.19
[943-1251[	38	9.62	335	84.81
[1251-1559[	22	5.57	357	90.38
[1559-1868[	21	5.32	378	95.70
[1868-2176[	9	2.28	387	97.97
[2176-2484[	4	1.01	391	98.99
[2484-2793[	3	0.76	394	99.75
[2793-3101[	1	0.25	395	100.00

**Quadro 8 - Média dos espaços para a Educação Física em cada uma das escolas estudadas em m<sup>2</sup> (Figueiredo, 1996)**

	<b>Média</b>	<b>DP</b>	<b>Min.</b>	<b>Max.</b>
<b>m2 Cobertos</b>	42.22	58.94	0	3100
<b>m2 Cobertos / Aluno</b>	2.01	4.03	0	34.5
<b>m2 Descobertos</b>	627.87	557.26	0	3000
<b>m2 Descobertos / Aluno</b>	31.58	36.48	0	240
<b>Total m2</b>	670.09	576.36	0	3100
<b>Total m2 / Aluno</b>	33.59	37.43	0	252

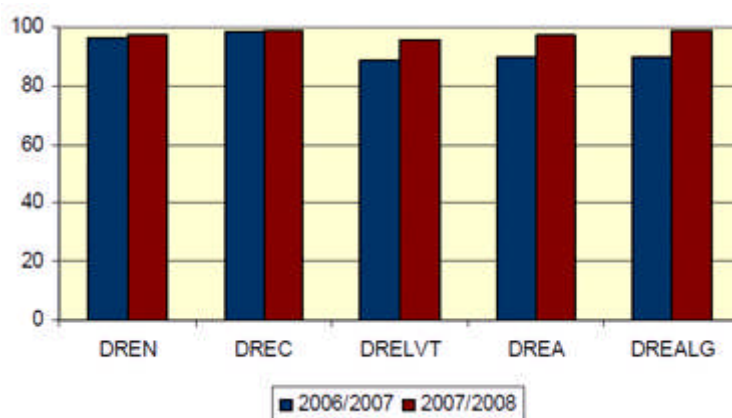
*Por outro lado, da análise dos dados observámos que só duas das escolas que não têm instalações para a Educação Física dentro da escola é que têm acesso a instalações fora da escola, o que significa que apenas em 33 escolas do primeiro ciclo estudadas (8,35%) não existem quaisquer tipos de instalações para a abordagem à Educação Física. No entanto, gostaríamos de evidenciar os 40% das escolas que não permitem qualquer tipo de abordagem sistemática independentemente das condições climatéricas e, acima de tudo, os 83% de escolas do 1º ciclo que, sem espaços cobertos mínimos, não podem permitir uma abordagem sistemática à Educação Física curricularmente existente desta reforma em termos institucional. (Figueiredo, 1996, p. 186)*

Em género de conclusão, o estudo revelou as falências ao nível das instalações desportivas existentes e no apetrechamento das escolas, o que representa a inviabilidade na abordagem da EF com sucesso, nos pontos de vista qualitativo e quantitativo (*Ibidem*, 1996).

Contudo, ainda que a AFD não possua um carácter de oferta obrigatória, o relatório da CAP, referente ao ano lectivo 2007/2008, apresentou um aumento na taxa de cobertura (97,3%) com pequenas variações nas Direcções Regionais de Educação. Verificou-se assim um aumento da oferta de AFD em todas as Direcções Regionais, mais expressivo no Algarve, Alentejo e em Lisboa. (CAP, 07/08) (conforme quadro 9 e gráfico 1).

**Quadro 9 - Estabelecimentos com Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação (GEPE/DRE, 2008)**

DRE	Estabelecimentos	
	N	%
DREN	2065	97.3
DREC	1400	98.9
DRELVT	1284	95.5
DREA	355	97.5
DREAlg	168	98.8
<b>Total</b>	<b>5272</b>	<b>97.3</b>



**Gráfico 1 - Estabelecimentos com AFD, por Direcção Regional de Educação (2006/2007 - 2007/2008) GEPE/DRE, 2008**

Após uma contraposição de dados, parece-nos bem intencionada a iniciativa de promover a AFD, no entanto, as respostas materializadas nas instalações desportivas que visam o desenvolvimento das mesmas não é ainda suficiente para o seu efectivo sucesso. Desta forma, à medida que a oferta das AFD aumenta, caso não exista uma resposta ao nível dos recursos materiais, o declive entre a intencionalidade e a execução poderá atingir proporções alarmantes.

#### **4.3. Relação entre EF, EEFM e AFD**

Após a caracterização da prática desportiva, neste caso nos contextos curricular e extra-curricular, apraz-nos analisar a existência, ou não, de um fio condutor entre estas duas intervenções.

De facto, uma vez comprovada a importância da integração da actividade desportiva no desenvolvimento humano, bem como nas actuais concepções de gestão curricular, estabeleceu-se o regime de monodocência coadjuvada, ao que podemos entender, segundo o definido no Encontro de Reflexão, intitulado “Gestão Curricular no 1º Ciclo, Monodocência - Coadjuvação”, da iniciativa do Ministério da Educação, em Viseu (2000), como a colaboração prestada por outros professores e de outros ciclos, a docentes do 1º CEB e a docentes de determinados grupos de alunos, com vista a enriquecer o próprio currículo e os seus processos de aperfeiçoamento.

De acordo com o contexto anterior, naturalmente que a prática desportiva, materializada na EF, EEFM e AFD, poderá e deverá ser integrada neste processo, visto ser uma área que necessita de um especial cuidado, pelos motivos apresentados ao longo do nosso trabalho.

Não obstante, atentemos ao seguinte trecho retirado dos textos do encontro previamente mencionado:

*Vou traçar quatro cenários que, de modo algum, traduzem todas as situações que existem, mas que me parecem paradigmáticos, e que o contacto com as escolas me permitem identificar:*

- *o primeiro é uma escola do 1º ciclo em que a coadjuvação em Educação Física é feita por professores desta área disciplinar, do 2º ciclo. O professor de Educação Física chega à escola de cronómetro e de apito e, à criança de 6 ou 7 anos, propõe uma actividade semelhante à que utiliza com as crianças do 2º ciclo, isto é, corridas durante 30 minutos cronometradas e realizadas sob o comando do apito. Esta estratégia não agrada à professora das crianças, mas ela não interfere, pois não se considera especialista na matéria;*

- *um segundo cenário é uma escola do 1º ciclo que, através de um protocolo com a EB 2,3 do agrupamento, criou tempos para que os professores da Educação Física dessem aulas aos professores do 1º ciclo, ensinando-lhes determinadas técnicas e exercícios. Depois de um trabalho com as crianças, esses professores do 2º ciclo observam o desempenho dos do 1º ciclo para verificarem da sua adequação. Não referi a reacção dos professores do 1º ciclo, mas imagino que não era boa;*

*[...] Em síntese, não sei se estes cenários coincidem com experiências vividas pelos colegas até porque não esgotam as situações possíveis. [...] parece-me, de facto, que algumas*

*situações de coadjuvação pouco contribuem para melhorar a qualidade de formação que pretendemos para o 1º ciclo. Coadjuvar significa cooperar e auxiliar cooperativamente e coadjuvação significa colaboração e auxílio solidário. Isto é o que nos diz o dicionário. A questão que podemos colocar é pois: será que estes princípios estão subjacentes nos cenários que caracterizei? (Gestão Curricular no 1º Ciclo, Monodocência – Coadjuvação, 2001, pp. 49-50)*

Ainda que tenhamos destacado, nos tópicos anteriores, a riqueza formativa ou desenvolvimentistas que as actividades desportivas possuem, o relatório CNAPEF/SPEF das visitas de acompanhamento das AEC (2007/08) refere que, na maioria das escolas acompanhadas, o ensino da EEFM persiste em não existir apesar de estar contemplado na lei portuguesa desde 1836 (p. 1). Este documento revela a sua total inexistência em 61 % dos casos analisados.

Desta forma, urge-nos alertar para esta preocupante situação que, sucessivamente, tem feito com que a EF dos alunos do 1ºCEB fique irremediavelmente comprometida. Consequentemente, se por um lado se constata um claro enfraquecimento da presença de EEFM, como referência essencial das aprendizagens curriculares nucleares, inerentemente, um dos maiores princípios educativos deste projecto, o enriquecimento do currículo, acaba igualmente por fracassar, pois peca por não se concretizar.

Uma das razões apontadas para a inexistência da EEFM nas escolas do 1º CEB, segundo o mesmo relatório, prende-se com a sua substituição pelas AF. A introdução das AEC, que se poderiam consubstanciar como uma mais-valia e acréscimo à EF dos alunos veio, antes pelo contrário, provocar uma situação perversa, dado que aquilo que se preconizava como enriquecimento curricular é agora algo híbrido (que não se tem a certeza do que é) e que funções, finalidades e objectivos deve assumir.

*Como justificação para esta situação, são evidenciadas razões inerentes à dificuldade de organização curricular, a qualidade e quantidade dos materiais didácticos, e a decisão dos Professores Titulares de Turma (PTT) em por e simplesmente não leccionar a EEFM. (Relatório CNAPEF/SPEF, 2007/08, p. 2)*

A análise da afirmação anterior remete-nos novamente para a dificuldade existentes nos processos de gestão, quer dos recursos humanos, quer materiais, conduzindo mais uma vez à diminuição da prática desportiva como meio de desenvolvimento e formação. A apoiar este facto, relevamos a constatação apresentada na segunda página do referido documento, revelando que a articulação entre o trabalho desenvolvido na EEFM e na AFD é praticamente inexistente, pois apenas existe em cerca de 8% dos casos, naturalmente, um valor alarmante.

## **5. A Educação Física nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário**

De acordo com o Plano de Organização de Ensino Aprendizagem (DGEBS, 2001), tendo por base o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro que aprovou os desenhos curriculares dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, os Programas dos 2º e 3º Ciclos apresentam as opções e princípios que presidem à elaboração do conjunto de Programas EF, numa estrutura coerente de especificação e de progressão, entre os ciclos do EB e respectivos anos de curso, no sentido da realização das finalidades da Educação Física no Ensino Básico.

Na medida em que não encontramos nenhum estudo relevante que efectuasse um cruzamento de informações entre as instalações desportivas e a EF curricular, iremos, de seguida, analisar a sua estruturação, no sentido de efectuar uma diferenciação entre os contextos desportivos dos ensinos básico e secundário.

Após a pesquisa do Programa Nacional de Educação Física (PNEF) do 3º Ciclo do Ensino Básico, este apresenta uma estrutura coerente, mas diferenciada de organização (em sentido vertical) do curso de Educação Física (1º e 12º anos).

*Enquanto que no 1º CEB se estabelece a formação das competências fundamentais em cada área da EF, quer através de formas típicas de infância (actividades lúdicas e expressivas Infantis), quer em práticas que favoreçam não só o desenvolvimento nos domínios social e moral, mas também preparem as crianças para as actividades físicas características das etapas seguintes, a partir do 2º CEB (5º ano), estabelece-se o tratamento das matérias na sua forma característica, na sequência das actividades e conquistas realizadas no 1º CEB. (PNEF, 2001, p.10)*

É nesta etapa que se garante o tratamento do conjunto de matérias de EF (toda a “extensão”), antecipando o modelo flexível, de opções dos alunos ou turmas, preconizado para o ensino secundário.

O 9º ano será dedicado à revisão das matérias, aperfeiçoamento e/ou recuperação dos alunos, tendo por referência a realização equilibrada e completa do conjunto de competências previstas para o 3º CEB. O 5º ano cumpre a mesma função em relação ao 1º CEB, além de assegurar as bases de desenvolvimento posterior.

No secundário, o 10º ano terá, predominantemente, o carácter de revisões/reforço, no sentido de os alunos não só poderem avançar em determinadas matérias (ou experimentar actividades alternativas), mas também para compensar ou recuperar os alunos/turmas em áreas em que revelam mais dificuldades.

No 11º e 12º admite-se, como regra geral, a escolha dos alunos/turma pelas matérias em que preferirem aperfeiçoar-se, sem se perder a variedade e a possibilidade de desenvolvimento ou «redescoberta» de outras actividades, dimensões ou áreas da EF. Assim, propõe-se que escolham, em cada ano (11º e 12º anos) duas matéria de Desportos Colectivos, outra de Ginástica ou de Atletismo, uma de Dança e duas das restantes (*Ibidem*, 2001).

Na medida em que este plano surge como um documento orientador para a prossecução da EF, a sua adaptabilidade verifica-se pelo facto deste possuir uma porção comum a todas as escolas, assim como uma porção opcional, na qual é atribuída autonomia a cada escola, maioritariamente ao departamento de EF, para a reger da melhor forma possível. Entre outros factores, tal prende-se a necessidade de serem tomadas decisões ao nível dos recursos materiais, concretamente ao nível das instalações desportivas.

Desta forma, a alínea 2.4.1, referente às condições de aplicação dos programas e de desenvolvimento da EF, no seu ponto c, refere que a sua aplicação implica que

*[...] os espaços sejam, de facto, polivalentes, isto é, que admitam a possibilidade de se realizarem actividades de aprendizagem de todas as áreas ou sub-áreas (mesmo que não seja nas situações formais), de maneira a que o professor possa optar pela selecção de matérias e modos de prática em cada ciclo de trabalho e no conjunto do ano lectivo. Evidentemente, certas instalações deverão oferecer melhores condições para o tratamento de determinadas matérias, o que deve ser considerado ao nível do Grupo de Professores de*

*Educação Física no sistema de rotação das instalações (roulement), aplicando-se os critérios mais convenientes de circulação das turmas pelos espaços” [...] “A caracterização das instalações permite avaliar as possibilidades e limitações dos equipamentos e espaços de aula, identificando as matérias e os modos de tratamento possíveis em cada um deles. (PNEF, 2001, p.23)*

Estas informações são importantes para se estabelecerem prioridades na aquisição, melhoria e manutenção das instalações, equipamentos e materiais didáticos, rentabilizando os recursos subaproveitados. Assim, não se deverá desprezar a possibilidade de se estabelecerem protocolos com instituições cujas instalações e/ou equipamentos permitam uma utilização pontual ou periódica, podendo ampliar os benefícios educativos da disciplina (como por exemplo piscinas, pistas de atletismo, campos de hóquei, rãguebi, entre outras).

Este processo é corroborado pelo Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP/2000), cujo capítulo XIV, referente à EF e a adequação de instalações e equipamentos, no seu artigo 16, indica que todos os responsáveis pelos processos de Educação Física devem empenhar-se na busca de instalações e meios materiais adequados para que não seja prejudicada nos seus objectivos. Tal ideia baseia-se nas seguintes considerações:

- *A Carta Internacional de Educação Física e Desporto (UNESCO/ 1978), no seu artigo 5º, considerou que "instalações e equipamentos adequados são elementos imprescindíveis para a Educação Física e Desporto";*
- *A 3ª Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários e Encarregados da Educação Física e Desporto - MINEPS III, pela Declaração de "Punta Del Este" (1999), estimula os governos a fomentar a indústria do material, equipamentos e instalações para a Educação Física e Desporto;*
- *Nesta mesma Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários e Encarregados da Educação Física e Desporto, sugeriu-se que os países industrializados assistam os países menos desenvolvidos, cedendo equipamentos usados em boas condições de uso;*
- *Muitas vezes não são oferecidas as condições razoáveis de instalações e equipamentos para os profissionais de Educação Física.*

## 6. O Desporto Escolar

Na opinião de Figueiredo (2006), “Desporto é jogo institucionalizado” [...] “Podemos mesmo dizer que a natureza institucional da competição no desporto é mais relevante que a componente institucional da dimensão lúdica.” (p. 34). A afirmação anterior remete-nos novamente para as dimensões do Desporto apresentadas anteriormente, verificando-se agora uma aproximação à dimensão agonista do fenómeno desportivo.

Tal como refere Pires (2005, p. 344, cit. por Figueiredo, 2006, p. 32), embora o termo “Agôn” seja polissémico, neste contexto poderá assemelhar-se a “competição”, pelo que o Desporto Escolar tende a reflectir precisamente esta competição, não apenas num sentido de superação individual por parte do próprio praticante (auto-superação), mas na competição entre indivíduos, neste caso em idade de escolaridade obrigatória.

*O Desporto Escolar (DE) não surgiu por acaso no panorama desportivo nacional, antes pelo contrário, tem sido o produto de um processo que se tem vindo a desenvolver desde o século passado.*  
(Pires, s/d<sup>2</sup>)

Esta vertente desportiva extra-curricular surgiu, segundo o autor supracitado, através de acções organizadas pelo movimento associativo (Livre Associativismo / Modelo Federado) contra a própria vontade do Estado. A título de exemplo, o Decreto-Lei n.º 21/106, de 16 de Abril de 1932, proibia o desporto nas escolas públicas.

Não obstante, este período de desenvolvimento das práticas desportivas escolares foi “caracterizado por se organizar segundo um modelo, compreensivelmente, pouco consistente, configurado através de quadros competitivos, realizado em regime pontual.” (*Ibidem* s/d).

Ainda que, durante um período de 2 anos (1974-1976), tenham sido criados Clubes Desportivos Escolares nas escolas do Ensino Secundários, através do “Movimento Desportivo Voluntário”, rapidamente foi anulado esta

---

<sup>2</sup> O *Passado Perdido*. disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/98>.

institucionalização, através da criação dos Serviços de Educação Física e Desporto Escolar, regidos pelo Decreto-Lei n.º 554/77, de 31 de Dezembro.

Por sua vez, também estes serviços acabariam por ser extintos pelo Decreto-Lei n.º 150/86, de 18 de Junho, mesmo após a sua reorganização pelo Decreto-Lei n.º 197/79, de 29 de Junho. “Estavam exaustos porque não tinham meios, quadros, verbas, ideias, contactos, apoios, vontade e projecto. O Desporto Escolar tinha sido deixado à sua sorte.” (*Ibidem* s/d).

O Decreto-Lei n.º 150/86 de 19 de Junho, embora, numa primeira fase, tivesse merecido o benefício da dúvida da parte de muitos profissionais de Educação Física, acabou, afinal, por revelar não ser o modelo ideal para o ensino do desporto e a institucionalização de quadros competitivos destinados à população escolar, daí que o Despacho 180/ME/88 tenha sido considerado, segundo PIREs (s/d), o momento de arranque para, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), iniciar a institucionalização de um Desporto Escolar de acordo com os padrões dos países da Europa Ocidental, através da elaboração de um Decreto-Lei que o regulamentasse.

*A Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD), na linha daquilo que já estava indicado no Artº 48º da LBSE, veio configurar, de uma forma definitiva, um Desporto Escolar com personalidade própria no âmbito do Sistema Desportivo e subordinado aos quadros específicos do Sistema Educativo (Art. 6º, n.º1). (Ibidem, s/d).*

À lupa da actualidade, ainda agora o DE possui um lugar neste Sistema Educativo, tal como indicado na actual Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (lei 5/2007) que, no seu artigo 28º, refere que

*[...] a educação física e o desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura. (LBAFD, 2007).*

Ainda que se apele ao fomento do DE, segundo o Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar (Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro), este é assumido como

*[...] o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objecto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha integradas no plano de actividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo. (Artigo 5º, alínea 1)*

Robustecido este fenómeno, obrigou à criação de mais metas orientadoras, entre as quais o Programa de Desporto Escolar (PDE), elaborado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, da Direcção Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular (DGIDC), visando promover uma

*melhor articulação entre os profissionais do Desporto Escolar que trabalham junto das Equipas de Apoio às Escolas, das Direcções Regionais e da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e os órgãos dirigentes dessas estruturas, os quais assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento do desporto escolar no âmbito das suas competências. (PDE, 07/08, p. 2)*

Ao analisarmos o respectivo documento de orientação, aliás como havia já sido decretado no Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, deparámos que o projecto de Desporto Escolar deverá ser parte integrante do Projecto Educativo e do Plano de Actividades dos estabelecimentos de ensino, o que pressupõe a transversalidade do mesmo (interdisciplinaridade) e a sua operacionalização em complementaridade com o trabalho efectuado na disciplina curricular de Educação Física e em articulação com os respectivos docentes.

Contudo, o DE apenas se enquadra nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário, uma vez que, no que concerne ao 1º CEB, “não se aconselha a prática desportiva propriamente dita mas apenas actividades ludico-desportivas ou de iniciação à actividade física e desportiva, para além da componente de

expressão física constante do currículo praticada sempre que as condições o permitam.” Assim,

*[...] é oferecida a todos os alunos a possibilidade de Actividade Física e Desportiva enquanto medida de enriquecimento curricular integrada no projecto da Escola a Tempo Inteiro, podendo ainda os alunos do 1º Ciclo, com idades correspondentes às dos escalões do Desporto Escolar, participar nas actividades do Desporto. (PDE, 07/08, p. 3)*

Nestas linhas de pensamento, sendo um instrumento do Sistema Educativo, o DE deverá funcionar e ser assumido pelos Órgãos de Direcção e Gestão dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas não integradas em agrupamento.

Como tal, de acordo com o Dec lei n.º 95/91, nos pontos 6 e 8, compete ao “órgão de Direcção e Gestão coordenar, acompanhar, apoiar e avaliar o desenvolvimento do Projecto de DE da respectiva escola. Os Órgãos de Direcção e Gestão dos estabelecimentos de educação e ensino deverão, em consonância com os docentes de Educação Física, providenciar para que se criem e organizem Clubes de Desporto Escolar (CDE), que se deverão assumir como pólos dinamizadores das actividades desportivas externas.”

Analisando o relatório disponibilizado elaborado por Sousa e Magalhães (2006), que constitui o mais recente retrato estatístico relativo à adesão ao Desporto Escolar desde o ano lectivo 2001/2002 até 2004/2005, constatamos que, da análise do quadro 10, tendo em conta os quatro anos lectivos considerados e o número de alunos-praticantes por género, verificamos a existência de um valor absoluto de 110 021 praticantes, em 2004/05, assim como um crescimento médio negativo do número de alunos-praticantes de Desporto Escolar (-2,7%), ao longo do período considerado.

Esta taxa possui um valor muito próximo do nulo, sendo que à grande variação percentual negativa verificada entre 2001/02 e 2002/03 (24,3%) se seguiu um aumento na ordem dos dez por cento, em cada um dos dois anos subsequentes.

**Quadro 10 - Número de alunos-praticantes e respectivas taxas de crescimento por género, desde 2001/02 até 2004/05 (Sousa & Magalhães, 2006)**

<b>Género</b>	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
<b>Masculinos</b>	47223	25200	44004	44894
<b>Femininos</b>	28214	16635	26658	26863
<b>Misto</b>	43952	48520	29118	38264
<b>TOTAL</b>	<b>119389</b>	<b>90355</b>	<b>99780</b>	<b>110021</b>
<b>Taxa de crescimento</b>				
<b>Masculinos</b>	-46,6%	74,6%	2,0%	-1,7%
<b>Femininos</b>	41,0%	60,3%	0,8%	-1,6%
<b>Misto</b>	10,4%	-40,0%	31,4%	-4,5%
<b>TOTAL</b>	<b>-24,3%</b>	<b>10,4%</b>	<b>10,3%</b>	<b>-2,7%</b>

De modo a aproximar os valores da nossa região, embora não sendo ainda possível encontrar dados relativos ao nosso Concelho, apresentamos agora os valores referentes ao número e percentagem de alunos-praticantes, por Direcção Regional de Educação (DRE), no mesmo período de tempo acima estabelecido (conforme quadro 11).

Sobre o número de alunos-praticantes por Direcção-Regional de Educação, em 2004/05, verificamos existir um equilíbrio de participação nas duas regiões mais populosas do País, Norte e Lisboa, as quais reúnem, respectivamente, 33,0% e 32,6% do total de praticantes, logo seguidas pela região Centro, à qual pertence o Concelho de Viseu, com 24,1%. O Alentejo e o Algarve apresentam valores muito distantes das outras regiões.

**Quadro 11 - Número e percentagem de alunos-praticantes por DRE, em 2004/05 (Sousa & Magalhães, 2006)**

<b>DRE</b>	<b>2004/05</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Norte</b>	36255	33,0%
<b>Centro</b>	26493	24,1%
<b>Lisboa</b>	35864	32,6%
<b>Alentejo</b>	7002	6,4%
<b>Algarve</b>	4407	4,0%
<b>TOTAL</b>	<b>110021</b>	<b>100%</b>

Na medida em que se verifica uma ligação, ainda que na realidade seja por vezes ténue, entre o DE e a EF, também neste contexto não são descuradas as instalações desportivas. Partindo do princípio de que o DE tem a sua base nas Escolas e nas estruturas do Ministério da Educação, serão delas as iniciativas a apoiar, podendo candidatar-se a este programa todos os estabelecimentos de educação e ensino oficial, particular, cooperativo e profissional, dependentes ou não do Ministério da Educação, bem como as estruturas territoriais do mesmo.

O Programa Desporto Escolar 2007/08/09 (PDE 07/08/09) compreende duas medidas:

- *Apoio a actividades desportivas internas e à preparação dos grupos equipa para a competição e suas deslocações para as actividades externas;*
- *Apoio à organização de quadros competitivos externos.*

Desta forma, na apresentação dos projectos de candidatura, designados Projectos de Escola, deverá estar inscrita a caracterização das instalações desportivas a apresentar pela Escola candidata, mediante um modelo de ficha que, de seguida, apresentamos (PDE, 07/08, p. 30):

**Quadro 12 - Ficha de caracterização das instalações desportivas (PDE, 07/08)**

N (5)	TIPO	LOCALIZAÇÃO (6)	COBERTA OU DESCOBERTA (7)	COMP. X LARG. (8)	ALTURA (9)	PISO

## **7. A complementaridade entre o Sistema Desportivo e o Sistema Educativo**

Se existe alguma convergência nos discursos que imanam da instituição escolar e dos clubes desportivos, esta baseia-se no princípio da complementaridade entre os dois subsistemas. A problemática, nesta relação, não está tanto na aceitação de um compromisso entre as duas instituições (já que ambos reconhecem essa inevitabilidade), mas está centrada nas funções que cada uma deve assumir no processo de preparação desportiva da criança e do jovem. A Confederação do Desporto de Portugal publica em Junho de 2001 um documento que se ocupa desta matéria, retratando o estado de uma relação que foi sempre conflituosa:

- *O alto rendimento exige alterações na participação do sistema escolar na política desportiva. O discurso que prevalece na escola é que à escola compete a formação desportiva de base. No entanto, no Desporto federado há uma reacção simétrica, onde a captação massiva é um bom exemplo;*
- *A função do Desporto Escolar, como introdutória à preparação desportiva, conduz a um duplo problema: O desperdício dos talentos e o desperdício das oportunidades. Estes obstáculos que impedem a contribuição da escola, na elitização desportiva, advêm da filosofia de educação anti-elitista. Sendo este Desporto por natureza elitista, percebe-se que as duas posições constituam a base do conflito entre os dois subsistemas.*

Nestas linhas de pensamento, Soares (2005) refere ser necessário assumir que a Escola e os clubes federados fazem parte do mesmo processo que é a formação desportiva. Entenda-se formação desportiva o processo de prática desportiva regular que tem por objectivo criar as condições e os meios necessários à aprendizagem e evolução do praticante, desde a iniciação até à especialização, esteja ele no sector escolar, federado ou em qualquer outro.

Como tal, pensamos que a relação entre o sector escolar e o sector federado, entre a escola e o clube, deve ser uma relação de interacção e de comunicação sistemática no sentido de rentabilizar sinergias e várias formas de comunicação.

Repare-se, a título de exemplo, que muitos jovens começam a sua prática desportiva na escola e continuam, mais tarde, no Desporto federado. Outro importante indicador será o facto de muitos professores de Educação Física ligados ao Desporto escolar terem exercido e, provavelmente, continuarem a participar no Desporto federado: por exemplo, no ano escolar de 1994/1995, através de um estudo realizado na Região Autónoma da Madeira (Soares, 1997), apurou-se que 54% dos professores do Desporto escolar exerciam funções de treinador nos clubes federados, para além de existirem ainda outros professores que acumulavam outras funções no sector federado, desta feita em percentagem mais reduzida.

Esta relação pode ser analisada segundo vários domínios e objectivos (níveis de formação da prática desportiva, formação de árbitros e professores, interacções nos quadros competitivos, acções de promoção do Desporto, partilha de recursos materiais, entre outros), de acordo com os interesses e o papel de cada um dos sectores e organizações.

Contudo, a verdade é que as divergências entre estes dois sectores existem. Segundo Pires (2003), tanto o Desporto Escolar como o Desporto Federado podem ter a mesma vocação, contudo têm missões diferentes. Enquanto que o Desporto Escolar visa educar, nas vertentes da saúde e da recreação, o Desporto Federado atinge o rendimento e o profissionalismo, sob o pano de fundo do espectáculo.

A vocação de uma estrutura como o Desporto Escolar tem a ver com a necessidade de satisfazer as necessidades de prática desportiva em jovens de idade escolar, no entanto, poderemos considerar que o Desporto Federado também possui esta vocação, encontrando-se os praticantes em idade escolar ou não.

*Quer dizer, são duas unidades orgânicas independentes do Sistema Desportivo que podem cooperar, desde que não exista da parte de nenhum deles tentações hegemónicas e totalitárias. Na medida em que ambos têm a mesma vocação. Portanto, a cooperação tem de ser realizada no respeito pela identidade cultural de cada sistema, na certeza de que se não for possível estabelecer distintamente diferentes identidades culturais, então, poderemos dizer que um dos sistemas está a mais. (Pires, 2003, p. 81)*

O autor supracitado pretende transmitir a ideia, através da afirmação anterior, de que, ou o Desporto Escolar toma conta dos escalões etários em idades de escolaridade obrigatório, ficando o Desporto Federado dispensado de tal missão, ou se entrega o Desporto Escolar às Federações, permanecendo a questão de verificar as vantagens e inconvenientes de cada uma das situações expostas. Será, no entanto, de relevar a opinião de Pires (2003), o qual menciona que, “numa política desportiva equilibrada e coerente os dois sectores complementam-se, não se sobrepõem nem se excluem”. (p. 80).

Esta opinião é compartilhada por Coelho (1989) que, por sua vez, defende igualmente que os problemas do sistema desportivo não se resolvem pondo em conflito o Desporto escolar e o Desporto federado.

Ao invés, propõe um enquadramento coerente da prática desportiva segundo determinadas etapas, desde a iniciação até ao alto rendimento, onde ambos os sectores podem desempenhar um papel relevante. Importará, portanto, clarificar o que a escola tem a dar ao clube e o que o clube tem a dar à escola, conforme sugere Bento (1991):

*[...] clube local e escola são dois momentos do mesmo tempo, duas faces intercomplementares da mesma moeda – a formação desportiva, tem a mesma função a cumprir, com diferença de estratégias, de vias, de meios e de objectivos ocasionais. (p. 184)*

Assim, o desafio que se coloca às organizações que têm responsabilidades no processo de formação desportiva, seja num ou noutra sector, especialmente em determinadas localidades onde os recursos humanos e materiais são escassos, será o de encontrar e/ou estabelecer pontes de interacção e de sinergia, no sentido de proporcionar ganhos para ambas as partes e assegurar que o jovem praticante possa dispor da prática desportiva e competitiva, que melhor se adapta ao seu nível e às suas características.

## **8. Da Educação Física à Motricidade Humana – Um Corte Epistemológico**

### **8.1. A intencionalidade operante na comunidade desportiva**

Considerado um sistema aberto por natureza, o Homem, na medida em que interage com o meio, não se limitando apenas a reagir aos estímulos que dele advêm, possui uma relação com o mundo e com os outros, designada por Ponty (1999) de corporal-motora, uma vez que o Homem possui uma capacidade infinita de “*movimento para*”. Tal significa que a nossa motricidade é regida por intencionalidades.

Que significado poderemos então atribuir ao conceito de “motricidade”? O hermeneuta Manuel Sérgio (1994) relaciona intimamente este conceito ao de corporeidade (“*pertence ao corpo; corporal; que tem corpo*”; Dicionário da Língua Portuguesa, 2004), referindo mesmo que entre motricidade e corporeidade não existe diferença, pois ambas fazem parte da mesma complexidade humana, isto é, “a motricidade surge e subsiste como emergência da corporeidade, como sinal de quem está-no-Mundo para alguma coisa.” (Sérgio, 1994, p. 30) Em que motricidade “é um modo de ser da corporeidade, aquele em que a percepção não se limita a abranger o instante da duração do aqui e agora e se alarga à dimensão inteira da temporalidade.” (*Ibidem*, p. 32).

Na tentativa de definirmos o conceito antecedente, surge-nos logo outra questão, aquando da afirmação apresentada: - se a motricidade se relaciona com a percepção, o que significará “perceber” neste contexto?

Para Ponty (1999, p. 29), “perceber é tornar presente qualquer coisa com a ajuda do corpo” [...] “um corpo vivido que se orienta para o mundo e capta as coisas, através de perfis e não de um modo perfeitamente definitivo.”

De acordo com as concepções e respectivas definições expostas, poderemos depreender que o Homem se relaciona com o mundo através da sua motricidade ou corporeidade, isto é, da sua capacidade de utilizar o corpo para entender e perceber o que rodeia. Logo, ser Homem não é um estado,

mas um processo de transcendência ininterrupto pois nada é dispensável, ou seja, tudo à sua volta é indispensável.

Por seu lado, a ideia anterior remete-nos para o facto de não podermos reduzir o desenvolvimento humano ao aspecto físico, corpóreo, uma vez que para subsistir às adversidades do meio, o Homem possui a capacidade de desenvolver e criar estratégias para superar essas dificuldades, criando assim, de forma progressiva, a cultura e (re)adaptando-se a ela, evoluindo, complexificando-se.

Desta forma, a globalidade humana apresenta-se como “Corpo-Alma-Natureza-Sociedade-Desejo” (Sérgio, 2005, p.71) em que persegue a transcendência.

*O homem é um apelo à transcendência e como tal, um ser prático que, na totalidade corpo-alma-natureza-sociedade-desejo e pela motricidade, procura transcender e transcender-se, visa o Absoluto. (Ibidem, 1994, p. 26)*

Nestas linhas de pensamento, o sentido é alcançado por meio da percepção, sendo este o modo de comunicação para se estabelecer um diálogo entre o mundo e o ser, pois é através da percepção dos objectos, das situações e das acções, entre outros, que podemos reflectir sobre estes sem perdermos a raiz corpórea.

Atente-se ao facto de termos focado, neste tópico, os termos “percepção” e “desejo”, os quais nos levam a aperceber que a motricidade humana é regida por intencionalidades.

Dentro desta filosofia, o corpo possui uma intencionalidade dinâmica, como tal dirige-se a tudo o que o rodeia. Santin (1987, cit. por Betti, 2005), destaca que o ser humano, visto como um todo indivisível, possui movimento, o qual possui componentes intencionais internas e externas. As internas relacionam-se com o prazer intrínseco à execução dos próprios movimentos, a superação de si próprio e a fruição estética, enquanto que as componentes externas seriam as provenientes de fora do campo do próprio movimento, como recompensas financeiras por exemplo, assim como a busca de valores extrínsecos ao movimento em si, como a saúde.

A exercitação condicionada, em geral sistemática, da motricidade humana (quer dizer, da *capacidade de movimento para...*) vem assim construindo, ao longo da história, as formas culturalmente codificadas que hoje conhecemos como desporto, ginástica, danças, entre outros, os quais constituem meios e conteúdos que a “Educação Física” articula, a partir de diferentes intencionalidades pedagógicas, processo ao qual Betti (2005) denomina de “cultura corporal do movimento”, uma vez que não existe movimento sem um corpo que se movimenta (Dartigues, 2003, cit. por Betti, 2005).

“A intencionalidade operante”, assim apelidada por Ponty (1999) refere-se aos meios que o corpo tende a oferecer naturalmente, actualizando hábitos na percepção, em proveito de uma nova significância.

De acordo com Figueiredo (2006), a acção motora passa agora a ser substituída pela acção “motrícia”, mais abrangente, pois engloba o acto motor e não-motor, pelo que o autor concorda com a criação do termo “motrício/a”, por Trigo (1999, p. 104), para adjectivar a motricidade.

Numa etapa em que se torna necessário o aprofundamento do conhecimento, tal como referimos já ao longo do nosso trabalho, a “Educação Física” considera-se agora a “pedagogia das condutas motrizes”, fundamentalmente, ‘uma prática de intervenção que exerce uma influência sobre as condutas motrizes dos participantes em função de normas educativas implícitas ou explícitas.’ (Parlebas, 1999, p. 119, cit. por Figueiredo, 2006, p. 26).

Figueiredo (2006) remata ainda que é a natureza intencional que faz o homem transcender-se na sua operacionalidade nos mais diversos contextos, sejam estes relacionados com o Desporto (sistema desportivo), Educação Física e Desportiva (sistema educativo) ou ainda no contexto da actualmente designada “Actividade Física” ou “Exercício”, relacionada com a prática (sistema) por recreação e lazer.

Baseados nas directrizes orientadoras até agora apresentadas, julgamos estar mais robustecidos, nos âmbitos teórico e prático, ao verificarmos que o nosso estudo poderá ser enquadrado no âmbito da Gestão do Desporto, enquanto instrumento que “assume relevância no estudo da dimensão

institucional do Desporto que, em coerência com a característica de intencionalidade operante no conceito de motricidade humana, foca a perspectiva de intencionalidade institucional” (Figueiredo, 2006, p. 24) como um dos seus objectos de estudo.

Para justificar este enquadramento, procuremos interpretar o Desporto actual como “pós-moderno” (Figueiredo, 2006), na medida em que este evolui com a sociedade, sendo reflexo ou espelho da mesma. De facto, esta designação surge como consequência de um fenómeno cultural que Toffler (1984) designou de Revolução Industrial, sendo este conceito posteriormente reforçado por Pires (2005), salientando o código oculto<sup>3</sup> implícito nesta visão.

Fundamentado neste código oculto, Figueiredo (2006) transforma-o, como já fizemos referência ao longo do nosso trabalho, no código operacional que visa compreender o desporto actual.

Num ambiente dinâmico, no qual se verifica um Desporto em mudança, Pires (2005, pp. 61-70), ‘indicia a natureza epistémica de Desporto e elogia a sua anti-neutralidade, ou seja: não é a existência de Desporto que faz bem ou mal, mas é sim o projecto intencional do seu desenvolvimento que assume relevância na operação de gestão’ (cit. por Figueiredo, 2006, p. 30).

Referenciando novamente o modelo das dimensões do conceito de Desporto (Figueiredo, 1994), verificamos que a dimensão projecto assume relevância primordial, na medida em que “a ideia de projecto é aquilo que de mais importante” [...] “deve dimanar do conceito quadridimensional e aberto de desporto.” (Pires, 1988, p. 104, cit. por Figueiredo, 2006, p. 33).

Desta forma, pretendemos indagar a intencionalidade subjacente a algumas comunidades, através do estudo sobre as suas instalações desportivas, sempre com base na assumpção de que a Gestão do Desporto possui como objecto de estudo é a comunidade desportiva intencional. Quanto mais focado na dimensão institucional do projecto de estudo e desenvolvimento, mais evidenciada é a faceta social do homem em transcendência e, neste caso, como inserido no seio de organizações, a

---

<sup>3</sup> Código oculto da Revolução Industrial – estandardização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização. (Toffler, 1984, pp.49-64, cit. por Figueiredo, 2006, p. 30)

institucionalização desportiva pode verificar-se como a “manifestação da intencionalidade comunitária, sendo a raiz primordial do desenvolvimento organizacional. O projecto é a institucionalização da intencionalidade co-implicadora.” (Figueiredo, 2006, p. 34).

Em suma, o objecto de estudo passa então a ser o “desenvolvimento institucional da motricidade humana num certo contexto” (Figueiredo, 2006, p. 35), neste caso, o Desporto, utilizando a Gestão do Desporto como ferramenta científica que tende a analisar e a estudar este contexto, auxiliando-se em ciências sociais como a sociologia, a ergonomia, a economia, entre outras.

Como área de investigação, a Gestão do Desporto fundamenta-se na “dinâmica do institucional desportivo pela acção motrícia desportiva” (*Ibidem*, 2006), pelo que, no estudo em concreto, visa analisar os sistemas educativo e desportivo e as relações existentes (ou não) entre estes.

Uma vez que, tal como mencionámos já, instituir é, entre outras designações, afixar normas, valores e regras, esta cultura tende a complexificar naturalmente cada um destes sistemas, provocando igualmente a necessidade de igualar os respectivos contextos teóricos e práticos, equilibrando-os juridicamente com as respectivas Leis de Bases.

Ainda que estas legislações tendam, nalguns casos, a aproximar os praticantes de determinado sistema mais do que outro (Figueiredo, 2006), a questão central que se prende, na análise da interface entre o sistema desportivo e sistema educativo, é relativa ao facto da Lei de Bases do Sistema Educativo não ter sofrido ainda alterações a par da Lei de Bases do Sistema Desportivo que, por sua vez, já sofreu alterações até se enquadrar actualmente na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, passando também por Lei de Bases do Desporto.

Pressupondo que sem indivíduos não podem existir organizações e, como tal, comunidades desportivas intencionais, como se poderá explicar que, se se pretende que exista coerência na relação entre estes dois sistemas, os pilares teóricos do sistema educativo não tenham ainda efectuado o salto evidenciado com as restantes Leis de Bases que regulam o sistema desportivo?

Figueiredo (2006) apela a esta problemática, efectuando a seguinte questão retórica:

*Será isso um indicador de tais modificações de discurso sem procura de modelos integradores? Será a tendência para a mudança pela mudança, como um agir intencionalmente centrípeto mas não focando teoricamente (pelo menos de forma justificada) no discurso modelador comum? (p. 37)*

Questões como a acima apresentada servem, segundo o autor, para exemplificar o tipo de preocupações que podem imperar nos quadros normativos. Desta forma, numa perspectiva de tratamento do Desporto pós-moderno, este deverá ser cuidado sem esquecimento do seu passado, o que apenas poderá ser efectuado após longa experiência comunitária.

Assim, pretendemos referir que o Desporto não pode ser gerido sob uma óptica de tábua rasa, como Pires (2005) alertou já, na medida em que se torna necessário atentar a este fenómeno como “material vivo e organizado” (Pires, 2007, p. 40), organizando as suas leis sem esquecer as anteriores, mas também sem se deixar de considerar o que já está a ser idealizado e organizado, de acordo com o futuro.

## 9. As Instalações Desportivas – um Espaço Artificial

As instalações desportivas identificam, no espaço urbano, os locais específicos de práticas desportivas realizadas em espaços delimitados. Estas localizam um tipo de actividades desportivas que se desenvolvem num determinado território, pela função que desempenham e pela utilidade que as comunidades lhes conferem, assumindo cada vez mais um espaço próprio dentro das cidades e dos seus espaços de influência (Cunha, 2007).

Uma instalação desportiva integra as características da prática desportiva normalmente originada ou originária de espaços naturais, dentro de um espaço artificial, com uma linguagem codificada. Na perspectiva do autor supracitado (2007), através de um processo de standardização, codificação e regulamentação, poderão tipificar-se os gestos motores e apetrechos adequados à prática que é desenvolvida pela modalidade em causa num determinado momento.

*A função fundamental da instalação desportiva é a de oferecer de uma forma continuada a possibilidade de realização de uma prática desportiva num determinado local. (Cunha, 2007, p. 27)*

No que concerne à sua cobertura e respectivo apetrechamento, esta permite o aumento dessa constância de forma a ultrapassar os eventuais condicionalismos que possam vir a ser impostos pelos rigores do clima. A identificação e o registo das instalações desportivas contribuem para o reconhecimento do nível de equipamento urbano das populações de um determinado território e da respectiva qualidade de vida em matéria de Desporto.

Nestas linhas de pensamento, o Decreto-Lei n.º 317/97 de 25 de Novembro, que estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, estabelece, no seu artigo 2.º, que “[...] são instalações desportivas os espaços de acesso público organizados para a prática de actividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares. (...)”

### 9.1. “Para quê?” – a necessidade de instalações desportivas

As instalações desportivas sistematizam as práticas desportivas num determinado espaço (Parlebas, 1981, cit. por Cunha, 2007), bem como os comportamentos dos seus intervenientes e densificam das relações entre participantes no fenómeno desportivo através das respectivas práticas (Bale, 1953). As instalações desportivas revelam a expressão desportiva de uma comunidade no espaço ou território, de forma institucionalizada e permanente (Cunha, 2007).

Para além disso, segundo Paz (1973, cit. por Cunha, 2007) as instalações desportivas são também um instrumento de política desportiva, na medida em que o autor define Política Desportiva como sendo “o conjunto de decisões que têm por objectivo desenvolver o Desporto.” (pág.119).

Dentro da perspectiva apresentada, realizar uma política de instalações desportivas significará codificar desportivamente o espaço, organizá-lo, impondo-lhe regras. “Este processo de imposição de disciplina e regras, chama-se racionalização, que identifica dois processos: A organização do tempo e a organização do espaço.” (Cunha, 2007, p. 119). A regra é imposta ao espaço pela implantação de um código que organiza as actividades que decorrem espacial e temporalmente dentro das instalações desportivas.

Desta forma, possuir uma política de instalações desportivas significa ter uma política de codificação e de qualificação do espaço, criando condições materiais efectivas que estabilizem a prática, aumentando o nível de eficiência e fornecendo conforto desportivo continuado (Cunha, 2007). Desenvolver uma política de instalações desportivas quer dizer que também se organiza, por via do Desporto, a vida das pessoas (o tempo) e se criam condições para que o Desporto nela aconteça.

Neste contexto, apresentamos seguidamente um estudo realizado por Marivoet (1998), teve como objectivo central o estudo do comportamento da população portuguesa face ao Desporto, no sentido de quantificar e caracterizar a procura da prática desportiva e avaliar as necessidades em matéria de instalações desportivas, de acordo com as procuras manifestadas.

Na avaliação das necessidades em equipamentos desportivos, a análise foi efectuada sob duas perspectivas:

- *Opinião dos indivíduos inseridos na procura potencial, acerca da carência de equipamentos para a prática das modalidades preferidas;*
- *Relação entre as procuras reais e potenciais das modalidades de equipa e as instalações necessárias para as satisfazer;*

O quadro 13 apresenta os resultados encontrados para o tipo de equipamentos pretendidos:

**Quadro 13 - Equipamentos desportivos pretendidos (Marivoet, 1987)**

<b>Pavilhão/Salas de Desporto</b>	<b>54%</b>
<b>Piscinas</b>	43%
<b>Campo de pequenos jogos</b>	22%
<b>Campos de grandes jogos</b>	18%
<b>Campo de Ténis</b>	16%
<b>Instalações Especiais</b>	15%
<b>Infra-estruturas de ar livre</b>	27%
<b>Outras</b>	9%

Os dados encontrados por Marivoet (2001), relativos à opinião dos inquiridos sobre a classificação da qualidade das instalações desportivas e acerca das instalações necessárias para os inquiridos que consideram as instalações existentes insuficientes, são os seguintes:

**Quadro 14 - Classificação da qualidade das instalações (Marivoet, 2001)**

<b>Suficientes</b>	<b>26%</b>
<b>Insuficientes</b>	43%
<b>Em mau estado</b>	7%
<b>Não sabem / Não respondem</b>	24%

**Quadro 15 - Instalações mais necessárias (Marivoet, 2001)**

<b>Pavilhão</b>	<b>33%</b>
<b>Campos de Futebol</b>	25%
<b>Piscina</b>	20%
<b>Campo de pequenos jogos</b>	6%
<b>Zona ao ar livre</b>	6%
<b>Pista de Atletismo</b>	4%

Como manifestação cultural individual e colectiva, o Desporto, pela sua expressão, poderá ser encarado como um instrumento de felicidade dos indivíduos e dos povos.

*Aceder às instalações desportivas é viver o Desporto. É esta possibilidade de aceder fácil e confortavelmente que está nas motivações mais profundas dos cidadãos. Na prática desportiva, ao viver com o seu corpo, a sua motricidade e convivialidade social, o cidadão expressa desportivamente a sua urbanidade e a de um povo de que é representante individual, que corresponde à expressão máxima de civilização e do seu capital cultural. (Cunha, 2007, p. 120)*

## **10. Metodologia**

### **10.1. Objectivos**

Atentando ao enquadramento do problema estabelecido no início do trabalho, na medida em que pretendemos verificar, se no Concelho de Viseu, estão reunidas as condições necessárias e suficientes para operacionalizar e implementar as metas descritas anteriormente, estabelecemos os seguintes objectivos:

- Proceder à caracterização dos diferentes Agrupamentos de Escola e Escolas Não Agrupadas no Concelho de Viseu;
  
- Definir os critérios a utilizar posteriormente para classificar as instalações desportivas aí localizadas, baseando-nos numa análise prévia da legislação vigente e, igualmente, na literatura revista;
  
- Proceder à caracterização:
  - do número e tipologia das instalações localizadas em cada Agrupamento de Escolas e Escolas Não Agrupadas;
  
  - das suas taxas de ocupação habituais durante o período curricular e extra-curricular;
  
  - dos tipos de gestão realizados nas mesmas e respectivos estados de conservação;

### **10.2. Hipóteses**

- As instalações desportivas escolares situadas no Concelho de Viseu são suficientes para a promoção das actividades físicas e desportivas das crianças e jovens matriculados no ensino público;

- A tipologia das instalações é heterogénea, possibilitando a prática desportiva diversificada;
- O número de instalações desportivas cobertas é proporcional ao de instalações desportivas descobertas;
- As instalações desportivas escolares possibilitam o desenvolvimento curricular normal das actividades físicas e desportivas;
- A taxa habitual de ocupação das instalações desportivas afere um funcionamento equilibrado e produtivo das mesmas;
- A gestão das instalações desportivas escolares é qualificada e afere um funcionamento equilibrado e produtivo das mesmas;
- O estado de conservação das instalações desportivas escolares afere um funcionamento equilibrado e produtivo das mesmas;

### **10.3. Amostra**

O estudo realizou-se sobre uma amostra não aleatória, uma vez que incidiu no conjunto de instalações desportivas do sistema escolar público existentes no Concelho de Viseu.

Desta forma, a amostra é composta por todas as instituições escolares que se encontram habilitadas à promoção da prática desportiva, compreendendo as seguintes:

- Agrupamento de Escolas de Abraveses;
- Agrupamento de Escolas Grão Vasco;
- Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique;
- Agrupamento de Escolas de Marzovelos;
- Agrupamento de Escolas de Mundão;

- Agrupamento de Escolas do Viso;
- Agrupamento de Escolas de Vil de Souto;
- Agrupamento de Escolas de Silgueiros;
- Escola Secundária Alves Martins;
- Escola Secundária Emídio Navarro;
- Escola Secundária Viriato;
- Centro de Formação Profissional de Viseu;

Uma vez que os Agrupamentos de Escolas não possuem todos o mesmo número de instalações desportivas, sucedendo uma situação semelhante nas escolas do Ensino Secundário, encontrámos um conjunto total de 45 no contexto descrito, sobre as quais alude o nosso estudo.

#### **10.4. Instrumento de Recolha de Dados**

No que concerne aos dados utilizados para a caracterização do Concelho de Viseu (população, níveis de ensino, entre outros factores), estes foram obtidos através da consulta da Carta Educativa do Município de Viseu (Ribeiro *et al.*, 2006).

Para a recolha de dados, aplicamos o inquérito por questionário aos responsáveis pelas respectivas instalações desportivas, optando pela selecção de questões do tipo “fechado” de escola dicotómica ou múltipla, consoante o dado a escolher.

A escolha do instrumento mencionado deve-se ao facto de, caso o inquirido não tenha possibilidade em responder de imediato ao questionário, é facilitado o registo concreto dos dados, podendo ser adquirido o documento posteriormente.

##### **10.4.1. Processo de Construção**

A dimensão do estudo, tendo em conta as suas características, obrigou-nos a proceder à construção de um instrumento de recolha de dados com especificidades próprias

Relativamente ao questionário, será de salientar a intenção de o tornar perceptível aos inquiridos, como tal, procedemos à definição de todos os campos a preencher logo após resposta à primeira questão. Por sua vez, o instrumento foi elaborado com base em questionários pertencentes a outros estudos já elaborados em contextos semelhantes, já devidamente validados (Constantino, 1990; Marivoet, 1999; Lopes, 2000; Soluções Sport, 2001; Férin, 2002, cit. por Cálão, 2003), pelo que a nossa preocupação central foi a de o adaptar às características do estudo e à facilidade do seu preenchimento, de modo a garantir a fidelidade e utilidade dos dados recolhidos e maximizar as taxas de retorno (consultar nomenclatura no Anexo I).

#### **10.4.2. Organização do Questionário**

O questionário começa por apresentar o conjunto de instruções necessárias ao seu devido preenchimento, de acordo com o enquadramento legal que rege a tipologia das instalações desportivas.

Continuamente, identifica o recurso espacial, o seu responsável operacional e o enquadramento, em termos de entidade proprietária e gestora do espaço. De seguida, objectiva-se o enquadramento tipológico da infra-estrutura e as valências infraestruturais que lhe estão associadas.

O próximo passo visa descrever as valências espaciais directamente relacionadas com a prática desportiva, concretamente no que concerne aos recintos desportivos, balneários existentes e área destinada à admissão de público para assistir às actividades ou eventos nela promovidos (caso existam).

Finalmente, a última área de caracterização quantifica as taxas de ocupação da infra-estrutura e descreve-as quanto ao tipo de modalidades praticadas, no sentido de averiguar se as instalações são utilizadas para fins escolares, curriculares e/ou extra-curriculares ou mesmo para outras actividades desportivas exteriores ao sistema escolar.

### 10.4.3. Aplicação do Questionário

No sentido de tentar recolher dados acerca da tipologia das instalações desportivas localizadas no Concelho de Viseu, de modo a analisar as respeitantes às entidades escolares em questão, abordámos a Autarquia de modo a verificar a existência, ou não, de estudos realizados por instituições oficiais, como por exemplo, o Centro de Estudos de Formação Desportiva ou a existência de uma Carta Desportiva Municipal.

Desta forma, abordado o gabinete de apoio ao desporto da Autarquia, os mesmos referiram não possuírem ainda uma Carta Desportiva Municipal devidamente estabelecida, mas apenas um levantamento efectuado por Cálão, em 2005, das Instalações Desportivas do Concelho de Viseu, o qual se verificou útil na caracterização das diversas instalações existentes nas Escolas.

Não obstante, existiu necessidade em contactar o autor pessoalmente, uma vez que a autorização para visualização do respectivo documento, para além do pedido burocraticamente complexo, demorou cerca de dois meses a ser emitida pela Autarquia, o que se constituiu contraproducente para a análise devido aos constrangimentos temporais que o próprio estudo comporta.

Paralelamente, foram elaborados questionários que visaram obter informações mais detalhadas das diferentes instalações desportivas, no sentido de actualizar o estudo efectuado anteriormente descrito, devido à considerável discrepância temporal.

Desta forma, tornou-se necessário proceder à recolha dos dados, tal como foi já referido, através do preenchimento de questionários devidamente elaborados para o efeito, entregues junto dos responsáveis pelas diferentes instalações. A entrega dos instrumentos de análise foi inicialmente efectuado via CTT, em documento registado, pelo que houve posteriormente necessidade em contactar pessoalmente as entidades.

Tal sucedeu devido ao facto da primeira abordagem, mais informal, não ter possuído o sucesso esperado, na medida em que se verificaram ausência de respostas por parte de diversas Escolas, tendo sido solucionado o problema após um contacto pessoal com as mesmas. Antes de serem realizadas as visitas, contactámos os responsáveis telefonicamente, solicitando a sua

colaboração e explicando os objectivos do estudo pelo que, após algum desconforto inicial aquando da recepção dos questionários, o índice de colaboração aumentou após uma explicação mais detalhada do contexto.

#### **10.4.4. Fidelidade do Questionário**

De acordo com Figueiredo (2005), a fidelidade de um instrumento de recolha de dados representa a sua qualidade de suscitar respostas estáveis. Uma vez não ter existido possibilidade de elaborar um teste de fidelidade, existiu cuidado, tal como proferimos já, em construir um instrumento baseado em outros estudos efectuados, de modo a atenuar ao máximo o impacto subjectivo.

#### **10.5. Tratamento dos Dados**

À excepção dos dados de identificação, a anotação dos restantes dados foi previamente efectuada no programa informático Microsoft Office Word 2007, tendo sido estes posteriormente transpostos para o Microsoft Office Excel 2007, para a elaboração dos respectivos quadros e gráficos.

Para o referente tratamento, calcularam-se as frequências de ocorrência, sob a forma de categorias agrupadas, pelo que este procedimento se justificou devido ao reduzido número de instalações desportivas gerar uma fraca frequência de ocorrências e, desta forma, limitar o poder estatístico das análises a efectuar.

##### **10.5.1. Apresentação dos Dados**

A abordagem das instalações desportivas pode ser realizada através de diversas formas, sendo que todas estas permitem estruturar e explorar diferentes sentidos que fornecem as lógicas presentes à sua constituição e respectiva gestão.

Poderá configurar-se um envolvimento linear com cada um dos espaços das instalações desportivas que seguem uma sequência de decisões, cujo

ponto de partida se inicia desde o momento em que o praticante ou utilizador se convence a praticar Desporto e determina a acção de dirigir-se à instalação desportiva para realizar actividades, cumprir objectivos ou satisfazer necessidades ou, por outro lado, prefigurar-se a identificação da vocação e da missão de cada espaço presente na instalação desportiva e a organização dos recursos e dos processos a eles inerentes, em função dessas mesmas vocações (Cunha, 2007).

Desta forma, torna-se possível listar uma série de funções ou acções articuladas que os utilizadores desenvolvem em cada instalação desportiva e que, em termos espaciais, corresponderá a cada uma dos espaços que são definidos por essa função.

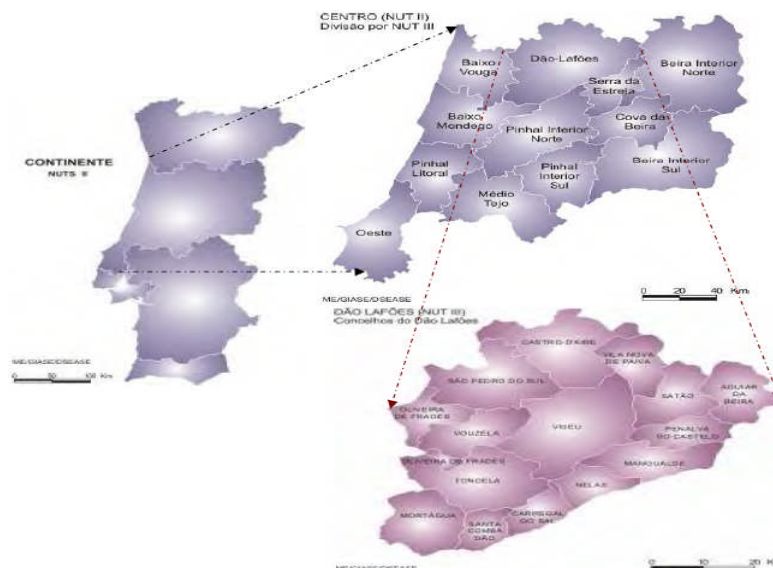
Uma vez tratar-se de um estudo exploratório específico no Concelho de Viseu, ao mesmo tempo que tende a efectuar uma comparação com outros trabalhos semelhantes, a apresentação descritiva dos resultados decorre sob a forma de quadros, apresentando a frequência das ocorrências relativamente ao total dos inquiridos.

#### **10.6. Validade**

Na medida em que o instrumento utilizado na obtenção dos dados visa obter a opinião dos responsáveis das instalações acerca dos itens apresentados, o que poderá não corresponder efectivamente à realidade, como consequência da sua aplicação por observação indirecta, o estudo poderá apresentar relativo comprometimento quanto à sua validade. Não obstante, no sentido de concretizar a obtenção dos dados necessários para a prossecução do estudo, julgamos tê-la realizado.

## 11. Caracterização do Concelho de Viseu

O Município de Viseu, com uma área de 507,1 Km<sup>2</sup>, é sede do distrito homónimo, constituindo-se como o município mais extenso do mesmo e insere-se na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) II - Centro e NUT III<sup>4</sup> - Dão-Lafões (Ribeiro *et al.*<sup>5</sup>, 2006) (figura 3).



**Figura 3 - NUT II Centro e NUT III Dão-Lafões (Ministério da Educação/Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - 2005)**

O distrito de Viseu, a que o município pertence, é limitado ao Norte pelos distritos de Vila Real e Porto, ao Sul pelo de Coimbra, a Este pelo de Aveiro e a Oeste pelo da Guarda (figura 4<sup>6</sup>).

<sup>4</sup> Para além do concelho de Viseu fazem parte da NUT III - Dão-Lafões os concelhos de: Aguiar da Beira; Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; Sátão, S. Pedro do Sul; Tondela; Vila Nova de Paiva e Vouzela.

<sup>5</sup> Elaboradores da Carta Educativa do Município de Viseu

<sup>6</sup> *NUT II Centro e NUT III Dão-Lafões*. Consult. 28 Mai 2009, disponível em <http://Portugal.veraki.pt/concelhos>.



**Figura 4 - Distritos de Portugal (Ribeiro *et al.*, 2006)**

O Município de Viseu tem como sede a cidade de Viseu e uma população residente de 93502 habitantes, segundo o último censo de 2001. É limitado a Nordeste pelo município de Vila Nova de Paiva, a Este pelos de Sátão e Penalva do Castelo, a Sudeste pelos municípios de Mangualde e Nelas, e a Sul por Carregal do Sal, a sudoeste pelo município de Tondela e a Noroeste pelos municípios de Vouzela e S. Pedro do Sul (figura 5). Este município está integrado nas bacias hidrográficas do Dão e do Vouga, sendo este último o rio mais importante que corre a Norte e que o separa do município de S. Pedro do Sul. No centro, a principal linha de água é o Pavia que atravessa a cidade, já a sudoeste o principal rio é o Dão (Ribeiro *et al.*, 2006).

O município caracteriza-se por uma superfície irregular com altitudes compreendidas entre os 400 e os 700 metros. Com um relevo acidentado, a natureza dos solos graníticos, “alimenta numerosos cursos e linhas de água e três bacias hidrográficas: a do Vouga, a do Dão e a do Paiva. Para elas convergem, ainda, outros rios de menor caudal entre os quais o rio Pavia e rio de Mel” (Gomes & Veiga, 2001, p. 10).

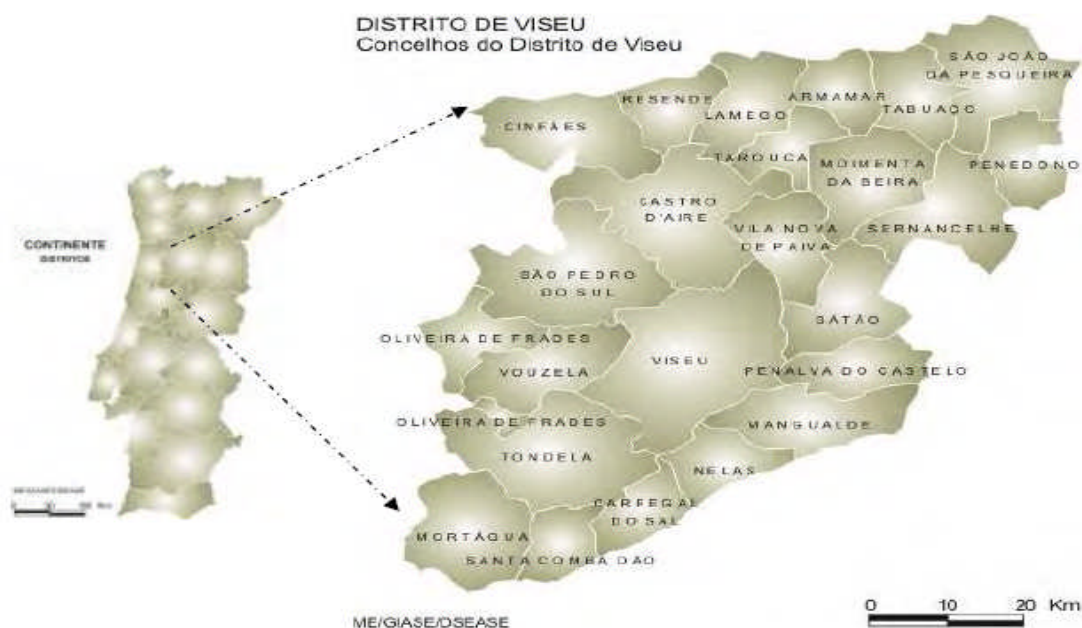


**Figura 5 - Municípios do Distrito de Viseu (Ministério da Educação/Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo – 2005)**

Situado numa zona de transição, Viseu apresenta, por esse facto, um conjunto de microclimas. A serra do Caramulo, localizada a Oeste do município, assume um papel de relevo em termos climáticos ao atenuar as influências das massas de ar de Oeste (embora o vale do Mondego facilite a sua penetração). Assim, o clima desta região caracteriza-se pela existência de elevadas amplitudes térmicas, com Invernos rigorosos e húmidos e Verões quentes e secos (Gomes & Veiga, 2001).

O Município de Viseu é composto por 34 freguesias (figura 6): Abraveses, Barreiros, Boa Aldeia, Bodiosa, Calde, Campo, Cavernães, Cepões, Coração de Jesus, Côtã, Couto de Baixo, Couto de Cima, Fail, Farminhão, Fragosela, Lordosa, Silgueiros, Mundão, Orgens, Povolide, Ranhados, Repeses<sup>7</sup>, Ribafeita, Rio de Loba, Santa a Maria de Viseu, Santos Evos, São Cipriano, São João de Lourosa, São José, São Pedro de France, São Salvador, Torredeita, Vil de Souto e Vila Chã de Sá (Ribeiro *et al.*, 2006).

<sup>7</sup> A freguesia de Repeses foi criada em 11 de Junho de 1993 (após os censos de 1991), com origem na freguesia de Ranhados.



**Figura 6 - Freguesias do Município de Viseu (Ribeiro *et al.*, 2006)**

No município existem vários núcleos populacionais importantes, onde se destaca a cidade de Viseu, que é capital de distrito (na região Centro e sub-região de Dão-Lafões), com cerca de 21545 habitantes (Censos, 2001), e três vilas: Silgueiros<sup>8</sup>, com 3590 residentes, Abraveses<sup>9</sup> e Torredeita<sup>10</sup>, respectivamente com 8046 e 1451 habitantes (Censos, 2001).

Apesar do forte crescimento económico que se tem feito sentir na região, soube-se preservar, de forma sustentada, todo o legado histórico e patrimonial deixado ao longo do tempo. “Exemplo disso é a própria cidade de Viseu, onde é possível observar a estreita ligação que existe entre a história, a natureza e o desenvolvimento urbano. Esta cidade tem uma posição quase central em relação ao distrito e ao município localizando-se no designado Planalto Beirão<sup>11</sup>”. É envolvida por um sistema montanhoso constituído a Norte pelas Serras de Leomil, Montemuro e Lapa, a Noroeste a Serra do Arado, a Sul e

<sup>8</sup> Elevada a vila em 20/06/97.

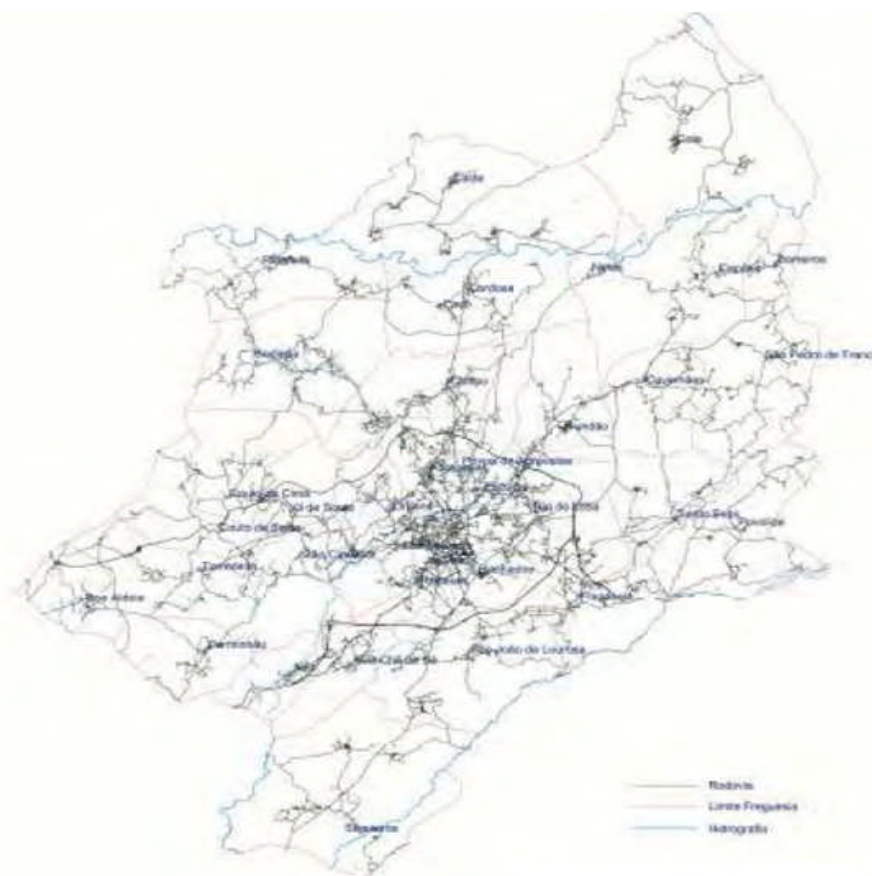
<sup>9</sup> Elevada a vila em 20/06/97.

<sup>10</sup> Elevada a vila em 13/05/99.

<sup>11</sup> *Viseu, Notas Históricas*. disponível em <http://www.cfpa.pt/historia/encprof2006/archive.htm>.

Sudoeste as Serras da Estrela e Lousã, e a Oeste a serra que mais directamente influencia esta área, a do Caramulo.

Viseu<sup>12</sup> ocupa, de acordo com Simões e Matos (1996), uma posição central no interior Centro-Norte do país, posição que sempre determinou outras ligações da cidade e do território Dão-Lafões às regiões contíguas. Esta posição geográfica, face a outros pontos estratégicos, fez de Viseu um “dos locais mais cobiçados” (Viseu, notas históricas) sendo apelidada como “estrela de caminhos” (Lopes, 2005, p. 9), ou “placa giratória de percursos e destinos” (Gomes & Veiga, 2001, p.9). A centralidade geográfica fez de Viseu uma das principais cidades portuguesas de média dimensão, conferindo-lhe, também, uma função estratégica no desenvolvimento do território circundante (Quévit, 1992).



**Figura 7 - Mapa do Município de Viseu (Ribeiro et al., 2006)**

<sup>12</sup> A cidade de Viseu foi sede, até à entrada em vigor da constituição de 1976, da antiga província da Beira Alta (formalmente instituída por uma reforma administrativa havida em 1936).

Ainda que o município actualmente não seja servido por rede ferroviária, está totalmente coberto pela rede de transportes e a sua situação geográfica assume uma importância positiva, sendo actualmente servido por uma rede viária (IP3, A25 e A24) que atravessa o seu território (figura 7) e estabelece ligações privilegiadas com Coimbra, Aveiro, Porto e Vila Real, assegurando as movimentações entre o litoral e o interior (Guarda, Vilar Formoso), aproximando o município do país vizinho (Ribeiro *et al.*, 2006).

### 11.1. Caracterização da População do Concelho

No quadro seguinte, apresentam-se os dados referentes à população recenseada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), residente no concelho de Viseu, nas NUT'S II e III e Portugal.

**Quadro 16 - População residente em 1981, 1991, 2001 e variação percentual (Instituto Nacional de Estatística - INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

	População residente			Variação percentual	
	1981	1991	2001	1891/1991	1991/2001
<b>Concelho</b>	<b>83261</b>	<b>83602</b>	<b>93501</b>	<b>0,4</b>	<b>11,8</b>
<b>Dão Lafões – NUT III</b>	296530	282462	286313	- 4,7	1,4
<b>Região Cento – NUT II</b>	1769320	2258768	2348397	27,7	4,0
<b>Portugal</b>	9833014	9867147	10356117	0,3	5,0

No que concerne à evolução dos valores relativamente à população residente no concelho, verifica-se o maior crescimento absoluto no último período (1991-2001), com um acréscimo de 10 mil habitantes, correspondente a uma variação percentual de 11,8%. A relevância deste crescimento é grande visto já que, na NUT II - Centro, e no mesmo período temporal, regista-se uma taxa de crescimento de 4% (Ribeiro *et al.*, 2006).

Depreende-se também que a variação percentual, ao longo da primeira década em análise (1981-1991), acompanha a variação registada no país, sendo simultaneamente superior à da região Dão-Lafões - NUT III e inferior à da NUT II - Centro.

O concelho de Viseu destaca-se assim, neste período temporal, como um pólo residencial de atracção, numa região, a de Dão - Lafões, em fraco crescimento.

No que respeita à segunda década em análise, de 1991 a 2001, o concelho registou um crescimento acentuado, principalmente tendo em conta a desaceleração do crescimento da região Centro de 27,7% para 4%, apesar do país crescer em 5%. Viseu, na última década, acompanha o crescimento de Portugal (com taxas superiores) chegando a registar um valor superior ao dobro da variação percentual, no tocante à população residente.

Em 2001, a população do concelho de Viseu representava 32,7% da população da região Dão-Lafões - NUT III, e 4% da população da região Centro - NUT II (Ribeiro *et al.*, 2006).

Ainda no respeitante à caracterização da população do concelho de Viseu, verifica-se uma predominância dos elementos do sexo feminino, quer nos censos de 1991, quer nos de 2001 (quadro 17):

**Quadro 17 - População no concelho de Viseu, por sexo (adaptado de INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

<b>ANO</b>	<b>1991</b>		<b>2001</b>	
<b>GÉNERO</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Total</b>	43329	48751	40273	44750

O crescimento das mulheres de 1991 para 2001 é superior ao dos homens (quadro 18), o que significa uma tendência para aumentar a diferença já identificada anteriormente: as mulheres são mais do que os homens e crescem em maior percentagem (55%) no concelho de Viseu (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 18 - Crescimento da população no concelho de Viseu, por sexo, de 1991 a 2001 (adaptado de INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

<b>GÉNERO</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
<b>Total</b>	4477	45%	5422	55%

### 11.2. População residente por escalões etários

Como se pode verificar, por observação do quadro 19, o concelho de Viseu segue a tendência de envelhecimento registada no país, com a diminuição do peso da população com menos de 15 anos, acompanhada pelo aumento do peso das faixas etárias com idades superiores.

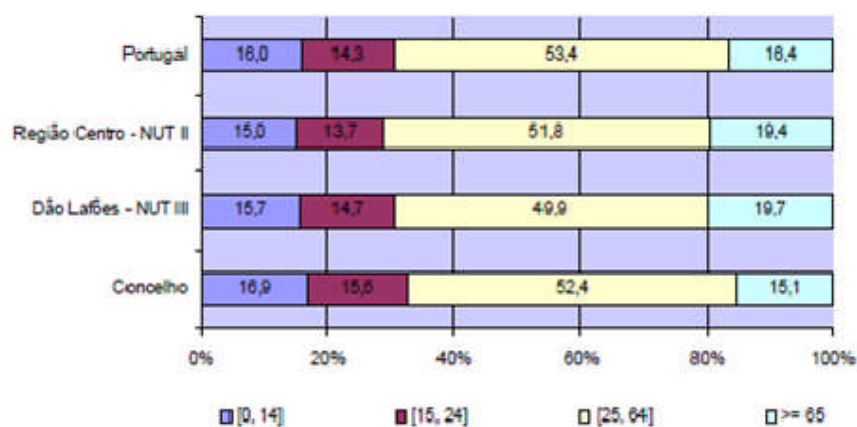
**Quadro 19 - População residente, por escalões etários, em 1991 e 2001 (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

	1991				2001			
	[0,14]	[15,24]	[25,64]	> = 65	[0,14]	[15,24]	[25,64]	> = 65
<b>Concelho</b>	<b>18651</b>	<b>14414</b>	<b>39287</b>	<b>10800</b>	<b>15788</b>	<b>14589</b>	<b>48993</b>	<b>14131</b>
<b>Dão Lafões – NUT III</b>	59596	44079	131709	47078	45002	42159	142841	56311
<b>Região Centro – Nut II</b>	427970	344141	1114496	372161	352388	322118	1217213	456678
<b>Portugal</b>	1972403	1610836	4941164	1342744	16566602	1479587	5526435	1693493

Em 2001, a população residente no concelho situava-se, maioritariamente, no intervalo entre os 25 e os 64 anos, assumindo uma percentagem de 52,4%, superior a metade da população residente e aos restantes grupos etários, que apresentam valores muito próximos entre si. Os grupos etários dos 65 e mais anos e dos 15-24 anos são os menos representados, com 15,1% e 15,6%, respectivamente. A população dos 0-14 representa, por sua vez, cerca de 16,9% da população (quadro 20 e gráfico 2).

**Quadro 20 - População residente, por grupo etário, em 2001 (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

	2001			
	[0,14]	[15,24]	[25,64]	> = 65
<b>Concelho</b>	<b>15788</b>	<b>14589</b>	<b>48993</b>	<b>14131</b>
<b>Dão Lafões – NUT III</b>	45002	42159	142841	56311
<b>Região Centro – Nut II</b>	352388	322118	1217213	456678
<b>Portugal</b>	16566602	1479587	5526435	1693493



**Gráfico 2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos etários, em 2001 (Ribeiro et al., 2006)**

No período compreendido entre 1991-2001, o fenómeno do envelhecimento demográfico, correspondendo ao aumento da importância relativa de idosos (65 e mais anos) na população total, ocorreu em todas as regiões do país (quadro 21), sendo superior no concelho de Viseu (30,8).

**Quadro 21 - Variação percentual, por intervalo etário, de 1991 a 2001 (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

	2001			
	[0,14]	[15,24]	[25,64]	> = 65
<b>Concelho</b>	<b>-14,9</b>	<b>1,2</b>	<b>23,0</b>	<b>30,8</b>
<b>Dão Lafões – NUT III</b>	-24,5	-4,4	8,5	19,6
<b>Região Centro – Nut II</b>	-17,7	-6,4	9,2	22,7
<b>Portugal</b>	-16,0	-8,1	11,8	26,1

Em relação às diferenças, na repartição por escalões etários, tendo como referência os anos de 1991 e 2001, é nítido o retraimento no escalão etário dos 0 aos 14 anos, com uma variação negativa de -14,9%, acompanhada pelo aumento de peso dos restantes grupos.

**Quadro 22 - População residente no concelho, por grupo etário, em 2001 (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

Grupo etário	[0, 14]	[15, 24]	[25, 64]	>= 65
<b>N.º de habitantes</b>	15700	14589	48993	14131

Da análise do quadro 23, destaca-se, desde logo, o facto de as freguesias de Abraveses, Rio de Loba e S. Salvador apresentarem variações percentuais significativas em todas as classes etárias consideradas (ainda que a última não evidencie alteração relativamente à classe 15-24 anos). Todas as restantes freguesias apresentam uma variação percentual negativa na classe etária dos 0-14, o que permite fundamentar a quebra, já evidenciada, no concelho, de uma forma distribuída pela generalidade das freguesias, chegando a assumir valores superiores a 40% nos casos de Couto de Cima, Barreiros, Santos Evos, Boa Aldeia, Fail e S. Pedro de France (Ribeiro *et al.*, 2006).

Quadro 23 - Variação da população residente, por escalões etários, de 1991 a 2001  
(Ribeiro *et al.*, 2006)

Freguesias	Variação em valores absolutos				Variação percentual			
	[0,14]	[15,24]	[25,64]	> = 65	[0,14]	[15,24]	[25,64]	> = 65
Abraveses	280	358	1799	266	21,5	36,9	69,2	56,1
Barreiros	--3,9	-2	-21	-7	-42,9	--3,9	-11,4	-8,3
Boa Aldeia	-52	-6	-1	4	-42,6	-6,5	-0,4	2,6
Bodiosa	-249	-42	151	68	-31,0	-7,9	10,7	15,7
Calde	-107	11	13	43	-31,4	5,1	1,7	12,6
Campo	-129	-36	671	159	-14,4	-4,8	39,9	43,3
Cavernães	-30	-4	157	88	-11,2	-1,9	26,8	45,4
Cepões	-68	-62	-29	61	-25,8	-27,9	-4,1	22,3
Viseu – Coração de Jesus	-218	40	781	338	-13,9	3,0	19,5	39,1
Cota	-102	-45	-34	90	-39,5	-21,6	-5,5	31,3
Couto de Baixo	-68	7	-32	-8	-37,4	5,6	-7,9	-4,7
Couto de Cima	-112	6	16	30	-49,3	4,1	3,7	21,1
Fail	-105	-21	33	-6	-41,5	-13,0	9,2	-5,8
Farminhão	-60	-9	2	50	-39,7	-7,5	0,5	32,5
Fragosela	-56	102	395	124	-12,1	36,8	51,5	79,5
Lordosa	-91	-67	54	104	-24,7	-20,9	6,1	33,5
Silgueiros	-283	-13	-92	208	-34,5	-2,3	-5,1	36,2
Mundão	-66	-14	246	16	-17,8	-4,9	36,2	8,6
Orgens	-135	-13	371	112	-18,0	-2,2	24,7	38,8
Povolide	-152	-75	48	44	-32,0	-20,4	5,1	14,1
Ranhados	-86	-67	314	53	-9,9	-10,4	17,0	12,6
Ribafeita	-87	-9	60	41	-30,2	-4,1	8,9	14,9
Rio de Loba	235	289	1728	267	16,2	27,3	60,1	53,3
Viseu – Santa Maria de Viseu	-242	-230	278	422	-19,3	-18,4	8,1	42,9
Santos Evos	-187	-41	18	69	-42,9	-12,8	2,2	32,1
São Cipriano	-84	-75	36	20	-25,9	-26,2	5,7	10,3
São João de Lourosa	-145	69	403	147	-14,7	10,2	22,7	36,6
Viseu – São José	-308	-145	-2	172	-25,7	-13,7	-0,1	23,6
São Pedro de France	-163	-29	-74	-42	-40,1	-10,9	-9,8	-12,7
São Salvador	45	0	437	85	9,2	0,0	34,8	26,6
Torredeita	-130	-21	-27	36	-39,3	-9,0	-3,8	11,7
Vil de Soito	- 46	-2	69	-3	-28,9	-1,7	22,5	-2,9
Vila Chã de Sá	-56	8	222	46	-13,6	2,7	30,6	31,3
Repeses	317	313	1176	234	0,0	0,0	0,0	0,0
Concelho	-2773	175	9166	3331	-14,9	1,2	23,0	30,8

Pode ainda depreender-se, da análise dos dados, que no citado escalão de jovens residentes (até aos 14 anos), o concelho decresceu em 14,9%, sendo de salientar três as freguesias, referidas anteriormente, a contrariar essa diminuição: Abraveses, Rio de Loba e S. Salvador - que registam variações positivas, assinaláveis de respectivamente; 21,5%, 16,2% e 9,2 %.

Por outro lado, importa referir que a freguesia de Repeses, que não existia em 1991, emergiu da freguesia de Ranhados. Como tal, o surgimento

de 317 residentes jovens em Repeses deve ser relativizado com a perda de 86 jovens em Ranhados, levando à conclusão que, contabilizando ambas, existe um crescimento absoluto de 231 residentes jovens nas freguesias de Ranhados/Repeses, valores próximos dos de Rio de Loba, mas inferiores aos de Abraveses (Ribeiro *et al.*, 2006).

As análises efectuadas anteriormente reflectem-se na variação da população residente em idade escolar, fundamentalmente nos grupos etários [5, 14] anos de idade (idades de referência para o Ensino Básico) e [15, 19] anos (idades de referência para o Ensino Secundário) onde a variação percentual entre os anos de 1991 e 2001 é, em quase todas as freguesias, negativa, excepto nas freguesias de Abraveses e Rio de Loba, para o primeiro grupo, e Abraveses, Barreiros, Cavernães, Fragosela e Rio de Loba, para o segundo grupo (Ribeiro *et al.*, 2006) (quadros 24 e 25).

**Quadro 24 - População residente, por grupos etários em idade escolar, em 1991 e 2001 (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

Freguesias	1991				2001			
	[0,4]	[5,14]	[15,19]	[20,24]	[0,4]	[5,14]	[15,19]	[20,24]
Abraveses	346	956	533	436	563	1019	620	707
Barreiros	19	58	26	25	14	30	29	20
Boa Aldeia	25	97	51	41	17	53	48	38
Bodiosa	214	590	304	231	172	383	260	233
Calde	70	271	134	83	62	172	115	113
Campo	215	678	460	291	252	512	324	391
Cavernães	72	196	104	109	73	165	120	89
Cepões	71	193	122	100	50	146	77	83
Viseu – Coração de Jesus	429	1136	692	640	484	863	620	752
Cota	63	195	122	86	35	121	101	62
Couto de Baixo	41	141	75	49	31	83	69	62
Couto de Cima	54	173	79	67	34	81	76	76
Fail	66	187	94	67	44	104	75	65
Farminhão	41	110	61	59	35	56	50	61
Fragosela	149	314	148	129	127	280	186	193
Lordosa	87	281	183	138	103	174	127	127
Silgueiros	216	604	326	234	146	391	275	272
Mundão	97	274	155	129	110	195	128	142
Orgens	199	551	292	292	197	418	268	303
Povolide	129	346	191	177	94	229	156	137
Ranhados	232	638	349	294	261	523	257	319
Ribafeita	58	230	122	98	68	133	108	103
Rio de Loba	391	1060	541	519	580	1106	620	729
Viseu – Santa Maria de Viseu	308	947	681	566	338	675	458	559
Santos Evos	108	328	173	147	74	175	130	149
São Cipriano	95	229	144	142	72	168	112	99
São João de Lourosa	261	724	388	288	253	587	344	401
Viseu – São José	327	873	566	491	297	595	398	514
São Pedro de France	111	295	146	120	63	180	140	97
São Salvador	120	370	250	205	195	340	223	232
Torredeita	88	243	124	110	62	139	91	122
Vil de Soito	35	124	67	54	39	74	53	66
Vila Chã de Sá	96	316	179	115	127	229	149	153
Repeses		0	0	0	106	211	122	191
Concelho	4833	13728	7882	6532	5178	10610	6929	7660

**Quadro 25 - Variação da população residente, por grupos etários em idade escolar, entre 1991 e 2001 (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

Freguesias	Variação em valores absolutos				Variação percentual			
	[0,4]	[5,14]	[15,19]	[20,24]	[0,4]	[5,14]	[15,19]	[20,24]
Abraveses	217	63	87	271	62,7	6,6	16,3	62,2
Barreiros	-5	-28	3	-5	-26,3	-48,3	11,5	-20,0
Boa Aldeia	-8	-44	-3	-3	-32,0	-45,4	-5,9	-7,3
Bodiosa	-42	-207	-44	2	-19,6	-35,1	-14,5	0,9
Calde	-8	-99	-19	30	-11,4	-36,5	-14,2	36,1
Campo	37	-166	-136	100	17,2	-24,5	-29,6	34,4
Cavernães	1	-31	16	-20	1,4	-15,8	15,4	-18,3
Cepões	-21	-47	-45	-17	-29,6	-24,4	-36,9	-17,0
Viseu – Coração de Jesus	55	-273	-72	112	12,8	-24,0	-10,4	17,5
Cota	-28	-74	-21	-24	-44,4	-37,9	-17,2	-27,9
Couto de Baixo	-10	-58	-6	13	-24,4	-41,1	-8,0	26,5
Couto de Cima	-20	-92	-3	9	-37,0	-53,2	-3,8	13,4
Fail	-22	-83	-19	-2	-33,3	-44,4	-20,2	-3,0
Farminhão	-6	-54	-11	2	-14,6	-49,1	-18,0	3,4
Fragosela	-22	-34	38	64	-14,8	-10,8	25,7	49,6
Lordosa	16	-107	-56	-11	18,4	-38,1	-30,6	-8,0
Silgueiros	-70	-213	-51	38	-32,4	-35,3	-15,6	16,2
Mundão	13	-79	-27	13	13,4	-28,8	-17,4	10,1
Orgens	-2	-133	-24	11	-1,0	-24,1	-8,2	3,8
Povolide	-35	-117	-35	-40	-27,1	-33,8	-18,3	-22,6
Ranhados	29	-115	-92	25	12,5	-18,0	-26,4	8,5
Ribafeita	10	-97	-14	5	17,2	-42,2	-11,5	5,1
Rio de Loba	189	46	79	210	48,3	4,3	14,6	40,5
Viseu – Santa Maria de Viseu	30	-272	-223	-7	9,7	-28,7	-32,7	-1,2
Santos Evos	-34	-153	-43	2	-31,5	-46,6	-24,9	1,4
São Cipriano	-23	-61	-32	-43	-24,2	-26,6	-22,2	-30,3
São João de Lourosa	-8	-137	-44	113	-3,1	-18,9	-11,3	39,2
Viseu – São José	-30	-278	-168	23	-9,2	-31,8	-29,7	4,7
São Pedro de France	-48	-115	-6	-23	-43,2	-39,0	-4,1	-19,2
São Salvador	75	-30	-27	27	62,5	-8,1	-10,8	13,2
Torredeita	-26	-104	-33	12	-29,5	-42,8	-26,6	10,9
Vil de Soito	4	-50	-14	12	11,4	-40,3	-20,9	22,2
Vila Chã de Sá	31	-87	-30	38	32,3	-27,5	-16,8	33,0
Repeses	106	211	122	191	0,0	0,0	0,0	0,0
Concelho	345	-3118	-953	1128	7,1	-22,7	-12,1	17,3

### 11.3. Caracterização geral e evolução do Sistema Educativo no Concelho

#### 11.3.1 Níveis de Ensino e Formação

A taxa de analfabetismo<sup>13</sup> no concelho, em 1991, é inferior à região Centro-NUT II, Dão-Lafões-NUT III, mas superior à do país. Em 2001, sofreu

<sup>13</sup> Taxa de Analfabetismo: Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual o indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Deste modo a fórmula utilizada é a

um decréscimo que a aproximou do país, continuando a registar valores inferiores aos das unidades em análise. A referida taxa sofreu um decréscimo de 3%, entre 1991 e 2001, no concelho de Viseu e na região Dão-Lafões - NUT III, valores superiores em 2% ao decréscimo verificado no país (quadro 26).

**Quadro 26 - Evolução da taxa de analfabetismo nos anos de 1991 e 2001 (INE, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

ANO	1991				2001			
	Concelho	Dão Lafões NUT III	Região Centro NUT II	Portugal	Concelho	Dão Lafões NUT III	Região Centro NUT II	Portugal
TAXA	12,1	14,7	14	11	9,1	11,6	10	0

A população residente, segundo o nível de instrução, caracteriza-se por apresentar valores mais elevados ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, acompanhando as tendências verificadas no país e NUT'S II e III (quadro 27).

**Quadro 27 - Comparação dos níveis de ensino por região (INE, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

Níveis de Ensino	Concelho		Dão Lafões – NUT III		Região Centro – NUT II		Portugal	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem nível de ensino	11699	12,5	40206	14,0	318639	13,6	1291343	12,5
Pré-Escolar	1807	1,9	5604	2,0	44663	1,9	184469	1,8
1º Ciclo do Ensino Básico	31214	33,4	115301	40,3	894466	38,1	3638725	35,1
2º Ciclo do Ensino Básico	11964	12,8	38178	13,3	289642	12,3	1300150	12,6
3º Ciclo do Ensino Básico	10019	10,7	27958	9,8	246284	10,5	1126989	10,9
Ensino Secundário	13839	14,8	33851	11,8	324136	13,8	1620816	15,7
Ensino Médio	681	0,7	1389	0,5	13510	0,6	80173	0,8
Ensino Superior	12278	13,1	23826	8,3	217057	9,2	1584538	15,3

Ainda segundo os resultados dos Censos de 2001, o concelho apresenta 12,5% da população residente sem qualquer tipo de escolarização. Estes

seguinte: Taxa de Analfabetismo (%) = População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever/População com 10 ou mais anos x 100" (INE, Censos Definitivos, 2001, p. XXXI, cit. por Ribeiro *et al.*, 2006).

valores, contudo, acompanham os verificados no país, sendo inferiores, à data, aos da região Centro - NUT II (13,6%) e região Dão-Lafões - NUT III (14,0%).

Neste mesmo período temporal, a análise mais detalhada do quadro 26 permite concluir que, relativamente ao valor mais elevado de nível de ensino (1º Ciclo do Ensino Básico), 63,7% à data tinham-no completo, 21,2 % incompleto e 15,1% encontrava-se a frequentá-lo.

Se atendermos apenas aos níveis completos, constata-se que, à data, o nível de ensino que assume valores percentuais superiores, no concelho de Viseu, é o designado Ensino Médio, seguido do 2º Ciclo do Ensino Básico, 1º Ciclo, Ensino Superior e finalmente Ensino Secundário.

**Quadro 28 - Níveis de ensino atingido, pela população residente, no concelho em 2001 (INE, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

Níveis de Ensino	Concelho		Incompleto		A Frequentar		Totais	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Sem nível de ensino</b>							11699	12,5
<b>Pré-Escolar</b>					1807	1,9	1807	1,9
<b>1º Ciclo do Ensino Básico</b>	19874	63,7	6624	21,2	4716	15,1	31214	33,4
<b>2º Ciclo do Ensino Básico</b>	7688	64,3	1716	14,3	2560	21,4	11964	12,8
<b>3º Ciclo do Ensino Básico</b>	4192	41,8	2250	22,5	3577	35,7	10019	10,7
<b>Ensino Secundário</b>	5465	39,5	4234	30,6	4140	29,9	13839	14,8
<b>Ensino Médio</b>	604	88,7	77	11,3			681	0,7
<b>Ensino Superior</b>	6938	56,5	747	6,1	4593	37,4	12278	13,1

Conforme se pode constatar pela análise do quadro 29, a maior percentagem dos alunos encontra-se a frequentar o Ensino Básico (41,4%), distribuídos da seguinte forma: 18,1% no 1º Ciclo, 9,3% no 2º Ciclo e 14% no 3º Ciclo. Segue-se o Ensino Superior com aproximadamente 1/4 da população estudantil (29,7%).

Ressalta, também, dos dados recolhidos, que, em todos os níveis de ensino, o ensino público é o que tem o maior peso, com diferenças percentuais que variam entre os 37% (no Ensino Superior) e os 72,5% (no Ensino Básico, sendo o 1º Ciclo o que mais contribui para essa diferença), excepção feita à Educação Pré-Escolar, onde a oferta das instituições particulares anda próxima da oferta pública (42,5% contra 58,6%, respectivamente), pese o facto de todas

as freguesias do concelho possuírem estabelecimentos pertencentes à rede tutelada directamente pelo Ministério da Educação (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 29 - Variação do ensino público e privado, por níveis de ensino, em 2005/2006 (INE, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação – 2001 – resultados definitivos)**

Níveis de Ensino	Total		Público		Privado	
	N	%	N	%	N	%
<b>Educação Pré-Escolar</b>	2840	10,8	1663	58,6	1177	42,5
<b>Ensino Básico</b>	10889	41,4	9386	86,2	1503	13,7
1º Ciclo	4754	18,1	4473	94,1	281	5,9
2º Ciclo	2446	9,3	1964	80,3	482	19,7
3º Ciclo	3689	14,0	2949	79,9	740	20,1
<b>Secundário</b>	4712	17,9	3906	82,9	806	17,1
<b>Ensino Pós-Secundário Não Superior</b>	32	0,1	0	0,0	32	100,0
<b>Ensino Superior</b>	7817	29,7	5358	68,5	2459	31,5
<b>Total</b>	26290	100	20313	77,3	5977	22,7

Analisando mais pormenorizadamente os dados recolhidos (quadro 30), e ao que ao sector público diz respeito, constata-se que a maior parte da população estudantil se encontra a frequentar o ensino regular (94,3%), existindo uma pequena percentagem (5,1%) que frequenta o ensino recorrente, encontrando-se concentrados maioritariamente no Ensino Secundário. Os ensinos Secundário Profissional (nível 3) e Qualificante são meramente residuais no sector público (0,07% e 0,6%, respectivamente).

**Quadro 30 - Níveis de ensino no âmbito dos estabelecimentos públicos (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação; Ribeiro *et al.*, 2006)**

Níveis de Ensino	Total		Público												
			Regular		Recorrente		Ensino Qualificante		Ensino Profissional		Ensino Profissional (nível 2)		Ensino Profissional (nível 3)		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Educação Pré-Escolar</b>	1663	8,2	1663	8,2											
<b>Ensino Básico</b>	9386	46,2	9178	45,2	105	0,5	103	0,5							
1º Ciclo	4473	22,0	4473	22,0	0	0									
2º Ciclo	1964	9,7	1928	9,5	36	0,2									
3º Ciclo	2949	14,5	2777	13,7	69	0,3	103	0,5							
<b>Secundário</b>	3906	19,2	2945	14,5	931	4,6	16	0,1					14	0,07	
<b>Ensino Pós-Secundário Não Superior</b>															
<b>Ensino Superior</b>	5358	26,4	5358	26,4											
<b>Total</b>	20313	100,0	13786	94,3	1036	5,1	119	0,6					14	0,07	

#### **11.4. Organização Administrativa do Sistema Educativo do Concelho (Ensino Público)**

Os estabelecimentos de ensino do concelho de Viseu encontram-se organizados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 115-A/98, em dois grandes grupos: escolas agrupadas num total de 160 estabelecimentos (integrados em Agrupamentos Verticais) e escolas não agrupadas, num total de 3 estabelecimentos.

No que se refere às escolas agrupadas, elas encontram-se associadas em oito agrupamentos: Agrupamento de Escolas de Abraveses (40 estabelecimentos, que correspondem a 25% do total dos estabelecimentos existentes no concelho); Agrupamento de Escolas de Grão Vasco (7 estabelecimentos, que correspondem a 4,4% do total); Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique (14 estabelecimentos, que correspondem a 8,8% do total); Agrupamento de Escolas de Marzovelos (11 estabelecimentos, que correspondem a 6,9%); Agrupamento de Escolas do Mundão (27 estabelecimentos, que correspondem a 16,9%); Agrupamento de Escolas de Silgueiros (15 estabelecimentos, que correspondem a 9,4%); Agrupamento de Escolas de Vil de Souto (21 estabelecimentos, que correspondem a 13,1%); Agrupamento de Escolas do Viso (25 estabelecimentos, que correspondem a 15,6%). Ressalta desta análise que 1/4 dos estabelecimentos de ensino do concelho pertencem ao Agrupamento de Escolas de Abraveses o que demonstra que o mesmo possui uma grande abrangência (quadro 31) (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 31 - Caracterização dos estabelecimentos de ensino no Concelho (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, 2005)**

Agrupamentos	Estabelecimentos de Ensino									
	Pré-Esc.		1º Ciclo		1º / 2º Ciclo	2º / 3º Ciclo	3º Ciclo / Sec.	Sec.	Total	
	N	%	N	%	N	N	N	N	N	%
<b>AE Abraveses</b>	13	8,1	26	16,3		1			40	25,0
<b>AE Grão Vasco</b>	2	1,3	4	2,5		1			7	4,4
<b>AE Infante D. Henrique</b>	6	3,8	7	4,4		1			14	8,8
<b>AE Marzovelos</b>	5	3,1	6	3,8	1				11	6,9
<b>AE Mundão</b>	8	5	18	11,3		1			27	16,9
<b>AE Silgueiros</b>	6	3,8	8	5		1			15	9,4
<b>AE Vil de Souto</b>	6	3,8	14	8,8		1			21	13,1
<b>AE Viso</b>	10	6,3	14	8,8		1			25	15,6
<b>Total</b>	50	35	97	60,6	1	7			160	100
<b>Escolas Não Agrupadas</b>										
<b>ES Viriato</b>								1		1
<b>ES Alves Martins</b>									1	1
<b>ES Emídio Navarro</b>									1	1

Passando à análise da distribuição dos alunos pelas diferentes unidades organizacionais, constata-se que o Agrupamento de Escolas Grão Vasco é o que tem maior percentagem de alunos (13,5% de toda a população estudantil do concelho). Para este valor contribuem, em grande medida, o 1º Ciclo (com 5,9%) e o 2º e 3º Ciclo (com 6,6%).

Segue-se o Agrupamento de Escolas de Abraveses (12,2% dos alunos). Saliente-se que é neste Agrupamento que se encontra concentrada uma grande parte da população estudantil que frequenta a Educação Pré-Escolar (2,5%). O agrupamento que possui menos alunos é o Agrupamento de Escolas de Silgueiros com 4,5% de população de estudantes.

Depreende-se, da análise dos dados apresentados, quando comparados com os dados respeitantes ao número de estabelecimentos por Agrupamento, que existe uma grande concentração de alunos do 1º Ciclo no Agrupamento de Escolas de Grão Vasco na medida em que apenas 4 estabelecimentos de ensino (2,5% do total) são frequentados por 5,9% dos alunos do concelho. No pólo oposto, com um elevado número de estabelecimentos - 11,3%, para um baixo número de alunos - 2,5% situa-se o Agrupamento de Escolas de

Mundão, seguido de muito de perto pelo Agrupamento de Escolas de Vil de Souto (8,8% de estabelecimentos para 2,1% dos alunos). Esta situação é explicável pela mobilidade existente entre freguesias ou porque as crianças acompanham os pais nas suas deslocações para o trabalho (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 32 - Alunos por agrupamento e escolas não agrupadas (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação)**

Agrupamentos	Estabelecimentos de Ensino													
	Pré-Esc.		1º Ciclo		1º / 2º Ciclo		2º / 3º Ciclo		3º Ciclo / Sec.		Sec.		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>AE Abraveses</b>	341	2,5	798	5,3			690	4,6					1829	12,2
<b>AE Grão Vasco</b>	146	1,1	886	5,9			980	6,6					2012	13,5
<b>AE Infante D. Henrique</b>	253	1,8	609	4,1			762	5,1					1624	10,9
<b>AE Marzovelos</b>	240	1,7	641	4,3	222	1,5							1103	7,4
<b>AE Mundão</b>	129	0,9	372	2,5			388	2,6					889	5,9
<b>AE Silgueiros</b>	151	1,1	273	1,8			250	1,7					674	4,5
<b>AE Vil de Souto</b>	112	1,0	320	2,1			383	2,6					815	5,5
<b>AE Viso</b>	291	1,7	574	3,8			871	5,8					1736	11,6
<b>Sub-Total</b>	1663	11,8	4473	29,9	222	1,5	4324	28,9					10682	71,5
<b>Escolas Não Agrupadas</b>														
<b>ES Viriato</b>									298	2,0	586	15,0	884	5,9
<b>ES Alves Martins</b>									28	0,2	2144	55,0	2172	14,5
<b>ES Emídio Navarro</b>									41	0,3	1166	29,9	1207	8,1
<b>Sub-Total</b>									367	2,3	3896	100	4263	28,5
<b>Total</b>	1663	11,8	4538	29,9	222	1,5	4324	28,9	244	2,3	3896	100	14945	100

#### 11.4.1. Procura e oferta de educação, ensino e formação no concelho – Caracterização dos Agrupamentos de Escola

Apresentam-se agora os agrupamentos existentes e identificam-se os estabelecimentos de ensino que lhes estão associados. Como foi já mencionado, a organização espacial da rede educativa no Concelho de Viseu integra oito territórios educativos, concretizados orgânica e operacionalmente em oito agrupamentos de escolas – Agrupamento de Escolas de Abraveses, Agrupamento de Escolas de Grão Vasco, Agrupamento de Escolas Infante D.

Henrique, Agrupamento de Escolas de Marzovelos, Agrupamento de Escolas de Mundão, Agrupamento de Escolas de Silgueiros, Agrupamento de Escolas de Vil de Souto e Agrupamento de Escolas do Viso (Ribeiro *et al.*, 2006).

#### 11.4.1.2. Agrupamento de Escolas

#### 11.4.1.3. Agrupamento de Escolas de Abraveses

O Agrupamento de Escolas de Abraveses abrange seis freguesias do concelho - Abraveses, Calde, Bodiosa, Campo, Ribafeita e Lordosa.

É constituído por 40 estabelecimentos de ensino, dos quais 32,5% são Jardins de Infância (JI), frequentados por 18,6% de crianças que pertencem ao agrupamento; 65% são Escolas Básicas do 1º Ciclo (EB1), onde cumprem a escolaridade 43,6% das crianças e existindo uma Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos (EB2,3) abrangendo 37,7% dos alunos.

É o agrupamento que abrange maior número de estabelecimentos. Este facto, conjugado com a distância de alguns desses estabelecimentos à escola sede, poderá dificultar um dos objectivos que levou a criação do mesmo – possibilitar uma melhor articulação e sequencialidade entre ciclos (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 33 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Abraveses (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Níveis de Ensino / Estabelecimentos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Abraveses</b>	13	32,5	26	65	1	2,5	40

**Quadro 34 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Abraveses  
(Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Abraveses</b>	341	18,6	798	43,6	690	37,7	1829

A sede do agrupamento fica situada na freguesia de Abraveses e está sedeadada na EB2,3 de Azeredo Perdigão. A maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade, no ano lectivo de 2005/06, é proveniente da freguesia de Abraveses. Seguem-se, com uma diferença acentuada, os alunos que moram na freguesia de S. José (não abrangida pelo Agrupamento) e na freguesia de Calde (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 35 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo)  
Escola sede do Agrupamento de Abraveses (Agrupamento de Abraveses)**

Freguesias	N.º de alunos
<b>Abraveses</b>	120
<b>Calde</b>	149
<b>Campo</b>	2
<b>Lordosa</b>	13
<b>Rio de Loba</b>	4
<b>Ribafeita</b>	2
<b>S. José</b>	15

No que concerne aos transportes escolares, verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 10,3 Km (a localidade mais distante fica a 20 Km e a mais próxima a 3 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 19 minutos (sendo de 50 minutos o tempo mais longo e de 4 minutos o mais curto).

**Quadro 36 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares (Ribeiro *et al.*, 2006)**

<b>Localidade</b>	<b>Km</b>	<b>Tempo gasto em minutos</b>
Paraduça	13	17
Moure de Carvalhal	5	10
Almargem	13	25
Bigas	1	20
Casal	10	20
Calde	18	25
Póvoa de Calde	15	30
Galifonge	12	17
Santiago	6	12
Pascoal	5	10
Folgosa	13	20
Oliveira de Cima	14	20
Lageosa-Lordosa	12	20
Quinta da Carreira	5	9
Gumiei	20	50
Campo	7	15
Várzea de Calde	15	25
Vilar do Monte	18	28
Campo de Madalena	7	15
Vila Nova do Campo	7	15
Fermentelos	12	18
Queirela de Bodiosa	11	16
Moselos	7	10
Lordosa	16	32
Paçô	10	22
Sto Estevão	5	10
Póvoa de Bodiosa	9	12
Póvoa de Abraveses	3	4
Quintãs-lordosa	15	30
Moure de Madalena	5	12
<b>Média</b>	<b>10,3</b>	<b>19</b>

Nos estabelecimentos de ensino situados na freguesia de Abraveses encontra-se uma grande concentração da população estudantil que frequenta o agrupamento (60,7%). Adquirem grande peso os alunos que frequentam os 2º e 3º Ciclos (37,6%). Seguem-se os estabelecimentos de ensino situados nas freguesias do Campo e Lordosa, com 14,2% e 7,5% respectivamente. No pólo oposto situam-se a freguesia de Ribafeita com 3,8% dos alunos do agrupamento, muito embora seja na freguesia de Calde que se verifica um maior número de estabelecimentos com menos de 10 alunos (três), não ultrapassando nenhum deles os 15 alunos.

Será de atentar que são as freguesias que se encontram mais perto da sede do concelho, as que apresentam uma maior percentagem de frequência.

Esta constatação é explicitada pelo facto de os pais, ou encarregados de educação, escolherem as escolas mais próximas do local de trabalho (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 37 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Abraveses (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento de Abraveses)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
ABRAVESES	JI Abraveses n.º 1	40	2,2				
	JI Póvoa de Abraveses	37	2,0				
	JI Abraveses n.º 2	43	2,3				
	EB1 Abraveses n.º 1			225	12,3		
	EB1 Pascoal			29	1,6		
	EB1 Moure de Carvalhal			14	0,8		
	EB1 Póvoa de Abraveses n.º 2			35	1,9		
	EB2,3 Azeredo Perdigão					690	37,6
CALDE	JI Póvoa de Calde	15	0,8				
	JI Várzea de Calde	12	0,7				
	EB1 Póvoa de Calde			225	12,3		
	EB1 Vilar do Monte			6	0,3		
	EB1 Várzea de Calde			8	0,4		
	EB1 Paraduça			14	0,8		
	EB1 Alamargem			13	0,7		
	EB1 Calde			5	0,3		
BODIOSA	JI Silgueiros de Bodiosa	15	0,8				
	JI Travanca de Bodiosa	23	1,3				
	EB1 Silgueiros de Bodiosa			24	1,3		
	EB1 Oliveira de Baixo			37	2,0		
	EB1 Cruzeiro de Bodiosa			11	0,6		
	EB1 Queirela de Bodiosa			28	1,5		
	EB1 Travanca			35	1,9		
CAMPO	JI Moselos	49	2,7				
	JI Vila Nova do Campo	42	2,3				
	EB1 Moure de Madalena			26	1,4		
	EB1 Moselos			62	3,4		
	EB1 Vila Nova do Campo			51	2,8		
	EB1 Campo			30	1,6		
RIBAFEITA	JI Ribafeira n.º 1	11	0,6				
	JI Ribafeita n.º 2	13	0,7				
	EB1 Lustosa			18	1,0		
	EB1 Gumiei			19	1,0		
	EB1 Ribafeita			9	0,5		
LORDOSA	JI Lordosa	29	0,6				
	JI Folgosa	14	0,8				
	EB1 Folgosa			31	1,7		
	EB1 Bigas n.º 2 (Paçô)			16	0,9		
	EB1 Bigas n.º 1			34	0,9		
	EB1 Galifonge			11	0,6		
Sub-Total		343	18,7	802	43,7	690	37,6
Total		Alunos				1835	

#### 11.4.1.4. Agrupamento de Escolas Grão Vasco

O Agrupamento de Escolas de Grão Vasco fica situado na sede do concelho, abrangendo três freguesias – S. José, Santa Maria e Coração de Jesus. É constituído por 7 estabelecimentos de ensino dos quais 28,6% são Jardins de Infância frequentados por 7,3% de crianças que pertencem ao agrupamento; 57,1% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 44% das crianças. O Agrupamento tem sede na Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Grão Vasco, frequentada por 48,7% dos alunos. A sede do agrupamento fica na Escola EB. 2, 3 de Grão Vasco (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 38 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento Grão Vasco (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
A. E. Grão Vasco	146	7,3	886	5,9	980	48,7	2012

**Quadro 39 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento Grão Vasco (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Níveis de Ensino / Estabelecimentos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
A. E. Grão Vasco	2	28,6	4	57,1	1	14,3	7

A Escola EB 2, 3 de Grão Vasco recebe alunos de quase todas as freguesias do concelho, o que demonstra a sua grande capacidade de captação. No entanto, a maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade provém das freguesias abrangidas pelo Agrupamento (Coração de Jesus, Santa Maria e São José). De fora da área de influência do Agrupamento registam-se as freguesias de Ranhados, Rio de Loba e São João de Lourosa como as que “enviam” mais alunos a esta escola (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 40 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento Grão Vasco (Agrupamento Grão Vasco)**

Freguesias	N.º de alunos
Abraveses	4
Calde	1
Campo	2
Fragosela	1
Lordosa	1
Orgens	5
Ranhados	13
Repeses	2
Ribafeita	1
Rio de Loba	12
São Cipriano	2
S. J. Lourosa	11
S. P. France	1
S. Salvador	5
Silgueiros	1
Coração de Jesus	45
Santa Maria	27
S. José	19

No âmbito dos transportes escolares verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 10 Km (a localidade mais distante fica a 20 Km e a mais próxima a 4 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 20 minutos (sendo de 30 minutos o tempo mais longo e de 10 minutos o mais curto).

**Quadro 41 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares (Ribeiro *et al.*, 2006)**

Localidade	Km	Tempo gasto em minutos
S. Martinho de Orgens	7	15
Rebordinho	10	20
Póvoa da Medronhosa	6	13
Quintela de Orgens	5	10
Orgens	4	10
Fragosela de Cima	10	18
Esculca	5	12
Mundão	12	20
Fail	18	35
Farminhão	20	35
Santos Evos	15	30
Vila Chã de Sá	8	17
Média	10	20

É na EB2,3 de Grão Vasco que se concentra a maioria da população estudantil pertencente a este agrupamento (48,7% dos estudantes). No que se refere à frequência da Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo, é o Jardim de Infância N.º 1 – Ribeira e a EB1 N.º 1 - Ribeira que apresentam um maior número de alunos do agrupamento, respectivamente 5% e 23,4%. Pode então depreender-se que mais de metade dos alunos deste agrupamento estão concentrados em três estabelecimentos de ensino (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 42 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento Grão Vasco (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento Grão Vasco)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
S. JOSÉ	JI n.º 7 – Santiago	46	2,3				
	JI n.º 1 – Ribeira	100	5,0				
	EB1 n.º 7 – Santiago			79	3,9		
	EB1 n.º 1 – Ribeira			471	23,4		
CORÇÃO DE JESUS	EB1 n.º 2 – Avenida			172	8,5		
	EB 2, 3 Grão Vasco					980	48,7
SANTA MARIA	EB1 n.º 5 – São Miguel			164	8,2		
Sub-Total		146	15,4	886	44	980	48,7
Total		Alunos		2012			

#### 11.4.1.5. Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique

O Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique abrange seis freguesias do concelho – S. João de Lourosa, Fail, Ranhados, Repeses, S. Salvador e Vila Chã de Sá. É constituído por 14 estabelecimentos de ensino dos quais 42,9% são JI, frequentados por 15,1% de crianças que pertencem ao

agrupamento; 50% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 41,1% das crianças, existindo também uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, abrangendo 43,8% dos alunos. A sede do agrupamento fica situada na freguesia de Repeses na EB. 2, 3 de Infante D. Henrique (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 43 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento Infante D. Henrique (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>AE Infante D. Henrique</b>	6	42,9	7	50	1	7,1	14

**Quadro 44 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento Infante D. Henrique (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>AE Infante D. Henrique</b>	253	15,6	609	37,5	762	46,9	1624

A maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade é proveniente das freguesias pertencentes à área de influência do agrupamento, principalmente das de Ranhados, Vila Chã de Sá e Repeses.

**Quadro 45 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) Escola sede do Agrupamento Infante D. Henrique (Agrupamento Infante D. Henrique)**

Freguesias	N.º de alunos
<b>Ranhados</b>	<b>30</b>
<b>Vila Chã de Sá</b>	<b>24</b>
<b>Repeses</b>	<b>20</b>
<b>S. Salvador</b>	<b>6</b>
<b>Coração de Jesus</b>	<b>3</b>
<b>S. João de Lourosa</b>	<b>9</b>
<b>Fail</b>	<b>8</b>
<b>Torredeita</b>	<b>1</b>
<b>Rio de Loba</b>	<b>3</b>
<b>Orgens</b>	<b>2</b>
<b>Silgueiros</b>	<b>1</b>
<b>Mundão</b>	<b>1</b>
<b>Campo</b>	<b>1</b>

Referente aos transportes escolares, verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 7,9 Km (a localidade mais distante fica a 23 Km e a mais próxima a 4 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 16 minutos (sendo de 55 minutos o tempo mais longo e de 10 minutos o mais curto).

**Quadro 46 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares (Ribeiro *et al.*, 2006)**

<b>Localidade</b>	<b>Km</b>	<b>Tempo gasto em minutos</b>
<b>Cabanões</b>	5	10
<b>Paradinha</b>	5	10
<b>Coimbrões</b>	6	15
<b>Cruzeiro – Vila Chã</b>	7	15
<b>Cumieira</b>	5	10
<b>Esculca</b>	6	15
<b>Fail</b>	10	20
<b>São Pedro de France</b>	23	55
<b>Lourosa de Baixo</b>	11	18
<b>Macieira – Vila Chã</b>	8	15
<b>Moselos</b>	8	15
<b>Pinheirão – Vila Chã</b>	7	15
<b>Póvoa do Moscoso</b>	7	15
<b>Povolide</b>	15	30
<b>Ranhados</b>	5	10
<b>Rebordinho</b>	8	15
<b>São João de Lourosa</b>	7	15
<b>Teivas</b>	5	10
<b>Torredeita</b>	10	20
<b>Vila Chã de Sá</b>	4	10
<b>Vildemoinhos</b>	6	15
<b>Vilela</b>	9	15
<b>Viso Sul</b>	5	10
<b>Média</b>	7,9	16

A Escola EB2,3 Infante D. Henrique é frequentada por quase metade dos alunos pertencentes ao agrupamento (46,9% dos estudantes). No que se refere aos alunos que frequentam a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo, é o JI e a EB1 de Jugueiros que possuem maiores índices de frequência (5,9% e 17,2%, dos alunos do agrupamento). Seguem-se a EB1 de Ranhados (11,1%) e o JI de Vila Chã de Sá (51%). Da análise anterior ressalta que mais de metade dos

alunos deste agrupamento estão concentrados nas duas freguesias de Ranhados e de Vila Chã de Sá (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 47 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento Infante D. Henrique (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento Infante D. Henrique)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
S. JOÃO DE LOUROSA	EB1 Coimbrões			15	0,9		
FAIL	JI Fail	20	1,2				
	EB1 Fail			32	2,0		
RANHADOS	JI Jugueiros	96	5,9				
	JI Ranhados	36	2,2				
	EB1 Jugueiros			279	17,2		
	EB1 Ranhados			180	11,1		
REPESES	Repeses	24	1,5				
	EB1 Repeses			76	4,7		
	EB2,3 Infante D. Henrique					762	46,9
S. SALVADOR	JI Paradinha	26	1,6				
	EB1 Paradinha			24	1,5		
VILA CHÃ DE SÁ	JI Vila Chã de Sá	51	3,1				
	EB1 Vila Chã De Sá			79	4,9		
<b>Sub-Total</b>		253	15,6	609	37,5	762	46,9
<b>Total</b>		<b>Alunos</b>				1624	

#### 11.4.1.6. Agrupamento de Escolas de Marzovelos

O Agrupamento de Escolas de Marzovelos abrange três freguesias do concelho - Coração de Jesus, Orgens e São Salvador. É constituído por 11 estabelecimentos de ensino dos quais 45,5% são JI, frequentados por 21,8% de crianças que pertencem ao agrupamento; 58,1% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 58,1% das crianças e existindo uma Escola Básica do 1º e 2º Ciclos, abrangendo 20,1% dos alunos. A sede do agrupamento fica situada na freguesia do Coração de Jesus e está na Escola Básica do 1º e 2º Ciclos João de Barros (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 48 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Marzovelos  
(Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Marzovelos</b>	5	45,5	6	54,5	1	9,1	11

**Quadro 49 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Marzovelos  
(Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Marzovelos</b>	240	21,8	641	58,1	222	20,1	1103

A maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade é proveniente das freguesias abrangidas pela área de influência do agrupamento, sobretudo de Coração de Jesus, Orgens e S. Salvador.

**Quadro 50 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento de Marzovelos (Agrupamento de Marzovelos)**

<b>Freguesias</b>	<b>N.º de alunos</b>
<b>Orgens</b>	<b>14</b>
<b>Coração de Jesus</b>	<b>53</b>
<b>São João de Lourosa</b>	<b>2</b>
<b>São Salvador</b>	<b>13</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>8</b>
<b>Repeses</b>	<b>1</b>
<b>Couto de Cima</b>	<b>1</b>
<b>Silgueiros</b>	<b>2</b>
<b>Ranhados</b>	<b>2</b>
<b>Rio de Loba</b>	<b>3</b>
<b>Abraveses</b>	<b>2</b>
<b>Mundão</b>	<b>1</b>
<b>S. José</b>	<b>2</b>
<b>Campo</b>	<b>1</b>
<b>Santos Evos</b>	<b>1</b>
<b>Cavernães</b>	<b>1</b>
<b>Vila Chã de Sá</b>	<b>1</b>
<b>Vil de Soito</b>	<b>1</b>
<b>Outros</b>	<b>2</b>

No que concerne aos transportes escolares, verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 6,6 Km (a localidade mais distante fica a 25 Km e a mais próxima a 5 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 11 minutos (sendo de 25 minutos o tempo mais longo e de 5 minutos o mais curto).

**Quadro 51 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB1, 2 - Transportes escolares (Ribeiro et al., 2006)**

<b>Localidade</b>	<b>Km</b>	<b>Tempo gasto em minutos</b>
<b>S. Martinho Orgens</b>	4	10
<b>Orgens</b>	3	8
<b>Tondelinha</b>	8	10
<b>Quintela de Orgens</b>	7	10
<b>Teivas</b>	8	10
<b>Cabanões</b>	6	8
<b>Póvoa de Medronhosa</b>	6	8
<b>Gumirães</b>	5	10
<b>Abraveses</b>	8	15
<b>Santo Estevão</b>	3	5
<b>Pindelo de Silgueiros</b>	15	25
<b>Rebordinho</b>	10	20
<b>Repeses</b>	3	5
<b>Média</b>	6,6	11

No Agrupamento de Escolas de Marzovelos, cerca de 35,8% dos alunos frequentam o estabelecimento EB1, 2 João de Barros, distribuídos 15,7% no 1º Ciclo e 20,1% no 2º Ciclo. No que se refere às crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar, é o JI de Marzovelos o que apresenta um maior índice de frequência (100 – 9,1%), seguindo-se o JI de Vildemoinhos (7,3%). Por sua vez, no 1º Ciclo, retirando o estabelecimento de ensino já referido, é a EB1 N.º3 – Massorim aquela que tem mais alunos (16,3%), seguindo-se a EB1 de Vildemoinhos (com 10,5%). Constata-se que são os estabelecimentos de ensino da sede do concelho, ou perto deste, os que apresentam maior número de crianças (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 52 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Marzovelos (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento de Marzovelos)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
CORÇÃO DE JESUS	JI Marzovelos	100	9,1				
	EB1 n.º 4 – Balsa			45	4,1		
	EB1 n.º 3 – Massorim			180	16,3		
	EB1, 2 João de Barros			173	15,7	222	20,1
ORGENS	JI São Martinho de Orgens	20	1,8				
	JI Orgens	21	1,9				
	EB1 São Martinho de Orgens			54	4,9		
	EB1 Orgens			34	3,1		
SÃO SALVADOR	JI Vildemoinhos	80	7,3				
	JI S. Salvador	19	1,7				
	EB1 Vildemoinhos			116	10,5		
	EB1 S. Salvador			39	3,5		
<b>Sub-Total</b>		240	25,8	641	42,4	222	20,1
<b>Total</b>		<b>Alunos</b>				1103	

#### 11.4.1.7. Agrupamento de Escolas de Mundão

O Agrupamento de Escolas de Mundão abrange sete freguesias do concelho – Cavernães, Côta, Barreiro, Cepões, Mundão, Rio de Loba e S. Pedro de France. É constituído por 27 estabelecimentos de ensino dos quais 29,6% são JI, frequentados por 14,5% das crianças que pertencem ao agrupamento; 66,7% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 41,8% das crianças e uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, abrangendo 43,6% dos alunos. A sede do agrupamento fica situada na freguesia de Mundão na EB 2, 3 de Mundão (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 53 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Mundão (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Mundão</b>	8	29,6	18	66,7	1	3,7	27

**Quadro 54 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Mundão (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Mundão</b>	129	14,5	372	41,8	388	43,6	889

A maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade é proveniente de estabelecimentos de ensino de freguesias pertencentes à área de influência do agrupamento, fundamentalmente das de Mundão, Rio de Loba, Cavernães, S. Pedro de France e Cepões.

**Quadro 55 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) -  
Escola sede do Agrupamento de Mundão (Agrupamento de Mundão)**

<b>Freguesias</b>	<b>N.º de alunos</b>
<b>Mundão</b>	<b>33</b>
<b>Rio de Loba</b>	<b>21</b>
<b>Cavernães</b>	<b>18</b>
<b>S. Pedro de France</b>	<b>18</b>
<b>Cepões</b>	<b>15</b>
<b>Barreiros</b>	<b>3</b>
<b>Côta</b>	<b>3</b>
<b>Viseu</b>	<b>2</b>
<b>Sátão</b>	<b>1</b>

No que se refere aos transportes escolares, verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 11,7 Km (a localidade mais distante fica a 25 Km e a mais próxima a 2 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 20 minutos (sendo de 50 minutos o tempo mais longo e de 4 minutos o mais curto).

**Quadro 56 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares (Ribeiro *et al.*, 2006)**

Localidade	Km	Tempo gasto em minutos
Passos de Cavernães	7	13
Travassós de Baixo	11	20
Cepões	18	35
Nogueira de Baixo	16	30
Travassós de Cima	12	20
Casal de Mundão	5	12
Coito	14	23
Vouguinha	22	45
Cavernães	2	4
Travassos	8	15
Carcavelos	11	20
Povidal	16	30
Casa de Esporão	18	40
Carvalhal	14	25
Travassô - Barreiros	16	30
Figueiredo	11	17
Lamaçais	7	8
Nespereiro	3	6
Outeiro	8	15
Vila Chã	10	15
Vila Dum Santo	30	50
Bertelhe	14	25
Aviúges	12	20
Fornizô	10	15
Ermida	6	6
Sanguinhedo de Côta	25	45
Covelo	8	9
Gumirães	7	8
Bassim	15	25
Alvélos	3	5
Barraca	12	18
Canidelo – Cepões	16	20
Barreiros	22	40
Silvares - Cavernães	5	9
Juncal	6	10
Britamontes	2	4
Média	11,7	20

Da análise do estudo, verifica-se que dos 27 estabelecimentos de ensino que formam o agrupamento, 17 não ultrapassam, no que à frequência diz respeito, os 15 alunos e, desses, 4 têm menos de 10 alunos. Destes, 3 foram suspensos não vindo a funcionar no ano lectivo de 2006/07 (EB1 Outeiro e EB1 S. Cristóvão – freguesia de S. Pedro de France e EB1 de Cavernães N.º2 – Freguesia de Cavernães). Para além disso, mais 7 (desse grupo de 17) só têm mais 1 ou 2 alunos, relativamente aos estabelecimentos com 10 crianças. De salientar que não existe nenhuma freguesia que se destaque a este nível,

estando este problema distribuído pelas diversas freguesias abrangidas pelo Agrupamento (Ribeiro *et al.*, 2006).

É nos estabelecimentos de ensino situados próximos da sede do Agrupamento (Mundão), ou da sede do concelho (freguesia de Rio de Loba), que se encontram os estabelecimentos com maior número de alunos, sendo as mais afastadas da sede aquelas que apresentam menos alunos. De referir que é a EB 2, 3 do Mundão a que possui um número de alunos muito próximo da população estudantil do Agrupamento (cerca de 43,6%), sendo nesta freguesia que se concentram mais de metade dos alunos, se se juntar ao referido número os 11,2% dos alunos das EB1 e os 2,8% das crianças existentes no JI (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 57 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Mundão (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento de Mundão)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
SÃO PEDRO DE FRANCE	JI Bassim	12	1,3				
	EB1 Outeiro			8	0,9		
	EB1 São Cristóvão			7	0,8		
	EB1 Travassós			11	1,2		
	EB1 Bassim			14	1,6		
	EB1 Casal de Esporão			20	2,2		
MUNDÃO	JI Casal de Mundão	25	2,8				
	EB1 Mundão n.º 2			10	1,1		
	EB1 Mundão n.º 1			100	11,2		
	EB 2, 3 Mundão					388	43,6
CAVERNÃES	JI Cavernães	25	2,8				
	EB1 Passos de Cavernães			20	2,2		
	EB1 Cavernães n.º 2			8	0,9		
	EB1 Cavernães n.º 1			29	3,3		
CEPÕES	JI Cepões	15	1,7				
	EB1 Aviúges			13	1,5		
	EB1 Cepões			26	2,9		
CÔTA	JI Sanguinhedo de Côtã	11	1,2				
	JI Nogueira de Côtã	11	1,2				
	EB1 Nogueira de Côtã			12	1,3		
	EB1 Vila dum Santo			9	1,0		
	EB1 Sanguinhedo de Côtã			12	1,3		
BARREIRO	JI Travassô de Barreiro	14	1,6				
	EB1 Travassô de Barreiro			10	1,1		
RIO DE LOBA	JI Travassós de Cima	16	1,8				
	EB1 Travassós de Cima n.º 2			20	2,2		
	EB1 Travassós de Cima			43	4,8		
Sub-Total		129	14,5	372	41,8		
Total		Alunos				889	

#### 11.4.1.8. Agrupamento de Escolas de Silgueiros

O Agrupamento de Escolas de Silgueiros abrange duas freguesias do concelho – S. João Lourosa e Silgueiros (sendo o agrupamento mais pequeno no que ao número de freguesias diz respeito). É constituído por 15 estabelecimentos de ensino, dos quais 40% são JI, frequentados por 22,4% das crianças que pertencem ao agrupamento; 53,3% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 40,5% das crianças. Existe também uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos que abrange 37,1% dos alunos. A sede do agrupamento fica situada na freguesia de Silgueiros e é a EB 2, 3 D. Luís Loureiro (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 58 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Silgueiros (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Silgueiros</b>	6	40	8	53,3	1	6,7	15

**Quadro 59 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Silgueiros (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Silgueiros</b>	151	22,4	273	40,5	250	37,1	674

A maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade é proveniente de estabelecimentos de ensino de freguesias abrangidas pelo agrupamento.

**Quadro 60 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) - Escola sede do Agrupamento de Silgueiros (Agrupamento de Silgueiros)**

Freguesias	N.º de alunos
<b>São João de Lourosa</b>	<b>24</b>
<b>Silgueiros</b>	<b>32</b>
<b>Lageosa do Dão</b>	<b>2</b>

No diz respeito aos transportes escolares, verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 4,7 Km (a localidade mais distante fica a 10 Km e a mais próxima a 3 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 9 minutos (sendo de 17 minutos o tempo mais longo e de 5 minutos o mais curto).

**Quadro 61 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares (Ribeiro *et al.*, 2006)**

<b>Localidade</b>	<b>Km</b>	<b>Tempo gasto em minutos</b>
<b>Oliveira de Barreiros</b>	3	7
<b>Casal Jusão</b>	3	7
<b>Loureiro</b>	2	5
<b>Lages de Silgueiros</b>	5	10
<b>Passos de Silgueiros</b>	3	5
<b>Lourosa de Baixo</b>	9	15
<b>Lourosa de Cima</b>	7	10
<b>Teivas</b>	4	8
<b>Bela Vista</b>	3	5
<b>São João de Lourosa</b>	5	10
<b>Mosteiro de Silgueiros</b>	3	5
<b>Vilela</b>	5	10
<b>Porrinheiro de Silgueiros</b>	5	10
<b>Cabanões</b>	10	17
<b>Silvares</b>	5	7
<b>Falorca</b>	3	6
<b>Rebordinho</b>	5	8
<b>Média</b>	4,7	9

No Agrupamento de Escolas de Silgueiros, cerca de 37,1% dos alunos frequentam a Escola EB 2, 3 D. Luís Loureiro. No que se refere à Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo, é nos estabelecimentos de ensino da freguesia de S. João de Lourosa que existem mais alunos, confirmando a tendência vigente no concelho de que são os estabelecimentos de ensino mais próximos da sede do concelho aqueles que apresentam maior número de alunos (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 62 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Silgueiros (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento de Silgueiros)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
	N	%	N	%	N	%	
SILGUEIROS	Jl Passos de Silgueiros	39	5,8				
	Jl Loureiro	12	1,8				
	Jl Lages	8	1,2				
	EB1 Lages			32	4,7		
	EB1 Passos de			38	5,6		
	EB1 Loureiro			43	6,4		
	EB1 Pindelo			19	2,8		
	EB 2, 3 D. Luís Loureiro					250	37,1
SÃO JOÃO DE LOUROSA	Jl Teivas	40	5,9				
	Jl Oliveira de Barreiros	13	1,9				
	Jl S. João de Lourosa	39	5,8				
	EB1 Rebordinho			32	4,7		
	EB1 Teivas			21	3,1		
	EB1 Oliveira de Barreiros			27	4,0		
	EB1 S. João de Lourosa			62	89,1		
<b>Sub-Total</b>		151	22,4	273	40,5	250	37,1
<b>Total</b>		<b>Alunos</b>			674		

#### 11.4.1.9. Agrupamento de Escolas de Vil de Souto

O Agrupamento de Escolas de Vil de Souto abrange oito freguesias do concelho – Couto de Cima, Couto de Baixo, Boaldeia, Farminhão, S. Cipriano, Torredeita, Vil de Soito e Orgens. É constituído por 21 estabelecimentos de ensino, dos quais 28,6% são JI, frequentados por 13,8% das crianças que pertencem ao agrupamento; 66,7% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 39,3% das crianças. Existe uma Escola EB 2,3,

abrangendo 47,0% dos alunos. A sede do agrupamento fica situada na freguesia de Vil de Souto e é a EB 2, 3 D. Duarte (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 63 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento de Vil de Souto (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Vil de Souto</b>	6	28,6	14	66,7	1	4,8	21

**Quadro 64 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento de Vil de Souto (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Vil de Souto</b>	112	13,8	320	39,3	383	47,0	815

A maioria dos alunos que frequenta o 5º ano de escolaridade é proveniente das freguesias pertencentes à área de influência do agrupamento, principalmente de Torredeita, S. Cipriano, Couto de Cima, Couto de Baixo e Orgens.

**Quadro 65 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2ºCiclo) Escola sede do Agrupamento de Vil de Souto (Agrupamento de Vil de Souto)**

Freguesias	N.º de alunos
<b>Torredeita</b>	<b>15</b>
<b>S. Cipriano</b>	<b>9</b>
<b>Couto de cima</b>	<b>9</b>
<b>Couto de baixo</b>	<b>6</b>
<b>Orgens</b>	<b>7</b>
<b>Vil de souto</b>	<b>4</b>
<b>Farminhão</b>	<b>4</b>
<b>S. Salvador</b>	<b>3</b>
<b>Boa aldeia</b>	<b>3</b>
<b>Fail</b>	<b>1</b>
<b>Outros</b>	<b>4</b>

No que se refere aos transportes escolares verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que

frequentam a escola sede do Agrupamento é de 7,1 Km (a localidade mais distante fica a 20 Km e a mais proxima a 2 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 11 minutos (sendo de 33 minutos o tempo mais longo e de 4 minutos o mais curto).

**Quadro 66 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB2,3 - Transportes escolares**  
(Ribeiro *et al.*, 2006)

<b>Localidade</b>	<b>Km</b>	<b>Tempo gasto em minutos</b>
<b>Boa Aldeia</b>	15	20
<b>Vila chã do Monte</b>	17	20
<b>Passos S. Cipriano</b>	8	10
<b>Dade</b>	11	15
<b>Ferrocinto</b>	5,5	7
<b>Tondelinha</b>	3	4
<b>Várzea</b>	8	12
<b>Carqueijal</b>	7	10
<b>Router</b>	9	15
<b>São Cosmado</b>	8	12
<b>Torredeita</b>	6	9
<b>Quintela de Orgens</b>	5	8
<b>Canelas</b>	1,5	3
<b>Farminhão</b>	12	15
<b>São Miguel de Outeiro</b>	18	30
<b>Chão – S. Cipriano</b>	3	5
<b>Outeiro – S. Simão</b>	3	4
<b>Casal Mau</b>	4	7
<b>S. Cipriano</b>	3	4
<b>Travassós de Orgens</b>	3	5
<b>Real de Farminhão</b>	14	20
<b>Vilas Covas</b>	8	12
<b>Portela</b>	7	12
<b>Mosteirinho</b>	3	4
<b>Magarelas</b>	6	11
<b>Sarzedelo</b>	3	4
<b>Couto de Baixo</b>	5	8
<b>Couto de Cima</b>	4	7
<b>Masgalos</b>	3	5
<b>Escouras</b>	9	13
<b>Fial</b>	20	33
<b>Mata de S. Cosmado</b>	6	7
<b>Sampaio</b>	3	5
<b>Santarinho</b>	5	10
<b>Casal Torredeita</b>	10	14
<b>Vila Nova</b>	6	10
<b>Carriça</b>	2	4
<b>Média</b>	7,1	11

No Agrupamento de Escolas de Vil de Souto, cerca de 47,0% dos alunos frequentam a Escola EB 2, 3 D. Duarte. No que se refere aos alunos que frequentam a Educação Pré-Escolar, todos os JI têm mais de 15 crianças, à excepção do JI de Boaldeia, com 12. No 1º Ciclo, dos 14 estabelecimentos a ele afectos, só 5 têm mais de 20 alunos, havendo mesmo 4 que têm menos de 10 crianças. Dessas 4 escolas, duas, a EB1 de Magarelas (freguesia de Torredeita) e a EB1 de Dade (freguesia de Couto de Baixo) foram suspensas não vindo a funcionar no ano lectivo de 2006/2007 (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 67 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/06 - Agrupamento de Vil de Souto (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento de Vil de Souto)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
BOALDEIA	JI Boaldeia	12	1,5				
	EB1 Boaldeia			11	1,3		
COUTO DE BAIXO	EB1 Dade			6	0,7		
	EB1 Couto de Baixo			8	1,0		
FARMINHÃO	JI Farminhão	20	2,5				
	EB1 Farminhão			54	6,6		
COUTO DE CIMA	EB1 Couto de Cima			40	4,9		
ORGENS	JI Tondelinha de Orgens	25	3,1				
	EB1 Travassós de Orgens			11	1,3		
	Tondelinha de Orgens			24	2,9		
TORREDEITA	JI Torredeita	18	2,2				
	EB1 Vila Chã do Monte			9	1,1		
	EB1 Torredeita			83	10,2		
	EB1 Magarelas			5	0,6		
VIL DE SOUTO	JI Vil de Souto	16	2,0				
	EB1 Vil de Souto			29	3,6		
	EB2,3 D. Duarte					383	47,0
S. CIPRIANO	JI Figueiró	21	2,6				
	EB1 Portela			15	1,8		
	EB1 Figueiró			14	1,7		
	EB1 Chãos			11	1,3		
Sub-Total		112	13,7	320	39,3	383	47,0
Total		Alunos				815	

#### 11.4.1.10. Agrupamento de Escolas do Viso

O Agrupamento de Escolas do Viso abrange cinco freguesias do concelho – Rio de Loba, Povolide, Santa Maria, Santos Evos e Fragosela. É constituído por 25 estabelecimentos de ensino dos quais 40% são JI, frequentados por 16,8% das crianças que pertencem ao agrupamento; 56% são Escolas Básicas do 1º Ciclo, onde cumprem a escolaridade 33,1% das crianças e uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos, abrangendo 50,2% dos alunos. A sede do agrupamento fica situada na freguesia de Rio de Loba e é a EB. 2, 3 do Viso (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 68 - Níveis de ensino/estabelecimentos - Agrupamento do Viso (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Estabelecimentos de Ensino						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Viso</b>	10	40	14	56	1	4,0	25

**Quadro 69 - Número de alunos por níveis de ensino - Agrupamento do Viso (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006)**

Agrupamento	Número de Alunos						
	Pré. Esc.		1º Ciclo		2º / 3º Ciclo		Total
	N	%	N	%	N	%	N
<b>A. E. Viso</b>	291	16,8	574	33,1	871	50,2	1736

Todos os alunos que frequentam o 5º ano de escolaridade são provenientes das freguesias que integram a área de influência do agrupamento.

**Quadro 70 - Freguesias de proveniência dos alunos do 5º ano de escolaridade (2º Ciclo) Escola sede do Agrupamento do Viso (Agrupamento do Viso)**

Freguesias	N.º de alunos
<b>Rio de Loba</b>	<b>48</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>37</b>
<b>Santos Evos</b>	<b>20</b>
<b>Povolide</b>	<b>32</b>
<b>Fragosela</b>	<b>29</b>

No que concerne aos transportes escolares, verifica-se que a distância média das localidades / lugares de onde são oriundos os alunos que frequentam a escola sede do Agrupamento é de 9,7 Km (a localidade mais distante fica a 20 Km e a mais próximas a 5 Km) o que corresponde a um tempo gasto médio de 18 minutos (sendo de 45 minutos o tempo mais longo e de 5 minutos o mais curto).

**Quadro 71 - Distâncias e tempos de percurso dos alunos à EB 2, 3 - Transportes escolares (Ribeiro *et al.*, 2006)**

<b>Localidade</b>	<b>Km</b>	<b>Tempo gasto em minutos</b>
<b>Prime</b>	8	15
<b>Fragosela de Cima</b>	5	10
<b>Alto do Pinheiro</b>	5	10
<b>Vila Corça</b>	10	20
<b>Remonde</b>	8	15
<b>Povolide</b>	15	30
<b>Cadimas</b>	15	30
<b>Barbeita</b>	5	10
<b>Corvos</b>	10	15
<b>Nesperide</b>	10	15
<b>Caçador</b>	3	5
<b>Santos Evos</b>	10	15
<b>Vilar de Ordem</b>	15	20
<b>Fragosela de Baixo</b>	7	15
<b>Vila Meã</b>	10	15
<b>Espadanal</b>	5	10
<b>Carragoso</b>	10	15
<b>Cabril</b>	15	30
<b>Nespereira</b>	12	20
<b>Travassos de Cima</b>	5	10
<b>São Pedro de France</b>	20	45
<b>Média</b>	9,7	18

No Agrupamento de Escolas do Viso, cerca de 50,2% dos alunos frequentam a EB 2, 3 do Viso, o que representa mais de metade. No que se refere à Educação Pré-Escolar, a frequência de alunos encontra-se em dois patamares distintos: um que se situa entre os 2,3% e 3,4% (JI de Santa Maria, JI de Rio de Loba e JI de Gumirães, respectivamente): o outro entre os 0,9% e 1,4% (estão neste patamar os restantes JI). Constata-se que todos os JI possuem 20 ou mais crianças à excepção do JI de Pinheiro (Ribeiro *et al.*, 2006).

No âmbito do 1º Ciclo, verifica-se que são os estabelecimentos de ensino mais afastados da sede do concelho que apresentam valores mais baixos de frequência, muito no seguimento do que acontece nos outros agrupamentos. É neste grupo que se encontram os estabelecimentos de ensino que têm 10 ou menos alunos (3), 2 situados na freguesia de Povolide e 1 na freguesia de Fragosela (todos eles na mesma direcção geográfica). O estabelecimento EB1 de Cabril (da freguesia de Povolide) foi suspenso não vindo a funcionar no ano lectivo de 2006/07 (Ribeiro *et al.*, 2006).

**Quadro 72 - Caracterização geral dos estabelecimentos de ensino: Localização, níveis de ensino e alunos em 2005/2006 - Agrupamento do Viso (Adaptado de Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006; Agrupamento do Viso)**

Freguesias	Estabelecimentos de Ensino	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º e 3º Ciclo	
		Alunos		Alunos		Alunos	
		N	%	N	%	N	%
RIO DE LOBA	Jl Póvoa de Sobrinhos	24	1,4				
	Jl Barbeita	20	1,2				
	Jl Rio de Loba	40	2,3				
	EB1 Barbeita			39	2,2		
	EB1 Rio de Loba			85	4,9		
	EB1 Póvoa de Sobrinhos			37	2,1		
	EB2,3 do Viso					871	50,2
SANTOS EVOS	Jl Pinheiros	15	0,9				
	Jl Corvos	25	1,4				
	EB1 Pinheiro n.º 2			18	1,0		
	EB1 Corvos			23	1,3		
FRAGOSELA	Jl Fragosela	20	1,2				
	EB1 Prime			10	0,6		
	EB1 Fragosela			101	5,8		
SANTA MARIA	Jl Viso	20	1,2				
	Jl Gumirães	44	3,4				
	Jl Santa Maria	59	3,4				
	EB1 n.º 9 – Viso			93	5,4		
	EB1 n.º 6 – Gumirães			90	5,2		
POVOLIDE	Jl Nesprido	24	1,4				
	EB1 Vila Corça			11	0,6		
	EB1 Nesprido			23	1,3		
	EB1 Carragoso			8	0,5		
	EB1 Povolide			27	1,6		
	EB1 Cabril			9	0,5		
<b>Sub-Total</b>		291	14,2	574	33,1	871	50,2
<b>Total</b>		<b>Alunos</b>				1736	

Será de relevar o facto de não terem sido incluídas, no estudo em questão, as Escolas Particulares localizadas no concelho de Viseu, não apenas pelo facto de apresentarem uma gestão independente, mas também porque não integram os Agrupamentos de Escola definidos pelo Ministério da Educação para o concelho de Viseu.

## **11.5. Escolas Não Agrupadas (ENA)**

### **11.5.1. Escola Secundária Alves Martins (ESAM)**

*Em 1836, o ministro da Rainha D. Maria II, Passos Manuel, por decreto de 17 de Novembro, criava liceus em todo o país, um em cada capital de província e dois em Lisboa, com base nos planos de Alexandre Herculano e José Alexandre de Campos, sucedendo assim aos antigos “estudos menores”.*

*No relatório ao Conselho Superior de Instrução Pública, apresentado em 28 de Novembro de 1848, dizia-se ter sido constituído, entre outros liceus, o de Viseu.*

*Em 1911, por determinação do Dr. António José de Almeida, enquanto Ministro do Interior Governo Provisório, o Liceu Central de Viseu passou a designar-se Liceu Alves Martins (decreto de 18 de Março de 1911).*

*A sua inauguração solene, na Avenida Infante D. Henrique, ocorreu em 27 de Abril de 1948, pelas 17 horas e 30 minutos, com a presença do Ministro das Obras Públicas e o Subsecretário de Estado da Educação do Governo de Salazar.*

*Como último marco significativo, refira-se, após o 25 de Abril de 1974, o Decreto-Lei n.º 80/78, de 27 de Abril, dispondo que os Liceus e as Escolas Comerciais e Industriais passariam a denominar-se genericamente ‘Escolas Secundárias’, voltando a nossa Escola, a partir de então, a intitular-se de Alves Martins<sup>14</sup>. (Aragão, s/d, cit. por Conselho Executivo da ESAM, 2005).*

Na escola Secundária Alves Martins tem-se verificado, ao longo dos cinco anos de referência, um decréscimo de alunos, conforme indicado no quadro 73.

<sup>14</sup> *Uma Instituição com História*. disponível em <http://www.esamviseu.org/content/view/157/108/>.

**Quadro 73 - Evolução do número de alunos de 2001/02 a 2005/06 – ESAM (Direcção Regional de Educação do Centro, Ribeiro *et al.*, 2006)**

Estabelecimento	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
ESAM	1535	1522	1465	1494	1409

A maioria dos alunos que frequenta o 10<sup>o</sup> ano de escolaridade é proveniente, fundamentalmente, das freguesias do concelho de Viseu. No entanto, existe uma pequena percentagem de alunos (7,7%) oriunda de freguesias de fora do concelho (quadro 74).

**Quadro 74 - Freguesias de proveniência dos alunos do 10<sup>o</sup> ano de escolaridade (ESAM)**

Freguesias do Concelho	N.º de alunos	Freguesias fora do Concelho	N.º de alunos
Coração de Jesus	116	Nelas	6
Ranhados	47	Lajeosa do Dão	6
Rio de Loba	46	Vouzela	5
Santa Maria	38	Sernancelhe	4
São José	31	Mangualde	3
São Salvador	26	Vila Nova de Paiva	3
Repeses	23	Aguiar da Beira	2
Vil de Souto	23	S. Pedro do Sul	2
S. João de Lourosa	21	Tarouca	1
Vila Chã de Sá	16	Guarda	1
Fragosela	12	Penedono	1
Abraveses	11	Castro Daire	1
Orgens	11	Tabuaço	1
Mundão	10	Sátão	1
Silgueiros	10	Carregal do Sal	1
Couto de Cima	6	Meda	1
S. Cipriano	5	Penalva do Castelo	1
Campo	5	<b>Total</b>	<b>40 (7,7%)</b>
Povolide	4		
Bodiosa	3		
Santos Evos	3		
Fail	3		
Torredeita	3		
S. Pedro de France	2		
Cota	2		
Couto de baixo	2		

Verifica-se que a maioria dos alunos (96,5 %) frequenta cursos Científico Humanísticos e Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos (CSPOPE), sendo que uma pequena parte frequenta cursos Tecnológicos (3,5%) (quadro 75).

**Quadro 75 - Distribuição dos alunos por cursos (ESAM)**

Cursos		Alunos		Cursos		Alunos	
Reforma Educativa		N	%	Anteriores à Reforma		N	%
<b>Científico Humanísticos</b>	Ciências e Tecnologia	550	39	<b>1º Agrup.</b>	CSPOPE	306	21,7
	C. Sócio Econ.	75	5,3		Química		
	C. Sociais e Humanas	100	7,1		Const. Civil		
	Línguas e Literaturas				Electr. Electrónica		
	Artes Visuais	162	11,5		Mecânica		
	<b>Sub Total</b>	<b>887</b>	<b>63</b>		Informática		
<b>Tecnológicos</b>	Constr. Civil			<b>Sub Total</b>	<b>306</b>	<b>21,7</b>	
	Elect. Electrónica			<b>2º Agrup.</b>	CSPOPE	69	4,9
	Informática				Design		
	Design de Equipam.				Artes e Ofícios		
	Multimédia	50	3,5		<b>Sub Total</b>	<b>69</b>	<b>4,9</b>
	Administração			<b>3º Agrup.</b>	CSPOPE	40	2,8
	Marketing				Serv. Com.		
	Ordenam. Ter. e Amb.				Administração		
	Acção Social				<b>Sub Total</b>	<b>40</b>	<b>2,8</b>
	Desporto			<b>4º Agrup.</b>	CSPOPE	57	4
	<b>Sub Total</b>	<b>50</b>	<b>3,5</b>		Acção Social		
	<b>Total</b>	<b>937</b>	<b>66,5</b>		Comunicação		
					<b>Sub Total</b>	<b>57</b>	<b>4</b>
				<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>33,5</b>	
				<b>N.º de alunos na escola</b>	<b>1409</b>	<b>100</b>	

Trata-se de um estabelecimento que possui capacidade para 67 turmas estando a funcionar, no ano lectivo 2005/06, com esse mesmo número de turmas, apresentando assim uma taxa de ocupação de 100% (quadro 76).

**Quadro 76 - N.º de alunos, n.º de docentes, capacidade de turmas, turmas existentes, n.º de alunos por turma e taxa de ocupação em 2005/06 (ESAM)**

Total de Alunos	N.º Docentes	Cap. Turma	Turm. Exist	N.º Alunos p/ turm	Taxa de Ocupação %	Obs.
1409	208	67	67	21	100	

### 11.5.2 Escola Secundária Emídio Navarro (ESEN)

*Com o nome de Escola de Desenho Industrial de Viseu, este estabelecimento de ensino foi criado pelo Decreto Régio de 09/12/1898, tendo entrado em funcionamento no ano lectivo de 1899/1900.*

*Ao longo de oito décadas, foi sofrendo alteração na sua estrutura e designação. O Decreto n.º 2609-E, de 4 de Setembro de 1916, traz depois a designação de 'Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro de Viseu', pelo facto de ter sido introduzido o Curso Elementar do Comércio.*

*Pelo Decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, foi criada a Escola Comercial de Viseu. Entre 1914 e 1926 funcionaram duas Escolas, na Casa do Arco: Escola Comercial de Viseu e Escola de Carpintaria, Serralharia e Trabalhos Femininos de Emídio Navarro de Viseu.*

*Pelo Decreto de 30 de Setembro de 1926, as duas Escolas são convertidas num só estabelecimento de ensino, denominado Escola Industrial e Comercial de Viseu. Em 1930, através do Decreto n.º 18420, de 4 de Junho, a Escola mudou de nome: Escola Industrial e Comercial Dr. Azevedo Neves – Viseu. A partir de 25 de Agosto de 1948, a Escola voltou a ser Escola Industrial e Comercial de Viseu e, em 29 de Outubro de 1979, pela Portaria n.º 608, passou a designar-se Escola Secundária de Emídio Navarro – Viseu.<sup>15</sup>*

À semelhança da escola anterior, também a ESEN tem vindo a perder alunos nos últimos cinco anos (quadro 77).

**Quadro 77 - Evolução do número de alunos de 2001/02 a 2005/06 – ESEN (Direcção Regional de Educação do Centro, Ribeiro *et al.*, 2006)**

<b>Estabelecimento</b>	<b>2001/2002</b>	<b>2002/2003</b>	<b>2003/2004</b>	<b>2004/2005</b>	<b>2005/2006</b>
ESEN	1203	1121	1029	1068	966

A maioria dos alunos que frequenta o 10º ano de escolaridade é proveniente, fundamentalmente, das freguesias do concelho de Viseu. No

<sup>15</sup> *Pequena Nota Histórica*. disponível em <http://www.esenviseu.net/Principal/Historial/Historial.asp>.

entanto, existe um pequeno número de alunos (9,4%) oriundo de freguesias de fora do concelho, maioritariamente pertencentes ao distrito de Viseu (quadro 78).

**Quadro 78 - Freguesias de proveniência dos alunos do 10º ano de escolaridade (ESEN)**

<b>Freguesias do Concelho</b>	<b>N.º de alunos</b>	<b>Freguesias fora do Concelho</b>	<b>N.º de alunos</b>
Rio de Loba	34	Penedono	
Santa Maria	18	Nelas	
Fragosela	16	Castro Daire	
Coração de Jesus	15	Moimenta da Beira	
Mundão	15	Sátão	
São Pedro de France	15	Sernancelhe	
Cepões	14	Tondela	
S. José	14	Fornos de Algodres	
S. João de Lourosa	13	Mangualde	
Silgueiros	13	Vila Nova de Paiva	
Cavernães	11	Vouzela	
Abraveses	10	<b>Total</b>	<b>29 (9,4%)</b>
Bodiosa	10		
Campo	10		
Povolide	10		
Orgens	8		
Santos Evos	8		
Vila Chã de Sá	6		
Couto de Cima	5		
Ranhados	5		
S. Salvador	5		
Barreiros	4		
Calde	4		
Fail	3		
Torredita	3		
Vil de Souto	3		
Boa aldeia	2		
Cota	2		
Farminhão	2		
Ribafeita	2		

No que respeita à distribuição dos alunos, por cursos, verifica-se que os mesmos se distribuem pelos Científico Humanísticos e CSPOPE (59,4%) e pelos cursos Tecnológicos (40,6%), com predominância para os primeiros (quadro 79).

**Quadro 79 - Distribuição dos alunos por cursos (ESEN)**

Cursos		Alunos		Cursos		Alunos	
Reforma Educativa		N	%	Anteriores à Reforma		N	%
<b>Científico Humanísticos</b>	Ciências e Tecnologia	202	20,9	<b>1º Agrup.</b>	CSPOPE	160	16,6
	C. Sócio Econ.	41	4,2		Química		
	C. Sociais e Humanas	81	8,4		Const. Civil		
	Línguas e Literaturas				Electr. Electrónica	29	3
	Artes Visuais				Mecânica		
	<b>Sub Total</b>	324	33,5		Informática	20	2,1
<b>Tecnológicos</b>	Constr. Civil			<b>Sub Total</b>	209	21,6	
	Elect. Electrónica	62	6,4	<b>2º Agrup.</b>	CSPOPE		
	Informática	91	9,4		Design		
	Design de Equipam.				Artes e Ofícios		
	Multimédia				<b>Sub Total</b>	0	0
	Administração	108	11,2	<b>3º Agrup.</b>	CSPOPE	37	3,8
	Marketing				Serv. Com.		
	Ordenam. Ter. e Amb.				Administração	82	8,5
	Acção Social				<b>Sub Total</b>	119	12,3
	Desporto			<b>4º Agrup.</b>	CSPOPE	53	5,5
<b>Sub Total</b>	261	27	Acção Social				
<b>Total</b>	585	60,6	Comunicação				
			<b>Sub Total</b>		53	5,5	
				<b>Total</b>	381	39,4	
				<b>N.º de alunos na escola</b>	966	100	

Trata-se de uma escola com capacidade para 54 turmas verificando-se, no ano lectivo de 2005/06, a existência de 45, o que configura uma taxa de ocupação de 83% (quadro 80).

**Quadro 80 - N.º de alunos, n.º de docentes, capacidade de turmas, turmas existentes, n.º de alunos por turma e taxa de ocupação em 2005/06 (ESEN)**

Total de Alunos	N.º Docentes	Cap. Turma	Turm. Exist	N.º Alunos p/ turm	Taxa de Ocupação %	Obs.
966	162	54	45	21	83	

### 11.5.3. Escola Secundária Viriato (ESV)

A Escola Secundária Viriato não se afasta do padrão até agora apresentando, vindo igualmente a perder alunos, tal como as restantes escolas

secundárias do concelho. No ano lectivo 2005/06, encontram-se a frequentar este estabelecimento 814 alunos (quadro 81).

**Quadro 81 - Evolução do número de alunos de 2001/02 a 2005/06 – ESV (Direcção Regional de Educação do Centro, Ribeiro *et al.*, 2006)**

Estabelecimento	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
ESV	1070	1008	1028	943	814

Nesta escola encontra-se a funcionar o 3º Ciclo do Ensino Básico (com 244 alunos – 30%) e o Ensino Secundário (com 570 alunos – 70%). Dos alunos matriculados no 10º ano, 95,6% são provenientes das freguesias do concelho de Viseu, existindo uma minoria (4,4%) oriunda de freguesias de fora do concelho (quadro 82).

**Quadro 82 - Freguesias de proveniência dos alunos do 10º ano de escolaridade (ESV)**

Freguesias do Concelho	N.º de alunos	Freguesias fora do Concelho	N.º de alunos
Abraveses	60	Carregal do Sal	
Vil de Souto	23	Canas de Senhorim	
Campo	21	Mortágua	
Calde	13	S. Pedro do Sul	
S. José	11	Santa Comba Dão	
Lordosa	10	Sernancelhe	
Ranhados	7	Oliveira de Frades	
Rio de Loba	7	Castro Daire	
Orgens	7	<b>Total</b>	<b>10 (4,4%)</b>
Santa Maria	6		
S. João de Lourosa	6		
Silgueiros	6		
Ribafeita	6		
Coração de Jesus	5		
Vila Chã de Sá	5		
Bodiosa	5		
S. Salvador	4		
Repeses	2		
Cavernães	2		
Fail	2		
Cepões	2		
Fragosela	1		
Mundão	1		
Povolide	1		
Torredeita	1		
Couto de Baixo	1		

Dos alunos que se encontram matriculados nesta escola, no ensino secundário, 73% frequentam cursos do tipo Científico Humanísticos e CSPOPE e 27% frequentam cursos do tipo Tecnológicos (quadro 83).

**Quadro 83 - Distribuição dos alunos por cursos (ESV)**

Cursos		Alunos		Cursos		Alunos	
Reforma Educativa		N	%	Anteriores à Reforma		N	%
<b>Científico Humanísticos</b>	Ciências e Tecnologia	136	23,9	<b>1º Agrup.</b>	CSPOPE	108	18,9
	C. Sócio Econ.				Química		
	C. Sociais e Humanas	52	9,1		Const. Civil		
	Línguas e Literaturas	14	2,5		Electr. Electrónica		
	Artes Visuais	44	7,7		Mecânica		
	<b>Sub Total</b>	246	43,2		Informática		
<b>Tecnológicos</b>	Constr. Civil			<b>Sub Total</b>	108	18,9	
	Elect. Electrónica			<b>2º Agrup.</b>	CSPOPE	20	3,5
	Informática				Design		
	Design de Equipam.				Artes e Ofícios		
	Multimédia				<b>Sub Total</b>	20	3,5
	Administração			<b>3º Agrup.</b>	CSPOPE	16	2,8
	Marketing				Serv. Com.		
	Ordenam. Ter. e Amb.				Administração		
	Acção Social	93	16,3		<b>Sub Total</b>	16	2,8
	Desporto	19	3,3	<b>4º Agrup.</b>	CSPOPE	26	4,6
<b>Sub Total</b>	112	19,6	Acção Social		42	7,4	
<b>Total</b>	358	62,8	Comunicação				
			<b>Sub Total</b>		68	11,9	
				<b>Total</b>	212	37,2	
				<b>N.º de alunos na escola</b>	570	100	

Trata-se de uma escola com capacidade para 46 turmas verificando-se, no ano lectivo de 2005/06, a existência de 46, o que configura uma taxa de ocupação de 100% (quadro 84).

**Quadro 84 - N.º de alunos, n.º de docentes, capacidade de turmas, turmas existentes, n.º de alunos por turma e taxa de ocupação em 2005/06 (ESV)**

Total de Alunos	N.º Docentes	Cap. Turma	Turm. Exist	N.º Alunos p/ turm	Taxa de Ocupação %	Obs.
814	219	46	46	18	100	

#### **11.5.4. Centro de Formação Profissional de Viseu**

*A entrada em funcionamento do Centro de Formação Profissional de Viseu, em Agosto de 1995, veio complementar uma rede de polivalentes e modernos Centros de Formação Profissional, dependentes da Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional.*

*Servindo uma região com características e necessidades diversificadas, o Centro está, presentemente, vocacionado para as áreas de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Construção Civil e Obras Públicas; Electricidade e Electrónica; Madeiras; Metalurgia e Metalomecânica; Reparação e Manutenção de Veículos; Restauração, Hotelaria e Turismo; Saúde, Serviços Pessoais e à Comunidade; Serviços Comerciais, Administrativos e Financeiros; Ergonomia, Segurança e Higiene e Informática e Gestão de Sistemas.*

*O Centro procura constituir uma resposta dinâmica e oportuna nas diferentes modalidades de formação inicial e contínua, bem como na formação de formadores e de gestores e quadros, conferindo a respectiva certificação profissional.*

*O Centro de Formação Profissional de Viseu, beneficiando de uma articulação flexível com os restantes centros da Delegação Regional do Centro, visa desempenhar um importante papel na determinação das necessidades de formação e a satisfação das solicitações do mercado de emprego, assim como na dinamização do desenvolvimento da região em que se insere.*

O trecho que apresentamos acima foi retirado da página virtual da própria instituição<sup>16</sup>. No que concerne à recolha de informações mais detalhadas acerca da população escolar que compõem este centro ou das suas características físicas, não nos foi possível recolher o conjunto de respectivos dados uma vez que, após a deslocação à instituição, foi-nos revelado pelos seus responsáveis que a mesma não possui ainda uma base de dados devidamente viável devido à remodelação estrutural que irá sofrer em breve,

---

<sup>16</sup> Informação retirada de <http://www.iefp.pt/iefp/rede/listagem/Paginas/58.aspx>

como tal, qualquer conjunto de dados apresentado não iria corresponder à realidade actual.

Contribuindo para esta dispersão, verificámos que as leccionações a ministrar à população escolar não decorrem apenas no respectivo Centro Profissional, mas também no auditório do Instituto Português da Juventude (IPJ), situado na cidade, assim como na “Casa da Ribeira”. Caracterizando brevemente esta instituição, constatamos que o IPJ é um organismo da Administração Pública, com autonomia administrativa, tutelado pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD), possuindo a missão de apoiar a definição, execução e avaliação da política pública governamental da juventude, procedendo à sua concretização e promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social.

Por sua vez, a Casa da Ribeira é um local de preservação e venda de artesanato da região, como tal, na medida em que existem cursos profissionais que se enquadram no âmbito desta missão, entre outros, o Centro de Formação Profissional possui protocolos estabelecidos com as entidades citadas, de modo a garantir que os alunos possam adquirir experiência na prática variada de tarefas, entre as quais a que destacámos anteriormente.

No que concerne à comunidade escolar, embora em número indeterminado, segundo as informações que nos forneceram, esta divide-se em duas porções, de percentagens aproximadas, nas quais existem alunos com aspirações de obter equivalências aos 9º e 12º anos de escolaridade, isto é, a fim de confluírem o 3º CEB e o Ensino Secundário respectivamente.

A taxa de abandono possui maior relevo no seio dos indivíduos que visam terminar os estudos equivalentes ao secundário e, aproximando-nos do contexto do nosso estudo, verificámos que as actividades físicas e desportivas, desta forma transformadas na disciplina de Educação Física, apenas integra o plano curricular dos alunos que pretendem terminar o 3º CEB.

Desta forma, o Centro de Formação Profissional possui, no âmbito das instalações desportivas, um Pequeno Campo que visa integrar modalidades colectivas, tais como o Futebol e Andebol.

## 11.6. Oferta de Instalações Desportivas no Concelho de Viseu

O presente estudo, elaborado por Cálão (2003) não atende ao estado de conservação das infra-estruturas desportivas, procedendo a um levantamento e registo de todos os recintos, sendo esse factor ignorado no cálculo dos rácios entre o m<sup>2</sup> útil de instalações e o número de habitantes.

Consciente de que existem várias infra-estruturas em péssimo estado de conservação, algumas inactivas e outras abandonadas, o estudo considerou importante registar todos os recintos, pela sua efectiva existência e atendendo a que os próprios resultados obtidos poderão apontar para a necessidade de uma intervenção específica nalguma tipologia de recintos, por exemplo de requalificação ou mesmo extinção.

Desta forma, de acordo com os dados constantes na Carta de Instalações Desportivas Artificiais<sup>17</sup> (2000), o quadro 85 visa apresentar a relação entre a área desportiva existente no Concelho (expressa em m<sup>2</sup>) por habitante (Cálão, 2003, p. 152):

**Quadro 85 - M<sup>2</sup> de recintos desportivos – Concelho de Viseu (Adaptado de Cálão, 2003)**

Tipo de Recintos	Cidade		Periferia		Sul / Oeste		Norte / Este		Concelho		Média Nacional
	R	D	R	D	R	D	R	D	R	D	
<b>Grandes Campos</b>	1,98	0,46	2,08	0,56	4,63	3,10	6,47	4,95	3,12	1,59	1,52
<b>Pequenos Campos</b>	1,38	1,04	0,97	0,63	1,34	1,01	1,88	1,55	1,36	1,02	0,34
<b>Pavilhões</b>	0,26	0,17	0,16	0,07	0,09	0,00	0,22	0,13	0,21	0,11	0,09
<b>Piscinas Cobertas</b>	0,03	0,02	0,00	-0,01	0,00	-0,01	0,00	-0,01	0,01	0,01	0,01
<b>Piscinas Descobertas</b>	0,04	0,03	0,00	-0,01	0,02	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	0,01
<b>Campos de Ténis</b>	0,13	0,06	0,02	-0,05	0,00	-0,07	0,00	-0,07	0,06	-0,01	0,07
<b>Salas Desporto</b>	0,17	0,12	0,05	0,01	0,02	-0,02	0,01	-0,03	0,09	0,05	0,04
<b>Grandes Campos</b>	0,20	0,16	0,00	-0,04	0,00	-0,04	0,00	-0,04	0,09	0,05	0,04

Legenda:

R – Rácio metro quadrado por habitante

D – Desvio em relação à média Nacional

<sup>17</sup> Carta de Instalações Desportivas Artificiais. Disponível em <http://portaldodesporto.no.sapo.pt/infraestruturas.htm#cnid>

Da análise dos dados apresentados, pode concluir-se que os rácios calculados para o Concelho de Viseu são superiores aos indicadores nacionais determinados, à excepção dos Campos de Ténis, destacando-se também, de forma muito positiva, o rácio relativo à quantidade de metros quadrados dos Pequenos e Grandes Campos de Jogos (Cálão, 2003).

Por seu lado, os desvios de valor negativo, de acordo com as zonas pré-definidas, provam a inexistência de um critério equilibrado no plano de edificação que responda às necessidades das diversas zonas do Concelho.

No sentido de constituir uma comparação, ao mesmo tempo que se pretende obter conclusões mais generalistas, o seguinte quadro confere as normas definidas pela comunidade europeia que, pelo seu carácter, podem “mascarar” a realidade e especificidade necessárias (Cálão, 2003, p. 154):

**Quadro 86 - M<sup>2</sup> de recintos desportivos – Concelho de Viseu / Normas Europeia  
(Adaptado de Cálão, 2003)**

Tipo de Recintos	Cidade		Periferia		Sul / Oeste		Norte / Este		Concelho		Normas Europeias
	R	D	R	D	R	D	R	D	R	D	
<b>Grandes Campos Pequenos Campos Campos de Ténis Pistas de Atletismo</b>	3,69	-0,15	3,07	-0,77	5,97	2,13	8,35	4,51	4,63	0,79	3,84
<b>Salas de Desporto Pavilhões</b>	0,43	0,33	0,21	0,11	0,12	0,02	0,24	0,14	0,30	0,20	0,10
<b>Piscinas</b>	0,07	0,01	0,00	-0,06	0,02	-0,04	0,03	-0,03	0,04	-0,02	0,06

Legenda:

R – Rácio metro quadrado por habitante

D – Desvio em relação às Normas Europeias

*Os dados apresentados reflectem que Viseu é um Concelho onde a quantidade de instalações desportivas existentes é superior em relação à média nacional e indiciam claramente a necessidade de corrigir algumas assimetrias decorrentes dos critérios de edificação do parque desportivo, relativamente às diversas zonas dos seus 507 km<sup>2</sup> de área geográfica, em todas as tipologias de recintos, no sentido de tornar mais equilibrado o acesso de todos os cidadãos do concelho às infra-estruturas desportivas e anular, cada vez mais, os problemas decorrentes da "intra-interiorização", aproximando os*

*níveis de qualidade de vida entre as populações urbanas e rurais.*  
(Cálão, 2003, p.154)

### **11.7. A Vocação dos Espaços (tipologia de instalações desportivas)**

A definição de equipamento desportivo é passível de diferentes interpretações podendo ser utilizada de forma diversa, de acordo com o contexto na qual se insere. A mais comum é, segundo Pinto e Sarmiento (s/d)<sup>18</sup>, considerar que equipamento desportivo é uma instalação destinada à prática de Desporto.

Segundo os autores, existem os que realizam a distinção entre dois tipos de equipamentos desportivos:

- *aqueles que se construíram especificamente para a prática desportiva (designados instalações desportivas);*
- *aqueles que utilizam como espaço desportivo o meio natural ou infra-estruturas cuja especificidade não é de carácter desportivo (designados áreas de actividade desportiva).*

Por seu lado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 317/97 de 25 de Novembro, que visa estabelecer o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, apresenta a seguinte tipologia:

- a) Instalações desportivas de base que constituem o nível básico da rede de instalações para o Desporto, agrupando-se em recreativas e formativas;*
- b) Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares;*
- c) Instalações especiais para o espectáculo desportivo.*

As instalações desportivas apresentadas anteriormente são consideradas, segundo o Decreto-Lei supracitado, “espaços de acesso público organizados para a prática de actividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares”.

---

<sup>18</sup> *Gestão de Instalações Desportivas.* disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/304>.

Analisando cada uma das categorias anteriores de forma mais pormenorizada, verificamos que, no que concerne às **instalações desportivas de base recreativas**, segundo o artigo 3º do mesmo diploma, estas são consideradas como as “que se destinam a actividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer activo.”

A título de exemplo, englobam-se as seguintes:

- a) *Os pátios desportivos e os espaços elementares de jogo desportivo;*
- b) *Os espaços localizados em áreas urbanas e apetrechados para a evolução livre com patins ou bicicletas de recreio;*
- c) *Os espaços urbanos e os espaços naturais adaptados para percursos de caminhada e corridas, circuitos de exercícios de manutenção e os circuitos de passeio com bicicleta de recreio;*
- d) *Os espaços de animação desportiva informal, permanentes ou não, integrados ou complementares de instalações turísticas, ou acessórios de instalações desportivas de outros tipos;*
- e) *Os espaços com dimensões não normalizadas, para iniciação aos pequenos jogos desportivos, incluindo os espaços de aprendizagem e recreio;*
- f) *As piscinas cobertas e as piscinas ao ar livre, para fins recreativos, com área total de planos de água inferior a 166 m<sup>2</sup>.*

Por seu lado, segundo o artigo 4º, são **instalações desportivas de base formativas** as “infra-estruturas concebidas e organizadas para a educação desportiva de base e para as actividades propedêuticas que garantam o acesso a níveis de actividade desportiva especializada”, reunindo as seguintes características de ordem geral:

- a) *Polivalência na utilização, conjugadas para o exercício de actividades desportivas e afins;*
- b) *Elevado grau de adaptação e integração, ajustado aos programas e objectivos da educação desportiva no âmbito do ensino e das actividades de formação desenvolvidas no quadro do associativismo desportivo.*

Englobadas na nomenclatura anterior, consideram-se as seguintes:

- a) *Grandes campos de jogos para futebol, rãguebi e hóquei em campo;*

- b) Pistas de atletismo regulamentares;*
- c) Salas de Desporto e pavilhões polivalentes;*
- d) Instalações normalizadas de pequenos jogos polidesportivos, campos de ténis e ringues de patinagem ao ar livre;*
- e) Piscinas de aprendizagem, piscinas desportivas e piscinas polivalentes, ao ar livre ou cobertas.*

No que concerne às **instalações desportivas especializadas**, de acordo com o artigo 5º, denominam-se “instalações especializadas as instalações concebidas e organizadas para actividades desportivas monodisciplinares, em resultado, designadamente, da sua específica adaptação para a prática da correspondente modalidade.” Atribuem-se, exemplificando, as seguintes:

- a) Salas de Desporto apetrechadas e destinadas exclusivamente a uma modalidade;*
- b) Instalações de tiro com armas de fogo;*
- c) Instalações de tiro com arco;*
- d) Campos de golfe;*
- e) Pistas de ciclismo;*
- f) Picadeiros, campos de equitação e pistas hípicas de obstáculos;*
- g) Instalações para Desportos motorizados;*
- h) Pistas de remo, pistas de canoagem e outras instalações para Desportos náuticos.*

Por fim, de acordo com o artigo 6º, consideram-se **instalações especiais para o espectáculo desportivo** as “concebidas e vocacionadas para a realização de manifestações desportivas integrando a componente espectáculo” e em que se conjugam os factores seguintes:

- a) Expressiva capacidade para receber público, com integração de condições para os meios de comunicação social e infra-estruturas mediáticas;*
- b) Prevalência de usos associados a eventos com altos níveis de prestação desportiva;*
- c) A incorporação de significativos e específicos recursos materiais e tecnológicos.*

Consideram-se instalações especiais para o espectáculo desportivo, designadamente, as seguintes:

- a) Estádios integrando campos de grandes jogos ou pistas de atletismo;*
- b) Hipódromos contendo pistas de obstáculos ou de corridas;*
- c) Velódromos;*

d) *Autódromos, motódromos e kartódromos;*

e) *Estádios aquáticos e complexos integrando piscinas para competição;*

f) *Estádios náuticos e instalações integrando pistas de competição de remo ou canoagem*

O quadro que de seguida se apresenta resume a tipologia das instalações desportivas, mediante as características que estas revelam.

**Quadro 87 - Tipologia de Instalações Desportivas (adaptado de Cunha, 2007)**

Denominação	Tipologia	Edificado	Características
<b>Instituições Desportivas de Base</b>	Recreativas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pátios desportivos</li> <li>2. Espaços elementares de Jogo Desportivo</li> <li>3. Espaços localizados em áreas urbanas para evolução livre com patins ou bicicletas de recreio</li> <li>4. Espaço de animação Desportiva informal (turísticas e outros)</li> <li>5. Espaços de dimensões não normalizadas, para iniciação aos pequenos jogos desportivos, espaços de aprendizagem e recreio</li> <li>6. Piscinas cobertas e ao ar livre, para fins recreativos, com área total de planos de água inferior a 166m<sup>2</sup></li> </ol>	
	Formativas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grandes campos de jogos para futebol, Rúgubi e Hóquei em campo</li> <li>2. Pistas de atletismo regulamentares</li> <li>3. Salas de Desporto e pavilhões polivalentes</li> <li>4. Instalações normalizadas de pequenos jogos desportivos, campos de ténis e ringues de patinagem e ao ar livre</li> <li>5. Piscinas de aprendizagem, piscinas desportivas e piscinas polivalentes, ao ar livre ou cobertas</li> </ol>	<p>Educação desportiva de base:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Polivalência de utilização</li> <li>2. Elevado grau de adaptação e integração no ensino e na formação desportiva no quadro do associativismo</li> </ol>
<b>Instituições Desportivas Especializadas ou mono-disciplinares</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Salas de Desporto apetrechadas exclusivamente a uma modalidade</li> <li>2. Instalações de tiro com armas de fogo</li> <li>3. Instalações de tiro com arco</li> <li>4. Campos de Golfe</li> <li>5. Pistas de ciclismo</li> <li>6. Picadeiros, campos de equitação e pistas hípcas de obstáculos</li> <li>7. Instalações para Desportos motorizados</li> <li>8. Pistas de remo, canoagem e outras instalações para Desportos náuticos</li> </ol>	
<b>Instituições Especiais para o espectáculo desportivo</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estádios integrando campos de grandes jogos e pistas de atletismo</li> <li>2. Hipódromos</li> <li>3. Velódromos</li> <li>4. Autódromos, motódromos e kartódromos</li> <li>5. Estádios aquáticos e complexos de piscinas para competição</li> <li>6. Estádios náuticos e instalações de remo ou canoagem</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. Expressiva capacidade para receber público e meios de comunicação social</li> <li>8. Usos associados a altos níveis de prestação desportiva</li> <li>9. Alta incorporação de recursos materiais e tecnológicos</li> </ol>
<b>Espaços naturais de recreio e Desporto</b>	Não regulamentados		<p>Locais com condições naturais para a realização de certas actividades recreativas e desportivas sem que se imponha a sua especial adaptação ou arranjo material</p>

O processo relativo à gestão de uma instalação desportiva obriga a identificar e definir, explicitamente, a vocação de cada um dos espaços de uma instalação desportiva. A vocação define uma pré-destinação (ou pré-definição) dos espaços ao exercício de uma determinada actividade, à realização de uma acção ou tarefa. Tal acto permite dirigir, quer as operações de gestão, quer as decisões individuais de utilização, os recursos utilizados ou a utilizar, e o código espacial a constituir e a implantar, em função de uma modalidade ou da forma de ela ser praticada (Cunha, 2007).

Segundo o autor, permite ainda o ajustamento dos comportamentos individuais às características dos espaços e dos recursos nele disponibilizados. Na medida em que se consideram os espaços das instalações desportivas como áreas, superfícies ou divisões que se identificam no seu interior, estes alojam diferentes funções, operações ou recursos materiais importantes para a organização das práticas desportivas ou para o funcionamento da organização. Estas funções, operações ou recursos materiais definem a vocação de cada um dos espaços que são assim delimitados, orientados e organizados.

Atentando aos factos apresentados, quadro 88 visa resumir, legalmente, a ordenação dos espaços, no que concerne à sua vocação (Cunha, 2007, p. 234):

**Quadro 88 - Diplomas Legislativos referentes aos espaços dos edifícios e respectiva identificação vocacional (adaptado de Cunha, 2007)**

Diploma	Conteúdo	Observação
Lei n.º 38/98 de 4 de Agosto	Estabelece as medidas preventivas contra a violência no Desporto	
Decreto Regulamentar n.º 34/95 de 16 de Dezembro	Regulamenta as condições técnicas e de segurança nos recintos de espectáculos e divertimentos públicos	Classifica os espaços em função da sua forma de utilização
Decreto Regulamentar n.º 5/97 de 31 de Março	Regulamenta as condições técnicas e de segurança nos recintos com diversões aquáticas	Classifica-os em quatro categorias através da sua lotação
Decreto Regulamentar n.º 10/2001 de 7 de Junho	Regulamenta as condições técnicas e de segurança dos estádios	Define regras, vocações e funcionamento dos espaços
Decreto-Lei n.º 414/98 de 31 de Dezembro	Estabelece o Regulamento de Segurança contra incêndio em edifícios escolares	Classifica os edifícios em três classes (pequena, média e grande) em função da altura e os seus locais em classes de risco: A, B, C e D. Determina taxas de ocupação, acessibilidades e evacuações.
Lei n.º 9/89 de 2 de Maio	Lei de bases da prevenção e reabilitação das pessoas com deficiência	Enquadra a regulamentação a publicar (Revogada pela Lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto)
Lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto	Define as Bases do regime jurídico da prevenção, habilitação e participação da pessoa com deficiência	Revoga a Lei n.º 9/89 de 2 de Maio
Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio	Aprovas as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada	

### 11.7.1. Critérios para a classificação das Instalações Desportivas

Atentando à designação atribuída pelo Decreto-Lei n.º 317/97, contrasta-se a proposta pelo Atlas Desportivo Nacional que, por seu lado, estabelece a seguinte classificação:

- *Recinto Desportivo;*
- *Instalação Desportiva;*
- *Complexo Desportivo;*
- *Complexo Integrado.*

De acordo com Pinto e Sarmiento<sup>19</sup> (s/d), “o recinto desportivo é toda a área de prática desportiva (Campo de Ténis ou de Futebol). Instalação desportiva é todo o recinto ou conjunto de recintos do mesmo tipo com anexos funcionais (vestiários e sanitários), como o pavilhão de uma escola. Complexo desportivo é o conjunto de instalações ou recintos desportivos de diversos tipos (Estádio Universitário). Complexo integrado é um complexo desportivo complementado por outro tipo de estruturas como zonas comerciais de serviços e médicas.”

Os mesmos autores referem ainda que as instalações desportivas poderão ainda ser caracterizadas como:

- *Grandes Campos: Instalações descobertas que se destinam à prática de modalidades como o Futebol, Hóquei e Rugby. Possuem dimensões sempre superiores a 90x45m e os pisos podem ser relvados naturais e artificiais (de areia ou de água) ou de terra batida.*
- *Pequenos Campos: Instalações de ar livre que se destinam à prática do Andebol, Basquetebol, Patinagem, Ténis e Futebol de Salão ou Futsal, com dimensões que rondam os 40x20m e pisos muito diversificados. Estes pequenos campos de jogos visam a realização de práticas desportivas diversificadas, caracterizando-se portanto pela sua polivalência: o mesmo espaço pode apresentar balizas de Andebol e cestos de Basquetebol, pontos de fixação para redes de Voleibol, ou mesmo de Ténis. Devido a esta polivalência permitem diversas práticas em equipas ou individualmente.*

<sup>19</sup> *Gestão de Instalações Desportivas*. disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/304>.

Normalmente, estes espaços não exigem marcação prévia e estão abertos ao grande público em geral (Baptista, 2001).

- Salas de Desporto: Instalações cobertas para a prática de diversas modalidades, com dimensões idênticas às dos pequenos campos. Distinguem-se dos Pavilhões por apresentarem dimensões mais reduzidas, variando entre os 16m x 14m e os 28m x 16m.
- Pavilhões: multiusos, polivalentes ou monodisciplinares. São instalações desportivas que se destinam à prática, entre outras modalidades, do Andebol, Basquetebol, Badminton, Hóquei patins e Ginástica. São espaços cobertos com dimensões médias que variam entre os 36m x 18m e os 52m x 30m. Estas instalações destinam-se à realização de práticas desportivas diversificadas, caracterizadas, tal como os Pequenos campos, pela sua polivalência. Apresentam, na sua maioria, balizas de andebol e cestos de Basquetebol, pontos de fixação para redes de Voleibol ou mesmo de Ténis. Contudo, distinguem-se das demais pela presença de balneários (Ibidem, 2001).
- Pista de Atletismo: instalações desportivas cobertas ou descobertas, do tipo ovalóide, circunscritas por pistas que se destinam à prática do Atletismo. São espaços com características próprias que permitem realizar corridas pedestres, visando exclusivamente o Atletismo, de natureza formativa e/ou competitiva (Baptista, 2001).
- Piscinas: descobertas, cobertas, de competição, de formação, de lazer ou multifuncionais. Destinam-se à prática da Natação. As Piscinas cobertas são, normalmente, espaços rectangulares com dimensões desde os 16,66m x 6m, com profundidade uniforme e designados de tanques de iniciação ou aprendizagem, aos 25m x 8m ou mesmo 50m x 21m, com profundidade variável entre os 90cm e os 210 cm, designados de Piscinas de competição. Estas instalações encontram-se abertas ao público durante todo o ano. As Piscinas descobertas, também designadas como piscinas de lazer, apresentam dimensões e formatos muito diversos, variando entre os 16,66m x 6m e os 50m x 21m, encontrando-se, normalmente, abertas ao público em geral no período de verão (Ibidem, 2001).
- Especiais: kartódromo, circuito F1, campos de golf, campos de tiro, pista de ciclismo.
- Espaços Exteriores Escolares: espaços habitualmente utilizados nas aulas de Educação Física e no recreio, existentes em todas as Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos. Estes espaços apresentam uma dimensão semelhante em todas as escolas. A sua configuração engloba uma grande área na qual existe um Pequeno Campo de 40m x 20m e dois ou três campos de Basquetebol dispostos transversalmente ao Pequeno Campo. Normalmente, estes espaços apresentam ainda um conjunto de equipamentos mais vocacionados para o Atletismo, tais como uma pista, uma caixa de saltos e uma zona de multiusos (Baptista, 2001).
- Outros Espaços: todas as instalações desportivas que não se integram nos tipos anteriormente mencionados. São estruturas que apresentam uma grande variedade de espaços, permitindo práticas diversificadas, de natureza recreativa, formativa ou

*competitiva. Não obstante, poderão também ser espaços de prática especializada, exigindo por isso infra-estruturas específicas e técnicas. Estas são apresentadas em subcategorias devido à diversificação de espaços que encontram nesta categoria: áreas de desportos motorizados terrestres (Pistas de Motocross, Autódromos, Aeródromos); áreas de Desportos Náuticos; Complexos de Campos de Ténis, Centros Hípicos, entre outros (Sousa & Pereira, s/d, cit. por Baptista, 2001).*

Não se consideraram na análise instalações que não se encontrassem em condições de utilização imediata. A título de exemplo, instalações ainda em processo de construção, uma vez que se tornaria difícil precisar a sua completa disponibilidade mas, sobretudo, por não se tornar possível definir a sua taxa de utilização durante os períodos curricular e extra-curricular, sendo este um dado substancial na prossecução do estudo. Da mesma forma, não se incluíram igualmente instalações que se encontrem indisponíveis para a realização de práticas desportivas, por períodos reduzidos (um ano ou mais).

## 12. Apresentação dos Resultados

### 12.1. Quantificação e Tipologia das Instalações Desportivas

#### 12.1.1. Dados integrais

As instalações desportivas pertencentes ao sistema escolar do ensino público do Concelho de Viseu perfazem um total de 45, tal como indicado no quadro abaixo apresentado.

**Quadro 89 - Instalações desportivas escolares situadas no Concelho de Viseu**

Tipologia de escola de acordo com o grau de ensino	N.º de instituições escolares	N.º de instalações desportivas por grau de ensino	Escolas sem qualquer instalação desportiva	Escolas com uma instalação desportiva	Escolas com mais de uma instalação desportiva
Jardim de Infância (Pré-Escolar)	52	3	49	3	0
EB1 (1º ciclo)	99	4	95	4	0
EB 1,2 (1º e 2º ciclos)	1	2	0	0	1
EB 2,3 (2º e 3º ciclos)	8	26	0	0	8
Secundário	3	12	0	0	3
Formação Profissional	1	1	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>164</b>	<b>48*</b>	<b>144</b>	<b>8</b>	<b>12</b>

\* Na medida em que o Pré-Escolar e o 1º CEB dispõem e utilizam as mesmas instalações desportivas, o número total de instalações a considerar será 45.

Analisando o mesmo, ao considerarmos o número de instalações desportivas em função do número de instituições escolares do ensino público encontradas, constatamos a existência de um rácio de aproximadamente 4 escolas por instalação desportiva. Por seu lado, tendo em conta que o número de alunos matriculados no Concelho é de, sensivelmente 15000, averiguamos também um rácio de 333 alunos por instalação desportiva.

Não obstante, o primeiro rácio, anteriormente apresentado, apenas poderá ser considerado se atendermos ao facto de que existem escolas que possuem mais do que uma instalação desportiva. Doutra forma, ao analisarmos os rácios para cada grau de ensino, verificamos um rácio de aproximadamente 17 escolas para cada instalação desportiva no Pré-Escolar e um rácio de aproximadamente 25 escolas para cada instalação desportiva no 1º Ciclo do

Ensino Básico, valores que alertam para a precariedade existente nos graus de ensino mais precoces.

Por outro lado, os resultados permitem-nos também inferir que, à medida que evoluímos no grau de escolaridade, quer as Escolas sedes de Agrupamento, quer as pertencentes ao Ensino Secundário, possuem mais do que uma instalação desportiva, possibilitando então uma maior abertura à prática desportiva.

Contudo, estes valores tornam-se preocupantes quando verificamos que 88% das escolas verificadas não possuem qualquer tipo de instalação desportiva, sendo que apenas uma minoria, neste caso 5%, possui apenas uma instalação desportiva, assim como 7% possuem mais do que uma instalação disponível à prática desportiva.

**Quadro 90 - Tipologia de instalações desportivas escolares situadas no Concelho de Viseu**

Tipologia	Campos		Sala		Piscina		Pista	Espaço Ext.	Outros Espaços	TOTAL
	Grande	Pequeno	Pavilhão	Sala	Coberta	Desc.				
N.º	0	21	8	13	0	0	0	0	3	45

No que concerne à tipologia das instalações desportivas, é possível verificar que a sua distribuição é, apesar de escassa, substancialmente homogénea, uma vez que os Pequenos Campos representam, no seu conjunto, 47 % do total de instalações (21 Pequenos Campos), a mesma representatividade que o somatório dos Pavilhões e Salas de Desporto tende a possuir (8 Pavilhões e 13 Salas de Desporto). Enquanto que os Pavilhões atingem os 18%, as Salas de Desporto apresentam uma representatividade de 29%. Relativamente aos restantes tipos de instalações desportivas (3 campos desportivos), a sua expressão é ainda mais reduzida, atingindo apenas 6% do número total de instalações desportivas.

Finalmente, um outro dado que podemos extrair da consulta do quadro 90, refere-se ao aproximado número de instalações desportivas cobertas e descobertas existentes, na medida em que 53% do total são constituídos por

instalações descobertas, contabilizando 24, enquanto que os 47% são compostos por instalações cobertas (21). Tal significa a existência um rácio de 625 alunos por instalação descoberta, assim como um rácio de 714 alunos por instalação coberta.

#### **12.1.2. Dados em função dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas**

Através da análise do quadro 91, verificamos a existência de uma distribuição algo homogeneizada, no que concerne ao número de instalações desportivas localizadas nos diferentes Agrupamentos de Escolas (AE).

Em concreto, não existe grande discrepância entre os agrupamentos no que se refere ao número de instalações que possuem, destacando-se o AE de Mundão com o maior número de instalações, neste caso 6, contrastando com o AE de Marzovelos, que possui o menor número de instalações, concretamente 2. Os restantes AE situam-se num intervalo de posse situado entre 3 a 5 instalações pelo que, curiosamente, possuem aproximadamente o mesmo número de instalações desportivas que as escolas do Ensino Secundário (ES).

A título de exemplo, a ES Emídio Navarro, não só possui o mesmo número de instalações que o AE Grão Vasco, como também ultrapassa o AE de Abraveses, o que nos leva a constatar que a aposta no fomento e desenvolvimento da prática desportiva possui proporções maiores nas etapas mais avançadas da escolaridade obrigatória.

Por fim, a instituição escolar pública que possui o menor número de instalações desportivas é, neste caso, o Centro de Formação Profissional de Viseu, apresentando apenas 1 Pequeno Campo. Ainda que, em termos absolutos, certos AE possuam menos instalações desportivas que escolas do ES, o somatório das instalações de todos os AE, que perfaz um total de 31, supera substancialmente o número de instalações observadas nas ENA, com um total de 14.

**Quadro 91 - Instalações desportivas situadas no Concelho de Viseu, por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas**

<b>Agrupamento de Escolas</b>	<b>Grande Campo</b>	<b>Pequeno Campo</b>	<b>Pavilhão</b>	<b>Sala</b>	<b>Piscina coberta</b>	<b>Piscina descoberta</b>	<b>Espaço Exterior</b>	<b>Outros</b>	<b>TOTAL</b>
AE Abraveses	-	1	1	1	-	-	-	-	3
AE Grão Vasco	-	2	-	2	-	-	-	1	5
AE Infante D. Henrique	-	1	1	2	-	-	-	-	4
AE Marzovelos	-	1	-	1	-	-	-	-	2
AE Mundão	-	2	1	1	-	-	-	2	6
AE Silgueiros	-	2	1	1	-	-	-	-	4
AE Vil de Souto	-	1	1	1	-	-	-	-	3
AE Viso	-	2	1	1	-	-	-	-	4
<b>ESCOLAS NÃO AGRUPADAS (ENA)</b>									
ES Alves Martins	-	3	1	1	-	-	-	-	5
ES Emídio Navarro	-	3	-	2	-	-	-	-	5
ES Viriato	-	2	1	-	-	-	-	-	3
CFP Viseu	-	1	-	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>45</b>

Quanto à tipologia das instalações, concluímos que os pavilhões apenas existem nas escolas sedes de agrupamento, concretamente um por sede, o que perfaz um total de 8. Denota-se um padrão no respeitante ao tipo de instalações encontradas no Concelho, verificando-se a predominância dos Pequenos Campos, Pavilhões e Salas de Desporto, sendo estas últimas destinadas, sobretudo, à prática de actividades gímnicas, ao que designamos habitualmente de “ginásios escolares”. Os AEs Grão Vasco, Mundão, Silgueiros e Viso destacam-se pela posse de 2 Pequenos Campos, quando comparados com os AEs Infante D. Henrique, Marzovelos e Vil de Souto, que apenas possuem 1 Pequeno Campo.

No que se refere às ENA, verificamos que as ES Alves Martins e Emídio Navarro possuem o mesmo número de Pequenos Campos, neste caso 3, contrastando com a ES Viriato, que possui 2 Pequenos Campos, e com o Centro de Formação Profissional de Viseu, que apenas possui 1 único Pequeno Campo.

Para além disso, deduzimos a inexistência de Grandes Campos, Piscinas e Espaços Exteriores, o que nos leva a depreender que, na eventual tentativa de desenvolver actividades neste tipo de instalações, as escolas necessitarão de utilizar as instalações desportivas autárquicas. De atentar ainda à categoria “outros”, apresentada no quadro acima exposto que, por sua vez, se refere à

existência de 3 campos desportivos, de terra batida que, com dimensões ligeiramente inferiores aos Pequenos Campos e que não permitem a realização de diversas modalidades, todas estas descobertos.

No que concerne à cobertura, ou não, das instalações, verificamos novamente uma relação sem variâncias significativas, respeitantes ao número total, ainda que existam mais instalações descobertas, neste caso 24, contrastando com 21 instalações cobertas.

**Quadro 92 - Rácio de alunos por instalação desportiva e por total de instalações, por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas**

<b>Agrupamento de Escolas</b>	<b>N.º total Instalações</b>	<b>Total Alunos</b>	<b>Rácio Alunos/Total Instalações</b>
AE Abraveses	3	1829	610
AE Grão Vasco	5	2012	402
AE Infante D. Henrique	4	1624	406
AE Marzovelos	2	1103	552
AE Mundão	6	889	148
AE Silgueiros	4	674	169
AE Vil de Souto	3	815	272
AE Viso	4	1736	434
<b>ESCOLAS NÃO AGRUPADAS (ENA)</b>			
ES Alves Martins	5	884	177
ES Emídio Navarro	5	2172	434
ES Viriato	3	1207	402
<b>TOTAL</b>	<b>44*</b>	<b>14945</b>	<b>4185</b>

\*Não tendo sido possível obter o número de alunos matriculados no Centro de Formação Profissional, a instalação desportiva que esta instituição possui foi subtraída ao número total de instalações.

Respeitante ao rácio entre o número de alunos matriculados em cada AE e ENA, e o número de instalações desportivas aí localizadas, verificamos que o cenário não é idêntico para todos os contextos. Vejamos, enquanto que, a título de exemplo, o AE de Abraveses possui um rácio superior a 600 alunos por instalação, os AEs de Mundão e Silgueiros possuem rácios aproximadamente iguais ou inferiores a 200 alunos por instalação.

No que concerne às ENA, os rácios são mais aproximados, concretamente nas ES Emídio Navarro e Viriato, ainda que a primeira possua um número total de alunos bastante superior à segunda, no entanto, a ES Emídio Navarro possui também mais 2 instalações desportivas que a ES Viriato, daí a aproximação dos valores encontradas.

Será relevante referir que os dados respeitantes ao número de alunos matriculados nas escolas foi adquirido através da consulta da Carta Educativa do Município de Viseu (Ribeiro *et al.*, 2006), uma vez não existirem dados mais actualizados, pelo que os resultados apresentados poderão ter já sofrido alterações.

## **12.2. Taxa de ocupação das Instalações Desportivas**

### **12.2.1. Dados integrais**

O presente tópico apresenta e analisa os dados relativos à taxa de ocupação das diferentes instalações anteriormente mencionadas, pelo que será necessário relevar que, atendendo aos objectivos do nosso estudo, concentrámo-nos na ocupação das instalações durante os períodos escolar e extra-curricular, visto existirem instalações que se encontram em funcionamento durante todo os períodos disponíveis, do dia e da noite, desta forma, definimos um período total de 15 horas, compreendido entre as 8h30m e as 23h30m.

Analisando o quadro 93, que apresenta a taxa de ocupação das instalações desportivas, deparamo-nos com resultados distintos. Em primeiro lugar, será importante mencionar que optámos pela criação de classes ou intervalos de resultados uma vez que, após a análise dos dados recolhidos, constatámos a existência de uma grande heterogeneidade entre as respectivas taxas de ocupação. Doutra forma, a apresentação dos resultados tornar-se-ia demasiado extensa, podendo comprometer a interpretação dos mesmos.

A título de exemplo, dentro da primeira classe de resultados, [0% - 25%], verificámos que chegam mesmo a existir instalações desportivas que atingem os 0,5% de ocupação. Através da análise do referido quadro, percebemos que a maioria das instalações funciona, como se refere habitualmente na gíria linguística, a “meio gás”, ou seja, 18 instalações tendem a possuir taxas de ocupação que atingem, no máximo, os 49%, pelo que se conclui que, em metade do período de tempo estabelecido, estas instalações encontram-se completamente disponíveis.

No que concerne aos Pequenos Campos, dos 21 existentes, apenas 1 possui uma taxa de ocupação acima dos 50%, pelo que a maioria, neste caso 13, não ultrapassa os 24% de ocupação. Os restantes 7 compreendem taxas de ocupação que atingem, no máximo, os 49%.

Relativamente aos Pavilhões, os resultados são mais aproximados, na medida em que a maioria possui taxas de ocupação que vão desde os 25% até aos 74%. Este tipo de instalação desportiva parece ser a mais preenchida, na realização das actividades físicas e desportivas, visto serem os Pavilhões que possuem as taxas de ocupação mais elevadas e em maior número, sendo que chega mesmo a existir 1 que se encontra no pleno das suas funções, isto é, a atingir os 100% de ocupação.

Em diálogo com os responsáveis pela instalação referida, neste caso do Pavilhão da ES Viriato, estes referiram que o mesmo é ocupado desde as 08h30m até as 23h30m, sem períodos de interrupção, chegando mesmo a ser alugado aos fins-de-semana, tendo a sua ocupação valores idênticos aos da semana normal, quer ao sábado, quer ao domingo.

No que se refere às Salas de Desporto, estas tendem a enquadrar-se no âmbito do que foi já mencionado, na medida em que a maioria tende a ser igualmente ocupada a meio tempo, à excepção de 2 que visam uma taxa de ocupação até 74%. Curiosamente, estas salas são as que possuem Desporto Escolar no âmbito da Ginástica Desportiva, concretamente Saltos de Mini Trampolim e Ginástica Acrobática. Por seu lado, existem ainda 3 salas que não ultrapassam os 24% de ocupação.

Por fim, será ainda de atentar que os 3 campos descobertos não possuem taxas de ocupação superiores a 24%.

**Quadro 93 - Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75 - 100%]	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	13	7	1	-	21
Pavilhão	1	3	3	1	8
Sala	3	8	2	-	13
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	3	-	-	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>45</b>

#### **14.2.2. Dados em função dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas**

Através da análise do quadro 94, verificamos que o AE de Mundão possui o maior número de instalações disponíveis durante o período definido, na medida em que a maior parte possui uma taxa de ocupação até 25%, tendo apenas 2 a funcionar a meio tempo, não ultrapassando assim os 50% de ocupação.

Por sua vez, os AEs Grão Vasco e Infante D. Henrique são os que possuem o maior número de instalações a funcionar a meio tempo, concretamente 3 das cinco que os constituem. As restantes 2 do primeiro agrupamento e 1 do segundo agrupamento encontram-se ainda mais disponíveis que as referenciadas anteriormente. Com o maior número de instalações a funcionar a 50% encontra-se a ES Emídio Navarro, concretamente 4 das cinco instalações que possui apresentam taxas até 50%.

A funcionar com uma taxa de ocupação até aos 75%, destacamos 1 das três instalações pertencentes ao AE de Abraveses, 1 das três instalações do AE de Vil de Souto e 3 das cinco instalações pertencentes à ES Alves Martins. Com uma taxa de ocupação completa, verificamos apenas 1 das três instalações da ES Viriato.

**Quadro 94 - Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares, por Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas**

Agrupamento de Escolas	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75 - 100%]	
AE Abraveses	1	1	1	-	3
AE Grão Vasco	2	3	-	-	5
AE Infante D. Henrique	1	3	-	-	4
AE Marzovelos	-	2	-	-	2
AE Mundão	4	2	-	-	6
AE Silgueiros	2	2	-	-	4
AE Vil de Souto	1	1	1	-	3
AE Viso	2	2	-	-	4
<b>ESCOLAS NÃO AGRUPADAS (ENA)</b>					
ES Alves Martins	-	2	3	-	5
ES Emídio Navarro	1	4	-	-	5
ES Viriato	2	-	-	1	3
CFP Viseu	1	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>45</b>

Realizando agora uma análise através da verificação de instalações por AE e ENA, apresentamos agora o quadro 95, o qual nos remete para o facto do AE de Abraveses possuir um Pequeno Campo que não chega a atingir os 25% de ocupação, porém, as instalações cobertas possuem taxas de ocupação superiores à anterior, na medida em que o Pavilhão chega mesmo a atingir valores próximos dos 75% de ocupação, pelo que a Sala de Desporto, localizada na escola sede, tende a funcionar a meio termo (perto dos 50% de ocupação).

**Quadro 95 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Abraveses**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%]	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	1	-	-	-	1
Pavilhão	-	-	1	-	1
Sala	-	1	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

No que diz respeito ao AE Grão Vasco (conforme quadro 96), verificamos que as instalações deste agrupamento não ultrapassam as taxas de ocupação de, aproximadamente, 50%, na medida em que as 2 Salas de Desporto, localizadas na sede de agrupamento, são as mais ocupadas. Por seu lado, quer os Pequenos Campos igualmente localizados na mesma instituição, quer o localizado numa EB1 pertencente a este agrupamento, estão praticamente (totalmente) disponíveis. Será de relevar o facto de que não foi contabilizada uma instalação descoberta (Pequeno Campo) sita na sede de Agrupamento por ter sido considerada “obsoleta” pela Área de Educação Física da instituição, referindo que não possui condições mínimas, quer no referente ao piso da instalação, quer nas normas de segurança que visam salvaguardar a integridade física dos alunos desta escola.

**Quadro 96 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE Grão Vasco**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	2	-	-	-	2
Pavilhão	-	-	-	-	-
Sala	-	2	-	-	2
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	1	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>

No AE Infante D. Henrique (conforme quadro 97) situa-se um pavilhão que, enquadrado na respectiva sede de agrupamento, possuía taxas de ocupação elevadas, fruto do aluguer desta instalação no período extra curricular para a realização de treinos e jogos, maioritariamente compostos por equipas de Futsal o que, para além de aumentar as receitas da própria instituição, visava o acréscimo da respectiva taxa de ocupação (os treinos decorriam, em média, três a quatro vezes por semana, possuindo competições, regularmente, ao fim de semana). Não obstante, em diálogo com os responsáveis pela instituição, verificámos um decréscimo no que concerne à

taxa de ocupação da mesma instalação, na medida em que, a título de exemplo, a frequência de treinos diminui de quatro para uma a duas vezes semanais, assim como a frequência de competições também diminui para a realização casual de jogos ao fim de semana.

Desta forma, quer o pavilhão, quer as 2 Salas de Desporto apresentam taxas de ocupação medianas, não atingindo os 50%. De relevar será o facto da Sala de Desporto enquadrada neste AE não se apresentar na sede de agrupamento, mas sim numa EB1 adjacente, pelo que esta instalação, a par da Sala de Desporto enquadrada na sede de agrupamento do AE de Marzovelos, serem as únicas existentes no âmbito do 1º CEB e, paralelamente, possuírem ambas uma taxa de ocupação aproximada dos 50%. Por fim, o Pequeno Campo existente de igual modo na sede de Agrupamento atinge a menor taxa de ocupação, não atingindo os 25%.

**Quadro 97 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE Infante D. Henrique**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	1	-	-	-	1
Pavilhão	-	1	-	-	1
Sala	-	2	-	-	2
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

Tal como mencionado anteriormente, o AE de Marzovelos (conforme quadro 98) possui, na escola sede, 1 das duas Salas de Desporto existentes no 1º CEB, apresentando uma taxa de ocupação aproximada do 50%, assim como o Pequeno Campo existente na mesma escola. A recolha dos dados permitiu-nos constatar que a EB1,2 João de Barros tenta distribuir, o mais equitativamente possível, as actividades físicas e desportivas dos alunos de modo a que ambas as instalações possuem taxas de ocupação aproximadas. Não obstante, ainda que, com a existência do Desporto Escolar e de sessões

de Karatê que ocorrem uma vez por semana por parte de uma associação externa à instituição, o período de ocupação das instalações acaba dentro do período curricular, aliás, tal como ocorre em grande parte das instalações desportivas (consultar conclusões), o que provoca taxas medianas de ocupação.

**Quadro 98 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Marzovelos**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	1	-	-	1
Pavilhão	-	-	-	-	-
Sala	-	1	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Tênis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>2</b>	-	-	<b>2</b>

A análise do quadro 99 permite-nos verificar que a maioria das instalações enquadradas no AE de Mundão possui taxas de ocupação que não atingem os 25%, neste caso os Pequenos Campos, todos eles descobertos, assim como as que se situam na sede agrupamento, entre outras, não chegam a funcionar a meio tempo. Mesmo sendo cobertas, quer o Ginásio, quer o Pavilhão não atingem os 50% de ocupação.

**Quadro 99 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Mundão**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	4	-	-	-	4
Pavilhão	-	1	-	-	1
Sala	-	1	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Tênis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	-	-	<b>6</b>

De forma semelhante ao que mencionamos acerca do agrupamento anterior, podemos inferir que o AE de Silgueiros se enquadra num panorama análogo, na medida em que as instalações descobertas deste agrupamento continuam a possuir uma taxa de ocupação inferior às instalações cobertas, sendo estas últimas situadas na escola sede de agrupamento (conforme quadro 100).

**Quadro 100 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Silgueiros**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	2	-	-	-	2
Pavilhão	-	1	-	-	1
Sala	-	1	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	-	-	<b>4</b>

No que concerne ao AE de Vil de Souto, existem agora algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito ao Pavilhão existente na escola sede, verificando-se, através do quadro 101, que este possui uma taxa de ocupação aproximada dos 75%. Mais uma vez constatamos, após uma aproximação à referida instalação, que estes valores se devem ao aluguer do espaço a entidades externas à escola e, curiosamente, após a análise do mapa de preenchimento da instalação amavelmente cedido pelo devido responsável, verificámos que, num dia da semana, esta instalação chega mesmo a estar ocupada até às 00h30m, embora não de forma contínua desde o período da manhã. Não obstante, este Pavilhão foi a única instalação encontrada que, embora de forma não ininterrupta, ultrapassa o período de tempo estabelecido inicialmente.

**Quadro 101 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE de Vil de Souto**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	1	-	-	-	1
Pavilhão	-	-	1	-	1
Sala	-	1	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

O quadro 102, por sua vez, caracteriza a taxa de ocupação das instalações sitas no AE do Viso, pelo que estas não tendem a divergir do que já preferimos antes. As instalações cobertas possuem uma taxa de ocupação superior às descobertas, embora nenhuma ultrapasse os 50% de ocupação.

**Quadro 102 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no AE do Viso**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	2	-	-	-	2
Pavilhão	-	1	-	-	1
Sala	-	1	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

Passando agora a análise das ENA, verificamos que o panorama já se diferencia dos AE caracterizados anteriormente. Em primeiro lugar, no que concerne à ES Alves Martins, será de realçar o facto dos Pequenos Campos possuírem uma taxa de ocupação superior aos dos AE, na medida em que já chegam a aproximar-se dos 50% de ocupação.

Por outro lado, as instalações descobertas visam já taxas de ocupação aproximadas dos 75%, sendo que este valor toma maior relevo se tivermos em

conta que estas instalações não são ocupadas por outras entidades fora do período curricular, nem utilizadas ao serviço do Desporto Escolar (conforme quadro 103).

**Quadro 103 - Taxa de ocupação das instalações localizadas na ES Alves Martins**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	3	-	-	3
Pavilhão	-	-	1	-	1
Sala	-	-	1	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>3</b>	<b>2</b>	-	<b>5</b>

No que se refere à ES Emídio Navarro, fruto do elevado número de instalações que possui e visto não as utilizar, para além de fins escolares, verificamos, através da análise do quadro 104, que as instalações cobertas, apesar de possuírem uma taxa de ocupação superior às descobertas, não atingem os 50% de ocupação. Contrastando com este aspecto, será importante referir que um dos Pequenos Campos, designado pela escola como “campo de voley”, possui a menor taxa de ocupação encontrada, neste caso 0,5%, tal como havíamos já mencionado. Tal equivale a uma taxa de utilização de três a quatro vezes durante o período lectivo.

**Quadro 104 - Taxa de ocupação das instalações localizadas na ES Emídio Navarro**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	3	-	-	-	3
Pavilhão	-	-	-	-	-
Sala	-	2	-	-	2
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	-	-	<b>5</b>

Se na escola anterior verificámos a existência da menor taxa de ocupação por parte de uma instalação desportiva, o quadro 105 apresenta a taxa de ocupação mais elevada, encontrada nas escolas do Concelho de Viseu. Trata-se do Pavilhão da ES Viriato que, devido à capacidade para albergar modalidades não tão frequentemente praticadas no Concelho, como é o caso do Hóquei em Patins, encontra-se em constante ocupação, quer pela própria comunidade escolar, quer para fins de treinos e competições de Futsal (no que concerne a entidades externas) ou mesmo ao serviço do Desporto Escolar.

Em diálogo com os responsáveis pela instalação, esta percentagem de ocupação deve-se também ao facto das instalações da ES Viriato serem propriedade da Autarquia, pelo que esta entidade tende a alugar a instalação para outras finalidade, não desportivas, o que infelizmente, segundo informação da ES Viriato, tendem a deteriorar o Pavilhão de forma substancial.

Outro factor que tende a aumentar a taxa de ocupação desta instalação, que se encontra preenchida até aos sábados e domingos, será o facto das restantes instalações desportivas descobertas, neste caso os 2 Pequenos Campos, apresentarem estados de conservação que inviabilizam uma prática desportiva mais frequente. Curiosamente, o mesmo nos foi comunicado acerca do Pavilhão, chegando mesmo a constatar casos de infiltrações que, naturalmente, não só danificam a instalação, como também põem em causa a integridade física dos praticantes.

Não obstante este panorama, a realidade constata que a procura desta instalação atinge os maiores valores encontrados no âmbito do nosso estudo.

**Quadro 105 - Taxa de ocupação das instalações localizadas na ES Viriato**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	2	-	-	-	2
Pavilhão	-	-	-	1	1
Sala	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Por fim, no respeitante ao Pequeno Campo localizado no Cento de Formação Profissional, verificamos que a sua taxa de ocupação é diminuta, não chegando a atingir os 25% de ocupação (conforme quadro 106). Este valor vai de encontro aos factos apresentados na caracterização da instituição em questão que, passando actualmente por um estado de mudança, alberga metade da comunidade escolar (que visa atingir equivalência ao 12º ano) sem qualquer tipo de actividade física e desportiva integrada no seu plano curricular.

Desta forma, qualquer prática realizada pelos englobados neste contexto, terá de surgir por iniciativa própria e para fins meramente lúdicos, pelo que origina taxas de ocupação residuais, não relevantes, no âmbito do referido.

**Quadro 106 - Taxa de ocupação das instalações localizadas no CFP Viseu**

Instalações	Taxa de ocupação				TOTAL
	[0% - 25%[	[25% - 50%[	[50% - 75%[	[75% - 100%[	
Grande Campo	-	-	-	-	-
Pequeno Campo	1	-	-	-	1
Pavilhão	-	-	-	-	-
Sala	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

### 12.3. Gestão / Conservação das Instalações Desportivas / Conservação

#### 12.3.1. Dados integrais

No sentido de obter informações que nos permitissem aferir acerca da responsabilidade de gestão das instalações desportivas, assim como do estado de conservação das mesmas, verificámos grandes lapsos de conhecimento por parte dos seus responsáveis, no que concerne aos tópicos analisados.

Desta forma, devido aos motivos acima referidos, apresentamos o quadro 107 que, por sua vez, apenas permitirá realizar uma análise sistémica, como tal, qualquer tipo de inferência acerca do mesmo será mais global, logo, menos pormenorizada.

Porém, embora não sendo tão concreto, julgamos ser pertinente a amostragem deste quadro, de modo a percebermos que a realidade possui lacunas neste âmbito, as quais urge resolvermos num futuro imediato. Vejamos, o primeiro tópico refere-se à identificação do(s) responsável(eis) pelas instalações desportivas, pelo que verificámos, na maioria dos casos (53%), que este processo é efectuado por um encarregado de instalações de título individual, ou seja, neste caso, pelas respostas que obtivemos junto das instituições, por indivíduos que não pertencem à Área de Educação Física da própria escola ou que não possuem, de acordo com as suas habilitações, um grau de licenciatura.

Apenas numa escola encontrámos um responsável de instalações desportivas que, embora não pertença directamente ao meio em questão, possui uma licenciatura em “Físico-Química”, segundo nos revelou. Por outro lado, a minoria percentual (14%) refere-se à gestão das instalações desportivas por parte dos docentes de Educação Física das próprias escolas que, através de um sistema de rotatividade, vão assegurando o funcionamento das respectivas estruturas. Por fim, 33% dos inquiridos revelaram “não existir”, designadamente, um responsável pelas instalações desportivas, na medida em que, dentro deste princípio, “quem usa a instalação, é responsável pela mesma durante esse mesmo período de utilização”.

No que se refere ao segundo parâmetro apresentado, julgamos que este deverá ser analisado paralelamente ao seguinte, ou seja, tornar-se-á proveitoso perceber quando é que as instalações foram concluídas, isto é, dispostas para funcionar, ao mesmo tempo que aferimos acerca da existência, ou não, de processos de requalificação das mesmas.

Analisando a informação recolhida, verificámos que as instalações desportivas do Concelho possuem datas de conclusão significativamente distintas, uma vez que são compreendidas entre 1982 e 2004. Por sua vez, a maioria das instalações foi concluída na década de 90, contudo, constatámos a presença de 9 instalações concluídas na década de 80. Para além disso, existem ainda duas instalações desportivas cujos períodos de conclusão decorreram após o ano 2000, sendo estas as mais recentes.

Verificando o quadro 107, depreendemos que a grande maioria dos inquiridos assinalou uma data de conclusão das instalações, porém, recolhemos igualmente respostas mais ambíguas, as quais continham informações do género: - “há mais de 15 anos”; “muito antigas”; sendo que, pelos motivos apresentados, não nos foi possível precisar uma data nestes casos.

Seria de esperar que o processo de requalificação das instalações desportivas ocorresse com maior frequência devido à avançada idade das mesmas, no entanto, através da observação do terceiro tópico informativo, verificamos que a grande maioria das instalações não sofreu qualquer tipo processo de requalificação (87%). De relevar que a ES Alves Martins requalificou recentemente as suas instalações desportivas, concretamente em 2007, devido a problemas relacionados com infiltrações o que, conseqüentemente, provocou danos nos respectivos pisos das instalações. Por outro lado, a escola sede do AE de Mundão, após 7 anos de funcionamento, requalificou igualmente as suas instalações desportivas, culminando com a construção efectiva do seu Pavilhão que actualmente utiliza na realização da prática desportiva.

Como tal, será de esperar que, tal como indicamos no último tópico, que 57% dos inquiridos refiram que as instalações se encontrem em “mau” estado de conservação. Como havíamos já referido ao longo do nosso estudo, esta problemática, nalgumas escolas, atingiu proporções preocupantes, obrigando mesmo ao cancelamento da prática desportivas em algumas instalações por não apresentarem os requisitos de segurança mínimos que tendam a salvaguardar a integridade física dos jovens praticantes.

**Quadro 107 - Gestão / Conservação das instalações localizadas no Concelho**

<b>Responsabilidade de Gestão</b>			<b>TOTAL</b>
<b>Individual</b>	<b>Colectiva (Área de Educação Física)</b>	<b>Não existe</b>	
<b>53%</b>	<b>14%</b>	<b>33%</b>	<b>100%</b>
<b>Data de conclusão da instalação</b>			
<b>Década de 80</b>	<b>Década de 90</b>	<b>Outros períodos</b>	
<b>73%</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>
<b>Data de requalificação da instalação</b>			
<b>Existe</b>	<b>Não existe</b>		
<b>13%</b>	<b>87%</b>		<b>100%</b>
<b>Estado de conservação das instalações</b>			
<b>Bom</b>	<b>Mau</b>		
<b>43%</b>	<b>57%</b>		<b>100%</b>

### 13. Discussão dos Resultados

O objectivo central do nosso estudo consistiu em quantificar e tipificar as instalações desportivas existentes no Concelho de Viseu. A escolha desta meta teve por base o reconhecimento da importância que estes critérios possuíam no desenvolvimento do estudo, na medida em que tentámos seleccionar itens que pudessem ser facilmente mensuráveis e, ao mesmo tempo, elucidativos na apresentação dos resultados encontrados.

Após o levantamento acerca dessas instalações desportivas, encontrámos um total de 45 instalações escolares. Atentando ao estudo efectuado por Cálão (2003), na medida em que o autor refere existirem 371 instalações desportivas no Concelho de Viseu, induzimos que apenas 12% pertencem ao sistema escolar público, sendo as restantes 326 instalações (88%) pertencentes às instituições escolares privadas e, sobretudo, à Autarquia.

O estudo efectuado por Baptista (2001) no Concelho de Braga, bem como outro efectuado no Conselho do Porto (s/a), tendem a confirmar a tendência encontrada no nosso estudo. Enquanto que em Braga, pouco mais de 10% das instalações desportivas pertenciam à rede escolar, no Porto, pouco mais de 25% correspondiam a esse mesmo contexto, ainda que este segundo estudo tenha engloado todas as escolas do ensino público do Porto, não apenas as do Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos, como no estudo efectuado no Concelho de Braga.

Não obstante, ainda que as instalações desportivas escolares se apresentem em pequeno número, Cálão (2003) refere que Viseu é um Concelho onde a quantidade de instalações desportivas existentes é superior em relação à média nacional, o que indicia a necessidade de corrigir algumas assimetrias decorrentes dos critérios de edificação do parque desportivo, relativamente às diversas zonas dos seus 507 km<sup>2</sup> de área geográfica, em todas as tipologias de recintos, no sentido de tornar mais equilibrado o acesso de todos os cidadãos do concelho às infra-estruturas desportivas e anular,

cada vez mais, os problemas decorrentes da “intra-interiorização”, aproximando os níveis de qualidade de vida entre as populações urbanas e rurais.

De facto, de acordo com Sarmento (2005<sup>20</sup>), uma das medidas que poderão contribuir no reforço da ideia acima apresentada será a passagem gradual das competências desportivas do poder central para o poder local, na medida em que facilita a avaliação das carências existentes no seio das populações, ao mesmo que possibilita inferir acerca das necessidades das mesmas. “A construção de instalações é antes de mais um projecto social que pretende colmatar um conjunto de necessidades tidas como essenciais para o bem estar de uma população.” (*Ibidem*, 2005).

Neste sentido, dentro de uma política de implantação (se for esse o caso) de implantação de instalações desportivas, tornar-se-á crucial ir ao encontro das “práticas desportivas de reconhecido valor na formação dos jovens e na recreação e tempos livres da generalidade dos grupos sociais.” (Sarmento, 1997<sup>21</sup>). Este facto poderá atenuar alguns encargos financeiros das escolas, relacionados com o apelo a instalações externas ao sistema escolar para promover actividades desportivas que, embora diferentes das abordadas no contexto escolar, possuem igual importância no desenvolvimento dos jovens.

Desta minoria percentual de instalações, constatámos que 47% correspondem a instalações cobertas, constituídos por pavilhões e salas de desporto. Assim, a maioria das instalações encontradas são Pequenos Campos pelo que, ao compararmos estes dados com os apresentados na Carta do CEFD (1997), verificamos que estes se assemelham, em parte, da média. Segundo o documento citado, enquanto que 60% das aproximadamente 12000 instalações desportivas existentes no nosso País são campos, o que de facto se aproxima dos resultados encontrado no nosso estudo, apenas pouco mais de 3000 (sensivelmente 25%) são cobertas, pelo que este último valor já possui um maior grau de variação perante os encontrados no nosso estudo.

---

<sup>20</sup> *Instalações Desportivas – Qualidade de Gestão*. disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/301>.

<sup>21</sup> *A interdependência na gestão de instalações – a Interdependência como Factor de Gestão*. disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/299>.

Ainda que actualmente existem esforços sensibilizados para a implementação de espaços multifuncionais, com dimensões reduzidas, com menos custos e que permitem criar mais pontos de prática desportiva na sua área de responsabilidade, preconizando o descrito na Carta Europeia do Desporto (1992), Constantino refere que

*[...] embora Portugal seja um país carente, a solução para o problema não passa pela construção de mega-estruturas desportivas, viradas exclusivamente para os grandes espectáculos, mas sim pela adopção de soluções de qualidade que valham pela sua flexibilidade, sobriedade e possibilidade de utilização variada, bem como pela economia de todos os seus elementos [...] (1999, s/p, cit. por Baptista, 2001, p. 104)*

Mesmo com boas intenções, a realidade constata ser totalmente diferente da proclamada pelo autor anterior, senão atentemos ao impacto que o desporto profissional na sociedade actual. A título de exemplo, modalidades como o Futebol tendem a entreter os espectadores de tal forma, que tudo o resto parece ficar “ensombrado” e com uma importância secundária.

Porém, os dados referentes à falta ou precariedade de instalações advêm já de tempos anteriores. Recordemos então o célebre trimestre decretado de Nobre da Costa que, no início da década de 80, “autorizou a construção de escolas do ensino preparatório e secundários sem as correspondentes instalações desportivas, as quais ficaram remetidas para uma segunda fase que nunca viria a realizar-se.” (Baptista, 2001, p. 105).

Este cenário manteve-se inalterável durante cerca de quinze anos até que, com a aprovação da Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (posteriormente seria alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro), o Primeiro Ministro Cavaco Silva, actual Presidente da República, autorizou, no seu último mandato, a construção de mais de uma centena de instalações desportivas escolares, desde Salas, Pavilhões e Piscinas, no âmbito de um projecto nacional de construção de instalações desportivas escolares designado “Desporto Escolar 2000” (*Ibidem*, 2001).

Contudo, parece-nos que até ao momento não foi ainda possível recuperar totalmente o atraso neste contexto. Desta forma, consideramos uma solução viável a relação existente, mesmo a afectação das actividades físicas e desportivas às instalações desportivas autárquicas, ainda que, naturalmente, este processo componha custos acrescidos. No entanto, caso não fosse contabilizado o número de instalações desportivas autárquicas no Concelho de Viseu, tal como foi já referido no nosso trabalho, não seria possível mencionar que Viseu possui um rácio de instalações superior à média nacional, na medida em que as instalações desportivas escolares constituem apenas uma minoria percentual neste contexto.

Consequentemente, o escasso número de instalações desportivas irá influenciar a disponibilidade das instalações perante os alunos matriculados. Ao considerarmos as instalações desportivas do Concelho de Viseu em função dos alunos matriculados na rede escolar pública do ensino, verificamos que o rácio de alunos por instalação chega a atingir proporções de mais de 6 centenas, reflexo dessa percentagem reduzida de instalações.

No âmbito do nosso trabalho, a questão que colocamos é a de saber até que ponto se tornará possível cumprir os objectivos curricularmente estabelecidos para as actividades físicas e desportivas ou fomentar os objectivos de desenvolvimento da prática desportiva, num contexto com as características apresentadas.

Seguidamente, ao analisarmos os dados relativos às instalações desportivas em função dos diferentes AE nos quais se situam, verificámos a existência de alguma homogeneidade no que concerne à distribuição das instalações, na medida em que a maioria dos Agrupamentos possui 3 instalações desportivas, concretamente os de Abraveses, Repeses e Vil de Souto, destacando-se pela negativa o AE de Marzovelos, com apenas 2 instalações e, positivamente, os AE de Silgueiros, Grão Vasco e Mundão, com 4, 5 e 6 instalações respectivamente. Curiosamente, o AE com maior número de instalações é o que se encontra mais afastado da cidade de Viseu. Ainda que algo semelhantes, estes valores tornam-se preocupantes quando

comparados com as escolas não agrupadas que, nalguns casos, chegam a possuir mais instalações desportivas que os próprios AE.

Desta forma, parece-nos legítimo referir que, apesar do estabelecido na Constituição da República, neste caso que todas as crianças e jovens nacionais têm direitos iguais, devendo por isso ter acesso a idênticas condições para realizarem a sua formação, particularmente no que se refere ao ensino público, a actualidade revela que as condições estruturais que estão subjacentes a esse mesmo ensino não são equivalentes. Ainda mais preocupante é a dimensão desta problemática, pois as conclusões a que chegámos não advêm apenas do nosso estudo efectuado em Viseu, mas na comparação com outros efectuados ao longo do País, os quais foram já apresentados anteriormente.

A título de exemplo, de acordo com o estudo efectuado por Baptista (2001), não parece viável que em várias áreas de influência pedagógica do Concelho de Braga não exista uma única instalação desportiva coberta na qual os alunos das várias escolas dos diferentes graus de ensino que as constituem possam realizar as actividades físicas e desportivas incluídas nos seus currículos.

Por seu lado, no que se refere às instalações descobertas, especialmente em zonas como as investigadas no estudo anterior, que se caracterizam em grande parte do ano lectivo por chuva frequente e intensa, com baixas temperaturas, não resolvem de forma consistente a questão da realização das aulas.

Efectuando o “transfer” para o nosso estudo em questão, assumindo que o clima do Concelho de Viseu é algo moderado quando comparado com o resto da Europa, isto é, possuindo Verões quentes e secos e Invernos frios, denotamos uma maior proporcionalidade entre os espaços cobertos e descobertos, ainda que verificamos que a ausência de variabilidade de instalações, isto é, ao atentarmos à tipologia das mesmas, constatamos a existência maioritária de Pequenos Campos, Pavilhões e Salas de Desporto, ao que não existem, quer Grandes Campos, quer Piscinas (cobertas ou descobertas) pertencentes ao sistema escolar no Concelho de Viseu.

Desta forma, qualquer tipo de prática associada às instalações em falta apenas poderá ser realizada através dos clubes ou instalações da Autarquia, aumentando assim os níveis de sedentarismo nesse contexto, quer por comodidade dos praticantes, quer por dificuldades referentes à acessibilidade das instalações ou mesmo por questões financeiras.

A título de exemplo, Baptista, considera extraordinário que, num país com uma costa marítima tão extensa, à qual acresce um significativo número de albufeiras ou rios,

*[...] a grande maioria dos nossos jovens em idade escolar não tenha acesso institucional a qualquer experiência pedagogicamente orientada no meio aquático promotora da aquisição das competências necessárias para que eles aumentem a sua disponibilidade motora num meio com o qual interagem mais cedo ou mais tarde, mas para o qual nem sempre estão convenientemente preparados. Quem sabe, poderia ser substancialmente reduzido o número de crianças e jovens que todos os anos morrem afogados. (2001, p. 105)*

A análise das questões associadas à taxa de ocupação habitual das instalações desportivas do Concelho de Viseu constitui-se como outro objectivo principal do nosso estudo, tendo a análise dos dados recolhidos revelado um padrão no que concerne à taxa de ocupação das instalações cobertas que, regra geral, tende a ser superior às das instalações descobertas. Realizando uma introspecção superficial, poderíamos referir que os dados encontrados parecem ir de encontro à caracterização climatérica desta região do nosso país.

Porém, considerando os propósitos inerentes ao nosso estudo em concreto, importará perceber, com maior profundidade, o que poderá estar na origem desta situação, ou seja, perceber, com exactidão, quais as causas que levarão à preferência pela ocupação das instalações cobertas. Dito de outra forma, enquanto se tenta perceber se serão efectivamente as condições climatéricas que conduzem à diminuição de utilização de instalações descobertas, deveremos concentrar-nos na tentativa de prevenir os aspectos negativos decorrentes dessa falta de utilização.

Poderemos também remeter esta problemática para o conjunto de modalidades que são preferencialmente praticadas no concelho de Viseu. Assumindo que a prática desportiva escolar tende a fomentar a prática em outros níveis mais avançados dos quadros competitivos (por exemplo ao nível federado), verificamos que as modalidades desportivas mais praticadas nas escolas são o Futebol de 5, o Andebol e o Basquetebol e, mesmo as modalidades “alternativas” encontradas no âmbito do Desporto Escolar, são praticadas *indoor*, como sendo os casos da Ginástica Desportiva, nas vertentes de Acrobática e de Aparelhos (Saltos de Mini Trampolim). Desta forma, naturalmente que estas visam a ocupação das instalações cobertas, em detrimento das restantes.

Não obstante, o modo de funcionamento do Desporto Escolar actual poderá estar igualmente relacionado com a diminuição das taxas de ocupação das instalações. Vejamos, pelo seu desenvolvimento em regime de voluntariado para alunos e professores, pela ausência de uma cultura desportiva de Escola, por condicionalismos ainda não ultrapassados na gestão de horários e instalações, pela necessidade da formação contínua de professores, pela pouca participação e envolvimento da comunidade educativa e dos próprios pais, entre outros motivos, cremos que este modelo deverá ser igualmente objecto de ajustamentos, perante objectivos e finalidades que queremos perseguir e atingir a médio e longo prazo.

Os dados recolhidos no âmbito do nosso estudo vão de encontro a algumas das causas acima apontadas uma vez que, na confrontação dos horários de ocupação das diversas instalações, verificámos que a maioria das escolas estudadas tendem a dispor os horários atribuídos ao Desporto escolar, dentro do designado período curricular, ou seja, tornou-se usual constatar que, desde as mais precoces horas da manhã, ou mesmo no período de interrupção das actividades escolares (pausa para almoço por exemplo), o Desporto Escolar era introduzido nestes períodos temporais.

Enquanto que a tendência anterior seria a de dispor as actividades de Desporto Escolar em períodos aclamados extra-curriculares, a metodologia actual resulta no término das actividades, curriculares e extra-curriculares, num

período de tempo inferior ao estabelecido (nalguns casos em concreto, verificámos que algumas instalações desportivas findavam o seu funcionamento a partir das 16h35m).

Perante indicadores de natureza sociológica que não se alteram no imediato, constatamos que se trata, na verdade, de um problema de consciencialização. Estudos recentes remetem-nos para o débito de literacia, particularmente, da população jovem portuguesa. Literacia essa que também se expressa na prática desportiva escolar, na medida em que se verificam percentagens muito reduzidas de praticantes desportivos a nível nacional.

*A realidade é que, o Desporto Escolar ainda não assumiu verdadeiramente o seu papel, nem foi assumido pela comunidade educativa como um meio imprescindível de formação dos nossos jovens. Ocupados e preocupados com as "coisas" do domínio cognitivo sobre as quais têm de prestar provas e ser avaliados para acesso a um percurso profissional, os jovens, as famílias e a escola negligenciam a formação e a educação pelo exercício físico, remetendo este para a área da recreação e entretenimento ou ocupação dos tempos livres, como meio de catarse ou de consumo de energias.<sup>22</sup>*

Outro dos itens relacionados com a taxa de ocupação das instalações desportivas prende-se com o estado de conservação das mesmas. Atribuindo um exemplo prático, verificámos que algumas instalações são raramente utilizadas ou não são mesmo utilizadas por se considerarem perigosas para a prática desportiva, aliás, como referimos já durante a apresentação dos resultados. Naturalmente, estes receios traduzem-se na ausência de prática, não apenas pela comunidade escolar, mas também na procura dessas instalações por parte de outras entidades.

A análise dos resultados, neste contexto, revelou-nos o estado avançado das instalações desportivas do Concelho, no que diz respeito à idade das mesmas. Uma vez que a maioria foi terminada na década de 90, existindo mesmo algumas que, nesse período, já funcionavam há quase dez anos, torna-

---

<sup>22</sup> *Desporto escolar. Conceptualização e contextualização no âmbito do sistema educativo e do sistema desportivo.* disponível em <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=1712>.

se preocupante constatar que a maioria das instalações não revela processos de requalificação, ou mesmo de fiscalização das instalações desportivas.

A propósito deste processo de fiscalização, a análise do Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho, concretamente da alínea 1 do artigo 17º, permite-nos inferir que “são transferidas para a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) todas as atribuições em matéria de fiscalização de infra-estruturas, equipamentos e espaços desportivos cometidas ao Instituto de Desporto de Portugal.”

De acordo com a ASPI (2009), será um erro entregar a fiscalização à ASAE, entidade que, no entender desta associação, não tem competência específica para efectuar avaliações de risco, da mesma forma que lamenta que o Governo tenha desperdiçado a formação e conhecimento adquiridos pelos técnicos do Instituto de Desporto de Portugal que, durante mais de 10 anos, possuíram essa função.

Para além disso, a legislação não confere informação relativamente ao estabelecimento de um período de fiscalização por parte da entidade designada para essa função, resultando que, na maioria dos casos, as instalações tenham sido “fiscalizadas” para poderem entrar em funcionamento, não se verificando mais nenhum género de inspecção até ao momento actual.

*Logo, se tal como é frequentemente referido em diferentes momentos e contextos, muitos alunos de diversas escolas não têm ainda possibilidade de realizarem normalmente as suas actividades físicas e desportivas curriculares ou extra-curriculares, então a solução passará forçosamente por uma de duas alternativas: construir novas instalações desportivas ou transformar algumas já existentes por forma a que possam passar a ser utilizadas pela população escolar. (Baptista, 2001, p. 109)*

Nestas linhas de pensamento, verificámos que, recentemente, apenas a ES Alves Martins procedeu á requalificação do seu Pavilhão, concretamente em 2007. Por outro lado, no que concerne ao Pavilhão da ES Viriato, apesar de apresentar a maior taxa de ocupação encontrada, atentando aos problemas estruturais que apresenta, constatámos que os responsáveis da instituição não

possuem informações relativas à última requalificação efectuada neste espaço (se realmente chegou a existir).

A existência e permanência constante de um técnico responsável pelas instalações poderia vir a beneficiar o processo de gestão e utilização das mesmas, logo, minimizar a deterioração por efeitos da prática desportiva mal orientada. Neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro, define o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas (artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º).

Por sua vez, esta legislação obriga à presença do responsável técnico, devidamente identificado, ou de quem o coadjuve, na instalação desportiva durante o seu período de funcionamento. Este elemento deverá dispor de formação adequada ao exercício das funções que desempenha, consoante a tipologia da respectiva instalação (determinada por portaria do membro do Governo responsável pela área do Desporto), podendo, contudo, esta função ser exercida por um licenciado em estabelecimento de ensino superior na área da educação física ou desporto.

Comparando o que está decretado com a realidade encontrada, verificamos que apenas em 14% dos casos está assegurada a presença de um elemento licenciado, embora nem sempre pertencente ao contexto desportivo. Esta situação arrasta consigo duas preocupações centrais: - em primeiro lugar, se a responsabilidade da gestão das instalações é atribuída à Área de Educação Física da escola, os respectivos docentes terão dificuldade em compatibilizar o processo de Ensino-Aprendizagem (leccionação) com o da gestão das instalações, ainda que funcionem em sistema de rotatividade, pois esta segunda função não retira horas à docência para redistribuir pelo segundo cargo, pelo contrário, tende a acrescentar mais carga laboral a um horário que, em muitos casos, já por si é extenso; - em segundo lugar, o facto de existirem técnicos qualificados noutras áreas que não as desportivas poderá dar origem a processos de gestão não tão adequados, ou mesmo inadequados, devido à falta de sensibilidade provocada pela falta de envolvência no meio em questão.

No entanto, deixamos em aberto esta segunda problemática uma vez que, na medida em que a Gestão Desportiva realiza o interface entre as áreas

da Gestão e do Desporto, um gestor sem vivências desportivas não será significado de um mau gestor, uma vez que possui inerentes os princípios da gestão. O ideal seria então associar estas duas áreas de intervenção, no sentido de otimizar o processo de desenvolvimento, neste caso, das instalações desportivas.

## **14. Conclusões e Recomendações**

Ao longo do nosso estudo foram emergindo, com naturalidade, inúmeras conclusões. Contudo, no sentido de relevar as que consideramos fulcrais para o estudo em questão, destacamos as que de seguida se apresentam.

### **14.1. Conclusões Gerais**

a) O fenómeno desportivo considera-se multifacetado e reflexo da sociedade na qual se insere, como uma organização que permite trabalhar e intervir nos mais diferentes aspectos dos indivíduos, desde o social até ao motor, passando pelos domínios afectivo, psicológico, cognitivo, entre outros;

b) Verifica-se a intencionalidade desportiva das comunidades, no sentido de regulação e institucionalização do Desporto, comprovada pela quantidade significativa de legislação que tende a organizar a prática desportiva, em todas as etapas de desenvolvimento dos alunos do ensino público;

c) O Sistema de Ensino Português sofreu sucessivas reestruturações ao longo do tempo (estando ainda e sempre sujeito a reformulações), de acordo com as adaptações necessárias que visem a adequada integração dos alunos do ensino público;

d) Para além da importância atribuída às actividades físicas e desportivas em todas as etapas de formação dos indivíduos, até à especificidade da Educação Física e do Desporto Escolar, estas enfatizam-se ao ponto de se tornarem disciplinas curriculares obrigatórias e de complemento de formação nos ensinos básico e secundário, de acordo com o Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar (Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro). Esta intenção é reforçada pela Lei de Bases da

Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro), ao referir que:

*A educação física e o desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura.* (Artigo 28º, alínea 1)

e) A “Educação Física”, como parte do currículo educativo, é um importante instrumento para que a escola concretize seus objectivos, na medida em que as competências adquiridas poderão contribuir para um desenvolvimento harmonioso, assim como para a capacidade de enfrentar os desafios de nossa sociedade;

f) Subsiste a dificuldade na especificação das relações a estabelecer entre os sistemas Educativo e Desportivo, na tentativa de estabelecer um fio condutor que integre as práticas desportivas escolares como um meio para atingir um culminar desportivo, materializado na competição federada. Da mesma forma, verifica-se uma inexistência (praticamente total) no que concerne ao estabelecimento da articulação entre a EEFM e as AFD, de modo a enriquecer os processos de gestão curricular;

g) Apesar da existência diversificada das leis que regem a prática desportiva, verifica-se ainda uma significativa disparidade (nalguns casos mais marcante do que em outros) entre a legislação e a realidade existente no sistema desportivo escolar;

h) Actualmente, o desenvolvimento do Homem, no âmbito da sua motricidade, apresenta-se fortemente fundamentado e teoricamente valorizado por grandes pensadores, sendo a prática desportiva ainda apoiada por uma específica, contudo vasta, legislação. No entanto, entre a palavra escrita, o discurso e a situação concreta da sua prossecução

prática, surgem ainda incoerências, interpretações erróneas e mesmo desconhecimento por parte dos seus intervenientes;

i) A Gestão do Desporto apresenta-se como uma ferramenta de fundamental importância para o Desporto e seu desenvolvimento, não obstante, necessita estar enquadrada com o ambiente social, económico, político e tecnológico onde irá a ser aplicada. O domínio do social e das consequentes relações humanas ganha extrema importância perante a Gestão do Desporto, pelo que este utensílio deverá estar contextualizado com a comunidade desportiva intencional, de forma a adquirir a devida credibilidade;

j) O reconhecimento da importância do Desporto na sociedade actual leva ao aumento do grau de exigência de qualidade dos serviços desportivos, como tal, no que concerne às instalações desportivas, na medida em que representam um projecto social que pretende colmatar um conjunto de necessidades tidas como essenciais para o bem-estar de uma população, deverá existir a necessidade de requalificação das mesmas para assegurar esses princípios.

k) O acesso aos benefícios que o Desporto, como bem universal, cultural e civilizador proporciona, materializa-se pelo conjunto de instalações e espaços que as comunidades exibem, assim como na sua capacidade de criarem e promoverem outros que materializem as suas necessidades e aspirações neste domínio. As instalações e os espaços desportivos que suportam a respectiva actividade realizada pelas populações, concorrem com outros factores para o desenvolvimento do Desporto.

#### **14.2. Conclusões Específicas**

l) Existem 45 instalações desportivas escolares no Concelho de Viseu; das 371 instalações desportivas existentes no Concelho de Viseu, a grande percentagem das mesmas pertence às instituições privadas e,

sobretudo, à Autarquia; as instalações averiguadas correspondem às escolas do ensino público, desde o Pré-Escolar até ao 3º CEB (tendo em conta a recente proposta do Governo em alargar a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, optámos por englobar escolas não agrupadas, concretamente 3 Escolas do Ensino Secundário e 1 Escola de Formação Profissional);

m) Quanto à tipologia das instalações desportivas, é evidente a supremacia dos Pequenos Campos, Pavilhões e Salas de Desporto, 42 das 45, contrastando com a inexistência de Grandes Campos, Piscinas e Espaços Exteriores; existe ainda uma escassa referência à existência de 3 campos desportivos, todas estas instalações descobertas; verificou-se um equilíbrio respeitante à distribuição de instalações cobertas e descobertas, na medida em que as primeiras perfazem um total de 21, sendo as descobertas 24;

n) Considerando as informações relativas à propriedade e tipologia das diferentes instalações desportivas, verificámos que as Piscinas existentes no Concelho de Viseu, assim como os Grandes Campos, são propriedade da Autarquia;

o) Das comparações efectuadas nos diferentes AE, destacámos a escassa, mas equilibrada, distribuição das instalações desportivas pelos mesmos, atingindo um máximo de 6 instalações por AE e um mínimo de 2; quando comparado o número de instalações entre os AE e as ENA, constatámos que existem ENA que chegam a possuir mais instalações desportivas que os próprios AE;

p) Quando comparados os resultados relativos aos AE e ENA, tendo em conta o número de alunos matriculados em cada um deles, verificámos que os rácios por instalação desportiva eram desproporcionais, na medida em que determinadas escolas chegavam mesmo a atingir um rácio de

aproximadamente 600 alunos por instalação, enquanto que outras não atingiam o patamar dos 200 alunos por instalação;

q) Analisando a taxa de ocupação habitual das instalações desportivas durante o período de funcionamento das escolas, constatámos que as instalações desportivas apresentam valores díspares no que concerne ao seu preenchimento durante o período de funcionamento. A maioria das instalações não se encontra completamente preenchida, na medida em que as mesmas apresentam taxas de ocupação que rondam valores de 50%; as instalações desportivas cobertas tendem a atingir taxas de ocupação mais elevadas que as descobertas, sendo os Pavilhões e as Salas de Desporto as instalações mais procuradas na prática desportiva;

r) No que se refere ao critério de gestão das instalações, verificamos que a maioria das escolas possuem um responsável, a título individual, encarregue do funcionamento das mesmas, contudo, estes não possuem formação superior mas sim de acordo com a tipologia da instalação desportiva em questão, exceptuando os casos onde a gestão decorre através da rotatividade dos docentes de Educação Física ou de outras áreas, afectos à respectiva instituição. Por seu lado, constatámos que algumas escolas admitem a atribuição da responsabilidade ao utilizador momentâneo das respectivas instalações desportivas;

s) Quando analisados os dados referentes à idade das instalações, constatamos que a maioria provem das décadas de 80 e 90, com maior incidência na segunda década, existindo uma minoria percentual terminada após o ano 2000, como tal, relativamente novas; no que concerne a eventuais processos de requalificação das mesmas, tais se verificaram apenas na escola sede do AE de Mundão, em 2002 e, recentemente, na ES Alves Martins, concretamente no ano de 2007;

t) Como consequência da idade avançada da maioria das instalações, grande parte dos responsáveis consideram que as mesmas não possuem condições para que o desenvolvimento da prática desportiva decorra normalmente ou de acordo com as suas aspirações, na medida em que o tempo de utilização, em conjunto com a ausência de processos de requalificação, sobretudo nas instalações desportivas mais velhas, visa a sua deterioração sucessiva;

u) Em suma, da análise efectuada às dimensões de estudo estabelecidas no início do nosso estudo, concluímos que o grau de preparação das instalações desportivas escolares, ao serviço do desenvolvimento desportivo escolar, não é adequado, na medida em que existem lacunas em todos os níveis analisados, tal como poderá ser constatado nos tópicos anteriores.

#### **14.3. Prolongamentos e Recomendações**

Após a realização do nosso estudo, julgamos ter condições para sugerir algumas recomendações que consideramos poderem ser implementadas, ou que deverão mesmo ter efeito, num futuro próximo, para dar seguimento a um processo de requalificação, qualitativo e quantitativo, da prática desportiva.

Nestas linhas de pensamento, preocupámo-nos em apresentar, de forma detalhada e justificada, os resultados decorrentes da análise dos dados recolhidos, assim como realizámos algumas comparações com estudos efectuados por outros autores, dentro do mesmo contexto, numa perspectiva de tentar melhorar a situação actual do Concelho de Viseu no que concerne às instalações desportivas passíveis de utilização por parte dos alunos matriculados no sistema público de ensino, para a realização das suas actividades físicas e desportivas, curriculares e extra-curriculares.

Desta forma, julgamos ser pertinente que, em estudos posteriores, os investigadores tentem avaliar, com o maior rigor possível, a efectiva utilização das diferentes instalações desportivas e em que medida ela é efectuada pela população escolar.

Baseado nesta ideia, relevamos o estudo efectuado por Cálão (2003) no Concelho de Viseu, o qual visou analisar os índices de procura e oferta desportiva pelo que, num quadro mais amplo de preocupações, poderia resultar na elaboração da Carta Desportiva do Concelho de Viseu, documento este que ainda não se encontra definitivamente elaborado, por informação da Câmara Municipal de Viseu, sendo considerado pela mesma entidade, de forma pouco robusta, como um mero “levantamento das instalações” existentes no contexto referido.

No âmbito da realização de tal documento, pretender-se-ia uma caracterização mais exaustiva das instalações desportivas, não apenas no domínio estrutural (dimensões e acessórios), mas também no domínio funcional (por exemplo, quem as utiliza, quando, para quê, entre outros itens).

Adicionalmente, julgamos ser igualmente relevante a recolha de informação relativa a possíveis alternativas para combater a questão do diminuto número (nalguns casos a inexistência) de diversos tipos de instalações desportivas, assim como do mau estado de conservação das mesmas.

Nestas linhas de pensamento, urge aumentar a capacidade de intervenção do poder autárquico neste contexto, operacionalizado na reestruturação dos órgãos autárquicos, no que concerne à sua organização interna (Sarmiento, 2005). O mesmo autor refere ainda que o principal papel a desempenhar pelos departamentos de desporto nas autarquias passará, sobretudo, pela coordenação e interligação dos diferentes níveis de intervenção e disponibilização de recursos de todo os tipos, de modo a assegurar o normal funcionamento das instalações desportivas de cada Concelho.

No âmbito da recomendação anterior, a criação de equipas de gestão e manutenção das instalações que analisassem as escolas com maior frequência poderia igualmente constituir-se como um modo de combate à deterioração dos espaços, no sentido de promover o desenvolvimento mais eficaz das actividades físicas e desportivas. Esta averiguação pormenorizada poderia servir de catalisador para um investimento na requalificação das instalações

desportivas ou no aumento de acessibilidade às instalações autárquicas, de clubes ou associações, por parte das escolas.

Embora esses protocolos existam e, ainda que possuam algum efeito, sobretudo no que se refere à prática de modalidades consideradas “alternativas”, a realidade constata que tal processo está longe de ser perfeito, existindo sempre entraves, quer ao nível financeiro, quer ao nível dos recursos materiais ou temporais que tendem a bloquear, cada vez mais, o acesso dos jovens a vivências diversificadas de prática desportiva.

Outra das medidas que poderia surtir efeito no melhoramento da qualidade das instalações desportivas passaria pela aposta na formação de técnicos responsáveis pelas instalações que, dotados de uma bagagem teórica e prática adequada, poderiam dispor de meios para aperfeiçoar o funcionamento de tais estruturas e assim atenuar o efeito de deterioração das mesmas. Ainda que possa ser considerado um processo algo dispendioso, os efeitos a médio/longo prazo poderiam também trazer vantagens no âmbito económico, pois tornar-se-á mais caro requalificar uma instalação desportiva do que formar devidamente um técnico responsável de instalações desportivas.

Poderiam inclusive, no âmbito do tópico anterior, serem realizados estudos que visassem comparar os locais onde existem gestores com os que revelam ausência destes recursos humanos, no sentido de verificar se, onde existe gestão, existe concomitantemente um processo cuidado de planeamento e, conseqüentemente, uma efectiva melhoria qualitativa das instalações desportivas onde estes agentes se encontram inseridos.

Não apenas nas fases de construção, mas também nas de manutenção e conservação, a rentabilidade das instalações irá seguramente ficar comprometida devido aos elevados, por vezes insuportáveis, encargos financeiros que estes processos apresentam, pelo que reduzir os custos de manutenção das instalações se torna um objectivo crucial a atingir neste processo de gestão, obrigando ao investimento na procura de soluções eficientes, capazes de diminuir o seu impacto financeiro nos orçamentos dos municípios (Pires & Sarmiento, 1999, Beleza & Sarmiento, 2000, cit. por

Sarmiento, 2005). Um esforço interventivo neste domínio exigirá uma actuação qualificada ao nível do pessoal envolvido na gestão autárquica.

Intervenções como as que acabámos de proferir tomaram já efeito em cidades do nosso País, como por exemplo no Porto, onde Sarmiento (2005) menciona que a sua experiência na realidade citada permite proferir que se torna viável de aplicar, com alguma taxa de sucesso, políticas de gestão que tenham em conta a procura desportiva local, adequando os serviços municipais à realidade existente (Sarmiento, Caraméz & Oliveira, 2000).

Finalmente, julgamos ainda que se torna necessário efectuar estudos similares ou no mesmo âmbito do apresentado, no sentido de caracterizar outras regiões do País (porque não mesmo expandir ao âmbito nacional?), para que possamos ter a noção da dimensão que esta problemática possui actualmente, comparando os resultados e averiguando se os mesmos se aproximam ou distanciam dos nossos, de modo a identificar as diferentes realidades vividas pelas crianças e jovens ao longo do nosso País.

*O objectivo é permitir e antever um futuro ordenado, em que a oferta desportiva esteja dimensionada à procura e onde os investimentos estejam previamente acautelados, com garantias de efectiva utilização e rentabilidade económica. (Sarmiento, 1997)*

O mesmo será dizer que pretendemos evitar a construção desnecessária (quantitativa e qualitativa) de instalações desportivas perante as necessidades concretas dos contextos nas quais se inserem estes espaços, da mesma forma que ambicionamos uma interligação fluida entre os serviços especializados para o devido efeito, no sentido de associarem esforços para a promoção da gestão coerente das instalações desportivas ao nível nacional.

## 15. Referências Bibliográficas

Afonso, N. (2005). *In* Simões, G. – *Organização e gestão do agrupamento vertical de escolas. A teia das lógicas de acção*. Porto: Edições ASA, pp. 9-11.

Baptista, F. (2001). *As instalações desportivas e as actividades físicas e desportivas dos alunos do ensino público obrigatório do Concelho de Braga*. Porto: F. Baptista. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Beleza, V. & Sarmiento, J. (2000). *O parque de piscinas olímpicas em Portugal – uma experiência na Piscina Municipal de Campanhã*. XII Congresso da Associação Nacional de Técnicos de Natação, Vila Real.

Bengtson, A. (1973). *Parques y campos de juego para niños*. Barcelona: Ed. Blume/Labor.

Bento, J. (1991). Desporto na Escola – Desporto no Clube. *Revista Horizonte*. Vol. VII, n.º 42, pp.183-190.

Bom, L. (1992). Autores dos Programas de Educação Física. *A Educação Física no 1º ciclo do Ensino Básico*. Lisboa, DGEBS - Ministério da Educação.

Cálão, P. (2003). *Oferta e Procura Desportiva no Concelho de Viseu*. Porto: P. Cálão. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Castro, E. (1995). *O Director de turma nas escolas portuguesas – o desafio de uma multiplicidade de papéis*. Porto: Porto Editora.

Centro de Estudos e Formação Desportiva (1997). *Mais e Melhor Desporto*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD).

Clímaco, M. & Rau, M. (1989). A Gestão no ensino primário e no ensino preparatório. *In* Pires, E., *et al.* *O ensino básico em Portugal*. Porto: Edições ASA. pp. 173-203.

Coelho, O. (1989). Desporto escolar e Desporto Federado: algumas reflexões necessárias. *Revista Horizonte*. Vol. VI, n.º 33, pp. 83-88.

Constantino, J. (1990). As Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias. *Revista Horizonte*. Vol. VI, n.º 40.

Constantino, J. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.

Crespo, J. (1992). A «Arquitectura» do Corpo, em Portugal, na Transição do Século XVIII para o Século XIX. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, Lisboa, n.º 5/6 (2ª Série), pp. 167-190.

Cunha, L. (2007). *Os Espaços do Desporto – uma gestão para o desenvolvimento humano*. Coimbra: Edições Almedina.

Dartigues, A. (2003). *O que é a fenomenologia*. São Paulo: Centauro.

Durkheim, E. (1895). *As Regras do Método Sociológico*. Porto: Rés-Editora.

Estrela, A. (1972). *Elementos e Reflexões sobre a Educação Física em Portugal, no Período Compreendido entre 1834 e 1910*. Lisboa, I.N.E.F.

Férin, A. (2002). *Comportamento de Consumo Desportivo segundo o Género: Estudo do Concelho de Faro*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Motricidade Humana/ Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Ferreira, F. (1994). *Formação contínua e unidade do ensino básico: o papel dos professores, das escolas e dos centros de formação*. Porto: Porto Editora.

Figueiredo, A. (1994). *Reflexões para um Enquadramento Actual da Educação Física e Desporto*. Comunicação apresentada numa Acção de Formação sobre Desportos de Combate nas Aulas de Educação Física. Viseu: Escola Superior de Educação.

Figueiredo, A. (1996). *A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico - Estudo das Crenças de Valorização Geral da Expressão e Educação Físico-Motora Emergente da Reforma Educativa 86-96, nos Professores do 1º ciclo da Área Educativa de Viseu*. Lisboa: A. Figueiredo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Figueiredo, A. (1996). Movo-me, Logo Existo! *Revista Millenium*. n.º 2, pp. 58-64.

Figueiredo, A. (2005). *A Institucionalização do Karaté – Os Modelos Organizacionais do Karaté em Portugal*. Lisboa: A. Figueiredo. Tese de

Doutoramento apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Figueiredo, A. (2006). *A Comunidade Desportiva Intencional como Objecto de Investigação e Desenvolvimento da Gestão do Desporto*. Porto: APOGESD, pp. 24-41.

Formosinho, J. (1998). *Educação para todos – o ensino primário de ciclo único do ensino básico a ciclo intermédio da educação básica*. Cadernos PEPT 2000. Lisboa: ME/PEPT.

Gomes, P. & Veiga, A. (2001). *Viseu – Um futuro com passado*. Paços de Ferreira: Néstia Editores.

Ibáñez Coma, J.(1988). *Las instalaciones deportivas en las escuelas. Una propuesta*. Instituto Nacional de Educación Física de Cataluña, Barcelona (INEFC).

Instituto Nacional de Estatística (2002). *Censos 2001 – Resultados Definitivos*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2003). *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias – 1991-2000 – Portugal / NUTS II, NUTS III*. Municípios. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2004). *Anuário Estatístico da Região Centro – 2003*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2006). *Estatísticas dos Exames Nacionais do Ensino Secundário – Bases de Dados*. Lisboa: Ministério da Educação. Júri Nacional de Exames.

Larraz, A. (1988). El acondicionamiento de zonas de juego para niños. In *Apunts de Educación Física y Deportiva*. Instituto Nacional de Educación Física de Cataluña, Barcelona (INEFC), n.º 13, pp 3-6.

Lopes, J. (2000). *Caracterização da Participação e Procura Desportiva – Contributo para o Conhecimento e Análise estratégica do Sistema Desportivo do Concelho da Póvoa de Varzim*. Porto: J. Lopes. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Lopes, M. (2005). *Tecnologias de Informação e Comunicação – Incidência o seu uso no Desenvolvimento Local*. Viseu: Palimage Editores.

Maria, A. & Nunes; M (2007). *Actividade Física e Desportiva – 1º Ciclo do Ensino Básico – Orientações Programáticas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Marivoet, S. (1987). *Metodologia da Carta da Procura Desportiva e Recreativa*. Coleção Desporto e Sociedade. Antologia de Textos n.º 2. DGD / ME, Lisboa.

Marivoet, S. (1998). *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.

Marivoet, S. (2001). *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*. Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto, Lisboa.

Masnou, M. (1985). *Valores educativos del juego libre del niño en zona urbana*. Instituto Nacional de Educación Física de Cataluña, Barcelona (INEFC).

Monteiro, J. (1997). A Educação Física no 1º CEB: Características das Instalações para o Desenvolvimento Integrado. *Revista Horizonte*, vol. XIII, n.º 75, 35-39.

Nóbrega, L. (2006). *Estruturas organizacionais da escola e (re)organização curricular: as imagens e as práticas dos actores educativos*. Porto: L. Nóbrega. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Parlebas, P. (1981). *Contribution à un Lexique Commenté en Science de L'action Motrice*. Paris: Institute Nationale du Sport et de la education Physique.

Parlebas, P. (1999). *Jeux, Sports et Sociétés – Lexique de Praxéologie Motrice*. Paris: INSEP.

Paz, B. (1973). *A Racionalização das Escolhas em matéria de Política Desportiva – os instrumentos conceptuais*. Col. Antologia Desportiva, n.º 6. Lisboa: MEIC/SEJD/DGD/CDI.

Pina, M. (1997). *A Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar. Levantamento e Análise da situação em Portugal de 1990 a 1995. Do modelo à Prospectiva*. Lisboa: M. Pina. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Pires, E. (1993). *Fórum nacional de Escolas Básicas Integradas 93*. Cadernos PEPT 2000 (3). Lisboa: Ministério da Educação.

Pires, E. (1996). *Fórum nacional de Escolas Básicas Integradas 94*. Cadernos PEPT 2000 (10). Lisboa: Ministério da Educação.

Pires, G. (1988). Para um projecto Multidimensional do Conceito de Desporto. *Revista Horizonte*, Vol. V, n.º 27, pp. 101-104.

Pires, G. (2003). *Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional*. Porto: APOGESD.

Pires, G. (2005). *Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional – Da Educação Desportiva à Alta Competição*. Porto: APOGESD.

Pires, G. (2007). *Agôn, Gestão do Desporto – O Jogo de Zeus*. Porto: Porto Editora.

Pires, G. & Sarmiento, J. (2001). Conceito de Gestão do Desporto - Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Vol. I, n.º 1, pp. 88–103.

Pires, P. & Sarmiento, J. (1999). Estudo da rentabilização social e económica das Piscinas do Baixo Vouga (distrito de Aveiro) e do perfil de competências e funções das mesmas piscinas. *Revista Horizonte*, Vol. XV, n.º 90, pp. 33-37.

Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.

Quévit, M. (1992). *Le Rôle des PME dan le Développement Régional*. Ronéo, Université de Louvain-la-Neuve.

Ribeiro, E. et al. (2006). *Carta Educativa do Município de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu, Gabinete de Educação.

Santin, S. (1987). Reflexões antropológicas sobre a educação física e o esporte escolar. In *Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade*. Ijuí: Unijuí Editora, p. 37-44.

Sarmiento, J., Oliveira, A., & Carames, R. (2000). *The management of sport in the city of Oporto: A partnership between the local authorities, the university and the sport clubs*. Book of Proceedings of the 8<sup>th</sup> Congress of the European Association for Sport Management. San Marino: República de San Marino. pp. 242-243.

Sérgio, M. (1994). *Motricidade humana: contribuições para um paradigma emergente*. Coleção Espistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.

Sérgio, M. (2005). *Para um Novo Paradigma do Saber e... do Ser*. Coimbra: Ariadne Editora.

Simões, A. & Matos, E. (1996). *Regionalizar – Enquadramento de Viseu num Processo de Regionalização*. Viseu: Associação Industrial de Viseu.

Soares, J. (1997). Estrutura Organizacional do Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira. O papel dos professores de Educação Física. *Revista Horizonte*. Vol. XIII, pp. 32-39. Lisboa: Livros Horizonte.

Soares, J. (2005). *Motivação para a prática desportiva - algumas sugestões, fruto de uma experiência desportiva*. (Comunicação apresentada em Acção de formação - Motivação para a prática desportiva). Associação de Voleibol da Madeira.

Soluções Sport (2001). *Plano Guia de Instalações Desportivas do Concelho da Trofa* (não publicado). Trofa.

Sousa, J. & Magalhães, J. (2006). *Desporto Escolar – Um Retrato*. DGIDC. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Sousa, T. & Pereira, B. (s/d). Estudos descritivos dos Espaços Desportivos na Sub-Região do Cávado. In Beatriz Pereira (Coord). *Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte. Sub-Regiões do Ave e do Cávado* (pp.32-46). Braga: Comissão Coordenadora da Região Norte.

Toffler, A. (1984). *A Terceira Vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.

Torrão, P. (1993). *Escola Básica Integrada. Modalidades organizacionais para a escola básica de nove anos*. Porto: Porto Editora.

Trigo, E. (1999). *Creatividad y Motricidad*. Barcelona: INDE Publicaciones.

### **Referências netgráficas:**

• Associação Portuguesa de Professores de Educação Física (APEFFIS). (s/d). *Sondagem*. Consult. 28 Mai 2009, disponível em [http://www.appeffis.org/sondagem\\_resultados.asp?codsondagem=54](http://www.appeffis.org/sondagem_resultados.asp?codsondagem=54).

- *APSI quer adiar nova lei sobre parques infantis*. (2009). Consult. 19 Jun 2009. Informação disponível em [www.jn.pt/sociedade](http://www.jn.pt/sociedade).
- Betti, M. (2005). *Sobre teoria e prática: manifesto pela redescoberta da educação física*. Consult. 10 Jun 2009, disponível em <http://www.efdeportes.com/efd91/ef.htm>.
- *Carta de Instalações Desportivas Artificiais*. (s/d). Consult. 05 Jun 2009, disponível em <http://portaldodesporto.no.sapo.pt/infraestruturas.htm#cnid>.
- *Centro de Formação profissional de Viseu*. Consult. 04 Jun 2009, disponível em <http://www.iefp.pt/iefp/rede/listagem/Paginas/58.aspx>.
- Correia, J. (2008). *Desenvolvimento do Desporto em Portugal*. Consult. 15 Mai 2009, disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/502>.
- *Desporto escolar. Conceptualização e contextualização no âmbito do sistema educativo e do sistema desportivo*. Consult. 22 Mar 2009, disponível em <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=1712>.
- *Direcção Geral de Inovação e de desenvolvimento Curricular*. Consult. 01 Jun 2009, disponível em <http://www.dgicd.minedu.pt/jnewweb/estat.htm>.
- *Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação*. Consult. 17 Mai 2009, disponível em <http://www.min-edu.pt>.
- *Manifesto Mundial de Educação Física – FIEP/2000*. Consult. 18 Mai 2009, disponível em <http://www.fiepbrasil.org/index.asp?c=manifestomundial>.
- López Moya, M., & Estapé Tous, E. (2002). *La zona de juegos: un espacio para la educación física en los centros escolares*. Consult. 13 Abr 2009, disponível em <http://www.efdeportes.com/efd53/juegos1.htm>.
- Neves, R. (1997). *Educação Física no 1º ciclo do ensino básico. Do baldio pedagógico à construção curricular*. Consult. 10 Abr 2009, disponível em <http://www.efedeportes.com/efd31/ef11.htm>.
- *NUT II Centro e NUT III Dão-Lafões*. Consult. 28 Mai 2009, disponível em <http://Portugal.veraki.pt/concelhos>.
- *Pequena Nota Histórica*. Consult. 02 Jun 2009, disponível em <http://www.esenviseu.net/Principal/Historial/Historial.asp>.
- Pinto, A.; & Sarmiento, J. (s/d). *Gestão de Instalações Desportivas*. Consult. 02 Jun 2009, disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/304>.

• Pires, G. (s/d). *O Passado Perdido*. Consult. 04 Mar 2009, disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/98>.

• Pires, G. et al. (s/d). *Gestão do Desporto - A Arte do Jogo*. Consult. 06 Jun 2009, disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/2877>.

• Sarmiento, J. (1997). *A interdependência na gestão de instalações – a Interdependência como Factor de Gestão*. Consult. 10 Jun 2009, disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/299>.

• Sarmiento, J. (2005). *Instalações Desportivas – Qualidade de Gestão*. Consult. 10 Jun 2009, disponível em <http://forumolimpico.org/?q=node/301>.

• *Third International Conference of Ministers and Senior Officials Responsible for Physical Education and Sport*. Consult. 07 jun 2009, disponível em [http://www.unesco.org/education/educprog/eps/EPSanglais/MINEPS\\_ANG/mineps\\_iiiang.htm](http://www.unesco.org/education/educprog/eps/EPSanglais/MINEPS_ANG/mineps_iiiang.htm).

• *Uma Instituição com História*. Consult. 02 Jun 2009, disponível em <http://www.esamviseu.org/content/view/157/108/>.

• Verificação de resultados na plataforma de pesquisa *ISI Web of Knowledge* para as *Keywords* Instalações Desportivas, Actividades Físicas e Desportivas e Ensino Público. Consult. 14 Nov 2008, disponível em [http://apps.isiknowledge.com/UA\\_GeneralSearch\\_input.do?product=UA&search\\_mode=GeneralSearch&SID=S1Nm8H8hN1F6IH9hI2g&preferencesSaved=](http://apps.isiknowledge.com/UA_GeneralSearch_input.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&SID=S1Nm8H8hN1F6IH9hI2g&preferencesSaved=).

• *Viseu, Notas Históricas*. Consult. 04 Jun 2009, disponível em <http://www.cfpa.pt/historia/encprof2006/archive.htm>.

### **Legislação consultada:**

- Constituição da República Portuguesa, Versão 2005.
- Carta Europeia do Desporto, 15 de Maio de 1992 – Rhodes.
- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto) – confere a segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.
- Lei de Bases do Sistema Desportivo - Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro.

- Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro.

- Decreto-Lei n.º 95/91 de 26 de Fevereiro (Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar) – efectua o enquadramento geral da Educação Física e do Desporto Escolar como unidades coerentes de ensino.

- Decreto-Lei n.º 554/77, de 31 de Dezembro – define as Competências das Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e Cria os Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar.

- Decreto-Lei n.º 150/86 de 18 de Junho - os Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, criados pelo Decreto-Lei n.º 554/77, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/79, de 29 de Junho, são extintos; confere às Direcções-Gerais do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Particular e Cooperativo assegurar as competências e funções que lhes estão atribuídas em matéria de educação física curricular e à Direcção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das actividades desportivas não curriculares.

- Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto - estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular da Lei de Bases do Sistema Educativo.

- Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro - aprova o regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar.

- Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro - estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente de a sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos.

- Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro - estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte; posteriormente rectificado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de Maio.

- Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio - aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-

Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, bem como dos respectivos agrupamentos; posteriormente rectificado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril.

- Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro - define o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas.

- Decreto-Lei n.º 12/2000, 29 de Agosto - fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, posteriormente designados por agrupamentos, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.

- Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro – reorganização do currículo do Ensino Básico, no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento e indução; posteriormente rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001.

- Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho - aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos, bem como na oferta das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.

- Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho - transfere para a ASAE todas as atribuições em matéria de fiscalização de infra-estruturas, equipamentos e espaços desportivos cometidas ao Instituto de Desporto de Portugal.

- Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio - define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos, bem como na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família, na Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

- Ordem Ministerial, 4 de Novembro de 1991 - regula os projectos de construção de novos centros escolares.

- Real Decreto 1004/1991, de 14 de Junho – estabelece os requisitos mínimos dos centros de ensino de regime geral não universitário.

### **Documentação consultada (diversos):**

- Carta Internacional da Educação Física E do Desporto da Unesco - promove o desenvolvimento da Educação Física e do Desporto ao serviço do progresso da humanidade, promove o seu desenvolvimento e incita os governos, as organizações não governamentais competentes, os educadores, as famílias e os próprios indivíduos a nela se inspirarem, a difundi-la e pô-la em prática.

- Carta das Instalações Desportivas Artificiais 2000 - fornece, ao Sistema Desportivo, elementos actualizados sobre o número de instalações construídas e respectiva superfície útil, dados comparativos com os índices de referência internacionais, oferta do número de instalações e da superfície útil por tipologia e por *Nuts III*.

- Conselho Nacional das Associações de Professores de Educação Física (CNAPEF); Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) (2007). *Programa de Actividade de Enriquecimento Curricular do 1º CEB - Actividades Físicas e Desportivas - Proposta de formação dos Professores*. Lisboa.

- Conselho Nacional das Associações de Professores de Educação Física (CNAPEF); Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) (2007/08). *Actividades de Enriquecimento Curricular – Relatório CNAPEF/SPEF das visitas de Acompanhamento no Ano Lectivo 2007/08*. Lisboa.

- Dicionário da Língua Portuguesa (2004). Porto: Porto Editora.

- Direcção Geral dos Ensinos Básicos e Secundário (DGEBS) (1990). *A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.

- Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC). *Relatório intercalar de Acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular – Dezembro de 2006*. Comissão de Acompanhamento do Programa. Lisboa: Ministério da Educação.

- Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC). *Relatório de Acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular – 2007/2008*. Comissão de Acompanhamento do Programa. Lisboa: Ministério da Educação.

- Direcção Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular (DGIDC). *Programa de Desporto Escolar (2007/2008)*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Direcção Regional de Educação do Centro (DREC). Coimbra: Ministério da Educação.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo). (2005). Lisboa: Ministério da Educação.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo) (2006). Lisboa: Ministério da Educação.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo) (2007). Lisboa: Ministério da Educação.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) (2008). Lisboa: Direcção Regional da Educação.
- Programa de Desporto Escolar (PDE). *2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário - 2007/2008 e 2008/2009*. DGIDC – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Lisboa: Ministério da Educação.
- Programa Nacional de Educação Física (2001). *Programa Nacional de Educação Física - 3º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE). (1997). Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica, Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.
- Textos do Encontro de Reflexão (2000). *Gestão Curricular no 1º Ciclo, Monodocência - Coadjuvação*. Viseu

## ANEXOS

## ANEXO I

PÁGINA N.º 1

### QUESTIONÁRIO

***“As Instalações Desportivas Escolares no Concelho de Viseu”***

O presente questionário integra um estudo realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, na área da Gestão Desportiva, sob a orientação do Professor Doutor Abel Figueiredo.

O objectivo é caracterizar as instalações desportivas englobadas em cada Agrupamento de Escolas, pelo que os resultados deste estudo decerto contribuirão para melhorar e adaptar os serviços desportivos do Concelho de Viseu, de acordo com o seu preenchimento.

A sua colaboração é FUNDAMENTAL.

Desde já MUITO OBRIGADO

Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

# INSTRUÇÕES

## CARACTERIZAÇÃO GERAL

**Recinto Desportivo** – toda a área de prática desportiva.

**Instalação Desportiva** – Todo o recinto ou conjunto de recintos do mesmo tipo, com anexos funcionais (balneários e arrecadações).

**Complexo Desportivo** – Conjunto de instalações ou recintos desportivos de diversos tipos.

**Complexo Integrado** – Complexo desportivo complementado com outro tipo de estruturas, como por exemplo, zonas comerciais, serviços ou médicos.

---

**Recreativa** – as que se destinam a actividades desportivas de carácter informal no âmbito das práticas recreativas de manutenção e lazer activo.

**Formativa** – as que são essencialmente concebidas para a educação desportiva de base, no âmbito do ensino e do associativismo desportivo.

**Especializada/monodisciplinar** – as que são concebidas e organizadas para actividades desportivas monodisciplinares.

**Especiais de espectáculo desportivo** – as que são concebidas para a realização de manifestações desportivas, preparadas para receber o público, meios de comunicação social e apetrechadas com os meios técnicos indispensáveis aos níveis mais elevados da prestação desportiva.

---

**G. Campo** – Grande Campo. Exemplo: Futebol, Hóquei em Campo e Rugby.

**P. Campo** – Pequeno Campo de ar livre. Exemplo: Ténis, Andebol, Voleibol, Basquetebol.

**Sala de Desporto** – Exemplo: Aeróbica, Judo, Karaté, Ginástica de Manutenção (Ginásios).

**Pavilhões** – Recintos cobertos. Exemplo: Andebol, Voleibol, Basquetebol.

**Pista de Atletismo** – Específico para a prática da modalidade.

**Campo de Ténis** – Específico para a prática da modalidade.

**Piscinas** – Específico para a prática de actividades aquáticas (cobertas ou descobertas).

(Taxonomia de classificação de tipos de espaços segundo o Decreto Regulamentar n.º 34/95 de 16 de Dezembro)

**Assinale com uma cruz o caso da instalação que se está a caracterizar e, no caso de possuir mais do que uma das valências apresentadas, deve inscrever-se o número em causa na respectiva quadrícula.**

---

---

## **FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA(S) INFRA-ESTRUTURA(S)**

**Legenda:** M = Masculino    F = Feminino    S= Sim    N = Não    mt = Metros    m<sup>2</sup> = Metros Quadrados

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO**

Designação da Infra-estrutura: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_ C. Postal: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Telf: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E mail: \_\_\_\_\_

Propriedade \_\_\_\_\_ Ano final de Construção: \_\_\_\_\_ Ano da última remodelação: \_\_\_\_\_

### **2. RESPONSABILIDADE DE GESTÃO**

Colectiva

Individual

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

### **3. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

**(Consultar instruções anexas)**

Recinto Desportivo <input type="checkbox"/>	Instalação Desportiva <input type="checkbox"/>	Complexo Desportivo <input type="checkbox"/>	Complexo Integrado <input type="checkbox"/>
Recreativa/Formativa <input type="checkbox"/>	Especializada/Monodisciplinar <input type="checkbox"/>	Especiais de Espectáculo Desportivo <input type="checkbox"/>	
Coberta <input type="checkbox"/> Descoberta <input type="checkbox"/> Mista <input type="checkbox"/>			
G. Campo <input type="checkbox"/>	Pista de Atletismo <input type="checkbox"/>	Pavilhão <input type="checkbox"/>	Sala de Desporto <input type="checkbox"/>
	P. Campo <input type="checkbox"/>	Campo de Ténis <input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> Piscina <input type="checkbox"/>			Outros <input type="checkbox"/>
S N	S N	S N	S N
Recepção <input type="checkbox"/>	Sala de Imprensa <input type="checkbox"/>	Secretaria <input type="checkbox"/>	Loja de Desporto <input type="checkbox"/>
S N	S N	S N	S N
P. Médico <input type="checkbox"/>	Arrecadações <input type="checkbox"/>	Restaurante <input type="checkbox"/>	Bar <input type="checkbox"/>

#### 4. RECURSOS HUMANOS

**Nota: A habilitação técnica destina-se aos funcionários com formação técnica desportiva reconhecida pelas federações.**

Função	Regime		Modalidade	Género		Habilitação		Idade	Obs.
	Parcial	Inteiro		M	F	Académica	Técnica		
							º nível		
							º nível		
							º nível		
							º nível		
							º nível		
							º nível		
							º nível		

#### 5. RECINTO DESPORTIVO

**No preenchimento das próximas tabelas, os valores devem ser repetidos sempre que a Infra-estrutura Desportiva possuir mais do que Recinto Desportivo. Para tal, deverão ser preenchidos os respectivos anexos.**

Tipo		Designação	
------	--	------------	--

Área Desportiva	Estado de Conservação Geral														
	Muito Mau				Mau				Médio				Bom		Muito Bom
Luz Artificial	Cobertura		Sistema Sonoro		Placar		Acesso Deficientes		Climatização				Tipo de Piso		
													Estado Conservação		
S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	Aquec	Refrig	Ventil	B	M	
Modalidades	Marcações Estádio			Dimensões			Piscinas			Homologação Oficial					
	Bom	Mau		Comprimento	Largura	Altura	Profundidade	Água Quente		S	N				

CERTIFICAÇÃO / FISCALIZAÇÃO	
Entidade	Data

**Observações:**





## ANEXO II

### **Sondagens efectuadas pela Associação Portuguesa de Professores de Educação Física (APPEFIS)**

A título de curiosidade, de acordo com o âmbito do nosso estudo, apresentamos um conjunto de sondagens efectuadas pela APPEFIS<sup>23</sup> (s/d), relativas a tópicos relacionados com a actividade física e desportiva dos alunos, nos planos curricular e extra-curricular. Ainda que não possuam a devida robustez, julgamos ser interessante encontrar feedbacks relativos à opinião dos profissionais da Educação Física, no que concerne aos diversos cenários relacionados com o contexto descrito anteriormente.

O regulamento das sondagens contempla os seguintes parâmetros:

- *As sondagens têm uma periodicidade semanal, focando assuntos de relevo na área das Ciências do Desporto e do Desporto, em geral, sendo da responsabilidade dos elementos da redacção do site da APPEFIS.*
- *Cada utilizador registado pode apenas votar uma vez por cada sondagem, estando o sistema preparado para não permitir mais do que um voto por utilizador registado no site.*
- *Os resultados da sondagem actual estão sempre visíveis, bem como os resultados das sondagens já realizadas.*
- *Qualquer utilizador poderá propor a realização de uma sondagem, bastando para isso o envio de um e-mail para [info@appefis.org](mailto:info@appefis.org).*
- *Esta sugestão terá contudo que ser aprovada pela redacção do site da APPEFIS. Os resultados expressam apenas a opinião dos utilizadores registados no site da APPEFIS que participaram na sondagem.*

---

<sup>23</sup> Sondagem. disponível em [http://www.appefis.org/sondagem\\_resultados.asp?codsondagem=54](http://www.appefis.org/sondagem_resultados.asp?codsondagem=54).

Desta forma, apresentamos os seguintes resultados:

**SONDAGEM 1 - O ano lectivo de 2007/2008 dispõe de condições para decorrer melhor do que os últimos anos lectivos.**

**Total de votos: 9**

Concordo.	11%
<b>Discordo.</b>	<b>89%</b>

**SONDAGEM 2 - Concorda com a exclusão da Expressão Físico-Motora do curriculum do 1.º Ciclo?**

**Total de votos: 48**

<b>Não concordo.</b>	<b>96%</b>
Concordo, em determinadas condições.	0%
Discordo.	4%

**SONDAGEM 3 - Na Educação Física, com qual distribuição de unidades lectivas está de acordo?**

**Total de votos: 56**

<b>90m + 90m</b>	<b>55%</b>
90m + 45m	5%
45m + 45m + 45m	14%
90m + 90m + 90m	25%

**SONDAGEM 4 - Na sua escola, o número de horas atribuídas, no presente ano lectivo, ao Desporto Escolar:**

**Total de votos: 22**

<b>Aumentou.</b>	<b>41%</b>
Manteve-se.	32%
Diminui.	27%

**SONDAGEM 5 - Na sua escola, o Desporto Escolar mobiliza os alunos e leva-os a participar nas equipas do respectivo Clube?**

**Total de votos: 3**

<b>Sim, de certeza.</b>	<b>67%</b>
Não.	0%
Não tenho a certeza.	33%
Não sei.	0%